

**Antônio Torres**

**Sobre Pessoas**

# Índice

Antônio Torres .....	1
Índice .....	2
Para começar.....	5
(E para Ziraldo e Luís Pimentel – por falar em pessoas).....	5
Dois encontros com Glauber .....	8
A entrevista de Glauber Rocha, aos 25 anos .....	15
Um modo de ser campeão do mundo .....	20
Relações transatlânticas .....	23
Enquanto Nova Orleans agonizava.....	41
Idéias de Jeca Tatu .....	44
Vencedores e vencidos:.....	54
histórias da nossa História .....	54
O carnaval dos canibais .....	55
São Sebastião, o rei e o Rio .....	59
A bela Susana do vice-rei .....	62
Quando o Rio teve um governador chamado Vaca.....	64
Pequeno perfil de um grande homem .....	72
Exercícios leves .....	75
sobre pesos-pesados.....	75
Blues para Cortázar .....	76
Vinícius e o seu poema preferido .....	78
A bela Tônia e o velho Braga .....	80
Rubem Fonseca aos 80 .....	83
Tirando o pai de letra .....	85
Convidada a continuar .....	87
O palhaço e o poeta .....	89
Othon Bastos enquanto vivo.....	91
Juan Rulfo no Rio .....	93
Camões na Bahia e outras histórias .....	95
O lado infame do genial Borges .....	98
Roteiro sentimental de um leitor de Jorge Amado .....	101
Na hora de dizer adeus.....	116
a estas pessoas: .....	116
Foi um prazer te ouvir, João .....	117
O discreto Rubião .....	121
Uivo em surdina.....	123
Feito de azul, bonito demais .....	125
Ipanema em 1968.....	126
Alguém que anda por aí.....	128
Em Madureira, com um guia francês.....	129
Na cidade do invisível Dalton Trevisan.....	131
Com Loyola em Araraquara .....	133
Na Praça dos Paraíbas, onde João Antônio viveu.....	138
Com Márcio Souza em Manaus.....	140
Viagem com Baudelaire e Brigitte .....	143
Crônicas de gente.....	145

sem nome nas ruas .....	145
Tributo a um comunista .....	146
A concessão do evangélico .....	148
Os dois ladrões.....	150
A mãe, as professoras e os dias de um escritor .....	152
Para terminar.....	154
Quando o Natal não tinha Papai Noel .....	155

## Para começar

(E para Ziraldo e Luís Pimentel – por falar em pessoas)

Queria um começo com a delicadeza de Fernando Sabino, em *A última crônica*, que cada vez que releio mais me encanta. E agora a ela retorno, em busca de ensinamentos. Algo assim como fez Henry Miller, quando decidiu tornar-se um escritor. Sem saber como começar, ele passou a andar pelas ruas de Nova York, indo parar diante da estátua de Shakespeare. Persignou-se diante dela, igual a um penitente que roga salvação para sua alma. Repetiu a peregrinação por dias e dias. Martírios do ofício, nas voltas tortuosas até se chegar à primeira frase. O que faz pensar na angústia do goleiro diante do pênalti. Ou na do seu batedor.

Foi em tais circunstâncias, a confabular consigo mesmo pelas ruas do Rio, que Fernando Sabino acabou por nos legar uma pequena obra-prima. Começa assim:

“A caminho de casa, entro num botequim da Gávea, para tomar um café junto do balcão. Na realidade, estou adiando o momento de escrever. A perspectiva me assusta. Gostaria de estar inspirado, de coroar com êxito mais um ano nesta busca do pitoresco ou do irrisório, no cotidiano de cada um. Eu pretendia apenas recolher da vida diária algo de seu disperso conteúdo humano, fruto da convivência, que a faz mais digna de ser vivida”. E por aí vai ele, até sair de suas rumações e bater os olhos num casal de negros e sua filhinha com um laço de fita na cabeça, ao fundo do boteco. Esse olhar o fez captar uma jóia de rara beleza, ainda a servir de espelho para principiantes.

Este aqui de vez em quando batia perna ao lado do mestre, nos calçadões à beira-mar, Copacabana-Ipanema-Leblon. Numa dessas vezes, ele perguntou:

- Você já leu o meu livro sobre a Zélia?

Por essa eu não esperava. Uma pedra no meio do caminho. Sinuca de bico. *Cul-de-sac*.

Persignando-me mentalmente diante da imagem de Nossa Senhora do Amparo, a padroeira do Junco, onde nasci, e dizendo-me “Nas horas de Deus e da Virgem Maria, amém”, criei coragem e respondi que *Zélia, uma paixão* era o único livro dele que eu jamais leria.

- Por quê? Por preconceito?

O papo foi longe. Voltei para casa contrariado, achando que o havia deixado com mais uma pedrinha no tênis. Sabia que, depois do linchamento que ele recebera na imprensa por causa daquele livro, passara a evitar a exposição pública, temendo ter de responder a perguntas maliciosas ou a se desvencilhar de ofensas, como a de mercenário, por tê-lo escrito apenas para faturar uma fortuna. Nada mais injusto. Fernando Sabino doara os direitos autorais do seu polêmico *best-seller* a uma instituição assistencial de menores carentes, sem se vangloriar disso.

Como bom mineiro, ficou em silêncio, remoendo a sua falha trágica ao declarar: “Zélia sou eu”. No calor da hora, a sua brincadeira não teve graça. Levaram-na a sério demais. Como se ele acreditasse, verdadeiramente, que a personagem que causara um terremoto na economia dos cidadãos, na era Collor, tivesse o mesmo *status* literário da heroína de Gustave Flaubert, *Madame Bovary*.

Mas por que, e para que o chatear ainda mais, quando privava de sua camaradagem, durante uma caminhada para desenferrujar as pernas,

desanuviar a mente, e suar todas as tristezas? – eu me perguntava. Ora, ora, quem mandou Fernando Sabino tocar no assunto? Pensei que ele ia ficar zangado, a ponto de cortar a nossa relação, para sempre.

Numa manhã de domingo o telefone tocou e era o próprio, de viva voz. Disse:

- Acordei hoje com vontade de ligar para o Mário de Andrade, o Rubem Braga, o Paulo Mendes Campos, o Otto Lara Resende e o Hélio Pellegrino. Como nenhum deles pode atender...

Foi um começo de conversa e tanto. Ao final, convidou-me para um drinque em sua casa.

- Que tal amanhã? – perguntei-lhe.

- Ih! Amanhã não dá. Ao descobrirem que fiz oitenta anos, me empurraram para os exames médicos. Assim que me livrar dessas chateações, telefono para combinar.

Não telefonou mais. Só iria voltar a vê-lo já embalado para a última viagem, no cemitério São João Batista.

Ah, Fernando. Para começar, que falta que você faz.

## Dois encontros com Glauber

Gênio ou doido? Agora que o transformaram em personagem mitológico, recordo que o vi de perto (e por duas vezes) e ele se comportou como uma pessoa normal. Foi em São Paulo, no lançamento lá de *Deus e o Diabo na Terra do Sol*. Ano: 1964.

Confesso, porém, que quando o ator Geraldo Del Rey me disse que Glauber Rocha havia marcado a entrevista para as 8 da manhã (e de um sábado!), achei que a sua fama de doido tinha algum fundamento. Madruguei para chegar pontualmente à casa do Geraldo, onde ele estava hospedado. Nem acreditava que Glauber, a figura mais discutida daquele momento (um crítico carioca chegara a escrever 25 dias seguidos sobre o seu filme), tão endeusado quanto detratado, e assim atingindo todas as colunas da glória, fosse receber um dos editores (o outro era o Franco Paulino) de uma revista chamada Finesse, que lembrava uma marca de papel higiênico. E que ainda por cima fora herdada de um colunista social falido, pelo gerente do hotel em que ele morava, como pagamento da sua hospedagem.

Uma sucessão de acasos fez com que fôssemos convocados por um repórter - de *O Cruzeiro* -, e poeta que admirávamos, o gaúcho de Rosário do Sul Carlos de Freitas, para tocá-la adiante. O nome da revista era ruim, ele disse, mas podíamos fazer do legado do mosquito de bunda de grã-fino uma folha de rosto da cidade. O hotel garantia os custos da gráfica, pelo direito a um anúncio permanente na quarta capa. O resto era conosco. Mas sem salário. Tudo pela arte.

Topamos.

E fizemos com que a Finesse passasse a circular no eixo boêmio entre o Teatro Oficina, de José Celso Martinez Correia, ao Arena, de Augusto Boal e



Gianfrancesco Guarnieri – estendendo-se um pouco mais dali até o Juão Sebastião Bar, de Paulo Cotrim, que comprava uma centena de cada edição, para oferecer a seus clientes mais ilustrados. A tiragem, porém, era modestíssima: mil exemplares. O que isso poderia interessar a um Glauber Rocha, cuja carreira subia como um rojão de São João, em todas as páginas?

Pois acredite. Glauber já estava de pé às 8 horas da manhã daquele sábado. E, pelo visto, era a única pessoa acordada naquele prédio da Rua Santo Antônio, logo ao final, à direita, do Viaduto Maria Paula, e bem próximo do Ferro's Bar, onde Geraldo Del Rey e sua bela Tânia deviam ter varado a madrugada. Com certeza ainda estavam em sono profundo. Eles e toda a vizinhança. Sinais de gente ali só os das minhas pisadas ao deixar o elevador e me encaminhar à porta do apartamento. E os passos de Glauber Rocha atrás dela. O silêncio permitia perceber que ele rondava na sala, à espera do toque da campainha. Recebeu-me com um formal aperto de mão. E não fez qualquer menção para nos sentarmos. Vai ver uma conversa ali iria acordar os donos da casa, pensei. Então puxei do bolso duas laudas com as perguntas que pretendia lhe fazer.

- Posso deixar isto, para você responder depois? – perguntei-lhe, falando baixo. Ele tinha 25 anos, apenas um a mais do que eu. Daí não chamá-lo de senhor.

Com um gesto de assentimento, acompanhado de um “Hum-hum”, deu uma olhada rápida no questionário datilografado, colocou-o sobre um móvel ao nosso lado, logo à entrada do apartamento, e me convidou para tomar um café com pão e manteiga, no botequim da esquina. Seu mal era a fome, voltei a pensar. Se não, o que havia sido feito da voz daquele cabra que tinha fama de ser falador como o cão? Às 8 horas da manhã, Glauber Rocha não combinava com a lenda noturna a seu respeito, que circulava nos bares de São Paulo. Nem parecia o autor de um texto exuberante – “Memórias de Deus e do Diabo em

terras de Monte Santo e Cocorobó” –, que me provocara um impacto tão forte quanto um conto de João Antônio, o *Malagueta, Perus e Bacanaço*, publicado na mesma revista, a *Senhor*, que era editada no Rio, e que todo paulistano “por dentro” lia. Hoje, traduz-se esse “por dentro” como cult, ai! Meus sais!

Mas ora! Ele ia se dar ao luxo de sentar-se diante de uma máquina de escrever para trabalhar de graça para uma revista nanica! E ainda tendo de pagar do próprio bolso o desjejum do seu entrevistador! Era pouco ou queria mais?

Sim, ia ter mais.

De pé, mal-ajambrado nas vestes matinais, a barba por fazer, o cabelo desgrenhado e o umbigo no balcão do botequim, já matando quem o matava, Glauber soltou o verbo. E disse que havia lido todo o último número da tal revistinha. Elogiou o projeto gráfico (também, era de Valdi Ercolani, um diretor de arte top – meus sais de novo! – de linha). Quanto ao conteúdo editorial, tinha críticas a fazer, com um pedido de desculpa por estar se metendo em meu trabalho. “Tenho alguma experiência em jornalismo”, ele disse, modestamente. “Editei cadernos culturais na imprensa baiana e agora colaboro regularmente com a revista *Senhor*, que é muito bem feita, como você deve saber”. Sim, sabia. Agradei-lhe pelo interesse, leitura de tudo, comentários que quisesse fazer. Aí ele se sentiu à vontade para criticar os textos da revista, deixando-me embasbacado com sua capacidade de citar de memória trechos e mais trechos deles, não poupando os que considerava bobos.

- Veja se isso é lá uma boa maneira de começar uma frase: “Em sua consciência...” Você devia ter copidescado essa bobagem!

Expliquei-lhe que o autor era uma estrela da imprensa paulista, assim como os demais, todos grandes nomes do jornalismo, das letras e do teatro, que

escreviam de graça. A revista era apenas uma curtição, para quem escrevia nela. Nós, os editores, Franco Paulino e eu, não nos sentíamos no direito de mexer nos textos de uma turma com tanto espírito de colaboração.

Foi aí que ele disse:

- Sendo assim, o negócio fica complicado. Mas como paulista escreve mal, hein? Você não acha?

Não. Não achava. Mas o jeito que ele falou isso foi engraçado. Encerramos o nosso café da manhã com pão e manteiga e uma boa risada. De pé. Será que ele nunca se sentava?

Na despedida, Glauber prometeu entregar a entrevista na segunda-feira seguinte, à noite, na porta do cinema, onde me enfiaria para a estréia paulistana de *Deus e o Diabo na Terra do Sol*.

## **O segundo encontro**

Cheguei lá à hora combinada. E lá estava ele, de barba feita, banhado, escovado e vestido com um paletó azul. E a entrevista num bolso. Fez a entrega dela, em mãos. E me empurrou para dentro do cinema.

Vi o seu filme com os pés em suspenso, sem conseguir mantê-los no chão. Grande filho da mãe. Como havia chegado a tanto, mais ou menos na minha idade? Quando os aplausos cessaram, um homem começou a discursar, com a voz inflamada, no mais altissonante estilo revolucionário. Saio. E reencontro o Glauber, andando de um lado para o outro, na ante-sala do cinema. Parece que ele nunca se cansa de ficar de pé, pensei.

Ao me ver, parou. E perguntou:

- O que você achou?

- É o seu filme definitivo.

- Não diga isso. Ainda vou fazer muitos.

Ali fora, dava para se ouvir uma nova saraivada de palmas, em meio a assovios e apupos. Glauber balançou a cabeça de um lado para outro, visivelmente contrariado. Disse:

- Estou preocupado com essa *assembléia* aí dentro. Pode dar encrenca com os militares.

Então me contou que, naquele ano do golpe militar, ele fora obrigado a exibir o *Deus e o Diabo na Terra do Sol* para um grupo de oficiais do Exército, para obter a liberação da fita. Numa fala do “capitão” Corisco, interpretada por Othon Bastos – “Homem, nessa terra, só tem validade quando pega nas armas para mudar o destino. Não é com rosário, não, Satanás! É no rifle e no punhal!” -, ele sentiu uma mão bater-lhe no ombro. Apavorado, olhou para trás. E viu um major alagoano, que lhe disse: “Pode botar esse filme nos cinemas, cabra. É um filme de macho!”

Nunca mais o vi, em pessoa. Nunca mais ele teve 25 anos e eu 24. Nunca mais foi tão fácil chegar perto de um homem tão talentoso, já a caminho de tornar-se uma celebridade internacional, com tanta atenção para um qualquer, que tomava o seu tempo a troco de nada, sem que ele se sentisse assim. Glauber Rocha me entregou, numa segunda-feira, as respostas ao questionário que lhe passei, no sábado anterior. E isso num momento em que ele estava envolvido com o lançamento do seu célebre filme, ou seja, em que

estava no centro das atenções. Visto isso agora, em retrospectiva, me impressiona tanto a disposição dele em responder a todas as minhas perguntas, quanto a epígrafe que escreveu para a entrevista, que vai abaixo, do jeito que ele fez, entre parêntesis e em letras minúsculas:

(se eu Morrê nasce outro,  
porque ninguém nunca pode  
matar São Jorge, Santo do  
Povo – Capitão Corisco, Plano  
265, seqüência 446, de um fil-  
me rodado em Monte Santo  
e Cocorobó, sertão brabo)

## **Epílogo**

A entrevista de Glauber foi endeusada e detratada, como era previsível. Um sucesso! Mas, depois da sua publicação, a revista iria ficar com os seus dias contados. Só teve mais uma edição, com destaque para uma reportagem de Eurico Andrade, intitulada “Chapéu de Couro, o Cangaceiro Bossa Nova”.

A última reunião com o patrocinador:

– Um leitor da revista esteve aqui e me fez muitas perguntas - disse o gerente do hotel que bancava as faturas da gráfica. – E nenhum elogio ao trabalho de vocês.

Era um coronel.

Mesmo tendo o seu nome no expediente como diretor-proprietário, aquele gerente (chamava-se Pio) nunca se metera no que estávamos fazendo ou

deixando de fazer. Agora estava se metendo, de uma vez por todas. Por medo, o mais humano dos sentimentos, já o disse o sábio Millôr Fernandes.

E assunto encerrado.

## **A entrevista de Glauber Rocha, aos 25 anos**

(Com os devidos agradecimentos ao cineasta Eduardo Scorel, que a guardou, e a Anabela Paiva, que selecionou os trechos que vão aqui, republicados por ela e Regina Zappa, na capa do *Caderno B do Jornal do Brasil*, em 27 de dezembro de 1997. Não menos: a Franco Paulino).

**“Eu esnobo a técnica: não sei mexer em moviola, não manjo nada de som. E acho que câmera tem alma”.**

### **Sobre Deus e o Diabo na Terra do Sol:**

“Não tem nada de novo. Desde a criação do mundo que Deus anda de mãos dadas com o diabo. Apenas o *velho* fica sempre esquecido e por isso quando é redescoberto aparece com ar de novidade. O filme é tão novo como as baladas romanescas da Idade Média, como o Apocalipse, como a tragédia, como o latifúndio que só é novidade (mesmo) no nosso sertão”.

### **Técnica**

“Segundo Alberto Cavalcanti, a técnica esconde o lixo. Eu esnobo a técnica. Pra seu governo, não sei pegar em fotômetro, não sei mexer em moviola, conheço mal o jogo de lentes, não manjo nada de som. Mas sei que a melhor técnica é aquela que expõe aquilo que a gente quer dizer. Assim, eu e o meu parceiro de fotografia, Waldemar Lima, estamos sempre em expectativa, observando os atores, a paisagem, a luz, buscando o *clima*. O clima vem quando a câmera fica mágica. Câmera tem alma. O negócio é fazer mandinga e esperar o santo descer. Aí então a gente é bem capaz de fazer um *take* de quatro minutos, na mão, entre luz e sombra, entre foco e fora de foco, balançando ou não. Será possível ir aos infernos de outra maneira?”

## Repercussão no exterior

“Esse negócio de repercussão na Europa é conversa típica de gente subdesenvolvida e colonizada. Pra mim, fama na Europa não significa nada. É verdade, falando sério. A crítica francesa, falando bem ou mal, não muda nada. Eu não topo aqueles caras dos *Cahiers* - um bando de literatos, que vive na superestrutura, falando bobagem. Os italianos são melhores, mas são radicais, historicistas demais. Os ingleses são quadrados e frios. Assim, pouco me interessa o que me digam. Falaram bem de *Deus e o diabo* mas se tivessem falado mal eu juro que não me abalaria. A única opinião válida para mim é a da juventude e do público. A juventude gostou pra valer, e o público gostou e desgostou. Assim eu acho que vinguei 75% e isto já é muito, e isto me enche de vontade pra jogar pra frente e botar pra jambrar na próxima fita”.

## O que Glauber quer?

“Fazer onda. Abrir bate-papo sobre assuntos sagrados. Demolir os figurões, os produtores boçais, os diretores comerciais, os exibidores ladrões. Discutir e achar que o *cinema novo*, o *cinema de autor*, é o que vale. Tudo o que digo pode não ter importância um mês depois, mas na hora funciona. Sempre. É por isso que eu tenho muitos inimigos. Mas tem colegas que compreendem e continuam meus amigos. Veja o (Walter Hugo) Khoury, por exemplo. É um autor, um artista sério, pesquisador, firme nos seus propósitos. Eu discordo do cinema dele, mas apenas no plano das idéias. E no fundo admiro a obsessão de um cineasta que procura um objeto difícil mas que, hoje acredito, será alcançado. Digo isso para esclarecer a quem pensa que eu combato o Khoury”.

## Arte brasileira



“Não existe ainda a verdadeira arte brasileira. Estamos procurando. O Tom (Jobim) na música, o (Jorge) Mautner no romance, o (Lindolf) Bell na poesia, o (Gianfrancesco) Guarnieri no teatro e muitos outros – todo mundo procurando, cavando a terra e a angústia, cavando a alma e o sistema social, cavando a estética e a linguagem. Todo mundo está atrás, trabalhando em várias veredas – como no sertão. Acho que a arte brasileira está nascendo desde o teatro de Anchieta – é um processo que vai levar mais 600 anos. A raça, a terra, a natureza – o nacionalismo vem desde aquele horroroso Basílio da Gama. José de Alencar, Lima Barreto, os poetas românticos, Augusto dos Anjos, Machado de Assis, Raul Pompéia, Nepomuceno, Mário de Andrade, Portinari, Volpi, Villa-Lobos, Niemeyer, Jorge Amado, Nelson Rodrigues, o poeta Vinicius, Nelson Pereira dos Santos e Zé Kéti – estão todos na jogada. É preciso ter abertura, abertura mesmo, porque todo grande artista é um revolucionário. Arte e liberdade é um corpo só, cangaceiro de duas cabeças, como dizia o capitão Cristino, vulgo Corisco”.

## **O sertão**

“Eu sou do sertão. No sertão tem muitas veredas, como diz o mestre Guima. No sertão, afinal de contas, a gente bebe uma selvagem metafísica. Aliás, sou do sertão, modéstia à parte, como também o mestre Villa-Lobos. Esta é a mistura – o resto é coisa do cão, do demo, do sol, do amor. Está por dentro?”

## **Público**

“O povo entende na medida do possível. Não entendo direito de público. Acho que o negócio é não ser quadrado, isto é, dar chance para todos pensarem. Ser intelectual ou não ser é besteira. Intelectual, pra mim, é um camarada que fica falando em mesa de bar e pichando todo mundo”.

## **Influências**

“Faulkner, Buñuel, Einstein e Joyce, Graciliano Ramos e bate-papo de esquina, a Bíblia e sobretudo Villa-Lobos, Kurosawa e os *westerns* americanos, Rossellini e Paulo Saraceni, a Bahia e a luz atlântica, o amor, o meu poeta Vinícius, Guimarães Rosa e música do Nordeste e Carlos Drummond, São Jorge, Sebastião, Parsifal, Visconti, Romeu e Julieta, Aquiles e Salomão, Didi, Pelé e Garrincha – sem os quais é difícil fazer com classe, eficiência dramática e malícia improvisadora que destrói os esquemas e transforma a tela em projeção da vida. Eu sou produto da minha vida mesmo e da minha razão que tenta emergir do caos, caos com K, se é que o Mautner aceita”.

## **Resistência cultural**

“Acho que o melhor negócio agora é resistência cultural. O povo precisa de resistência cultural. Muita coisa está errada, os artistas pensavam mas não estavam com o povo. Só deve existir a estrutura pessoal, libertária, rebelde, incomodativa, revolucionária e transformadora do artista falando numa linguagem tão profundamente humana que todos entendam. Se não tivermos resistência intelectual vamos cair na mais negra miséria, vamos cair no fascismo, vamos ver a democracia ser apenas um rótulo demagógico. Quando um povo começa a ser amordaçado, o artista deve abrir a boca bem alto e falar tudo, denunciar. O inimigo da política é a Arte. Você veja na Espanha, veja na Rússia, veja nos Estados Unidos. Quando os caras engrossam de um lado, os artistas engrossam do outro”.

## **Gênio ou doido?**

“Não sou nada disso. Talvez eu seja apenas incoseqüente. Deixa a maturidade chegar para eu ver direito. O que eu acho, como diz o poeta

Vinícius, meu irmão mais velho, é que quem de dentro de si não sai entra direto pelos canos. O negócio é câmara na mão e idéia na cabeça”.

## **Entrevistas**

“A gente deve falar pouco, porém firme. Agora, se é para falar mesmo, tem que ser como mestre Villa: os violoncelos tudo doido, as trompas tudo alucinada, os tambores tudo correndo, os *travelling*, tudo montado sem continuidade. Geraldo Del Rey e (Antônio) Pitanga gritando, Waldemar no rodopio, o mar atlântico rebolando – de uma forma que quando a razão recusa o coração aceita e perdoa. Não é assim no amor?”

## Um modo de ser campeão do mundo

Tudo voltou ao normal na redação da *Última Hora* de São Paulo, assim que, naquele ano de 1962, a sua tropa de repórteres e fotógrafos regressou do Chile, bafejada pela glória de ter sido testemunha ocular da segunda conquista brasileira em uma Copa do Mundo. Na retaguarda, ficaram os que de fato iam fazer o jornal circular, até em edições extras, que esgotavam rapidamente nas bancas. Três deles – entre os quais se incluía o autor destas linhas – ganharam um prêmio de consolação. Uma viagem ao Rio de Janeiro, aonde chegariam ao amanhecer de um dia em que as musas deviam estar despertando para inspirar poetas como Antônio Maria, o de *Manhã de Carnaval* e *Valsa de uma cidade*.

Bem, cá estava eu, crente que ia ter tempo para pegar um bronze em Copacabana. E para perder a respiração no Corcovado e no Pão de Açúcar, que só conhecia de cinema ou através dos cartões postais. Para descobrir os templos da bossa nova e do samba do morro. Para cair na gandaia. E eis que, de repente, uma notinha do *Jornal dos Sports*, o cor-de-rosa, fez cessar tudo que a antiga musa cantava. Não era que Mané Garrincha ia dar uma festa? E sabe onde? Em Pau Grande, lá na Raiz da Serra, em que havia nascido e ainda vivia.

Corri para a Praça da Bandeira, pois a redação da *Última Hora* carioca ficava naquelas bandas. E, ofegante, cheguei à sala do seu editor de Esportes, um francês gordo e afável – um modo de ser gordo é ser bonachão -, chamado Albert Laurent. Esperava que ele já soubesse que o anjo das pernas tortas, bicampeão mundial, o “Demasiado Garrincha” que tanto fascinava o mundo, a alegria do povo etc, agora ia combater à sombra, longe dos holofotes e do glamour do Rio. Não, ele, o chefe Albert, não sabia de nada. Mas tratou logo de escalar carro e fotógrafo (um outro iria participar da expedição, voluntariamente), para a cobertura do evento, no dia seguinte, um domingo.

Então nós fomos, atingindo o nosso objetivo por volta das 11 horas da manhã, quando descemos de uma kombi na praça principal de uma vila operária, que gravitava entre um morro e uma indústria de tecidos, a América Fabril. Garrincha morava numa casinha daquela praça, igual a todas as outras. Não foi difícil descobri-la. Era a de maior entra-e-sai da vizinhança, ajudando nas providências do almoço, a ser servido num abrigo, o ponto de encontro da comunidade.

Entregue ao afã de carregar engradados de cerveja e refrigerantes, enquanto as mulheres se encarregavam de copos, pratos e talheres, de vez em quando ele embocava pela casa adentro, para dar uma olhada no leitão que estava assando em sua cozinha, e cujo cheiro sentia-se da porta. Concentrado numa lida que ia do seu espaço privado ao público, ele dava a impressão de não querer perder tempo com conversa, muito menos com quem nem estava convidado. Para todos os efeitos, o ágape fora planejado apenas para os íntimos, ou seja, os da sua tribo e ninguém mais. Apesar disso, ele não se recusou a posar para uma foto, ao lado da mulher, dona Nair, e tendo as sete filhas do casal formando uma espécie de escadinha, da mais velha à última, bem pequenininha. Claro está que bastava esta para pagar a viagem. Na manhã seguinte, tal foto dominaria a primeira página do jornal, tanto na edição de São Paulo quanto na do Rio.

Não tardou a chegar mais um carro, este do *Jornal do Brasil*, trazendo o Oldemário Toguinhó - um repórter que fez escola e história -, também com um fotógrafo a tiracolo. Concorrência na parada. E mais estranhos no ninho do Garrincha, que continuava de bico calado. Até ver que a mesona posta no abrigo estava totalmente preparada. Então ele olhou em volta e disse: “Chegou a hora”. Não, não era a de avançar sobre o leitão assado. Mas a de subir o morro e bater uma bola, para abrir o apetite. Lá em cima havia um campinho de futebol, onde ele fora descoberto por um olheiro do Botafogo. Era lá que Mané Garrincha ia fazer a sua primeira partida, depois da Copa do Mundo, no Chile. E no mesmo

time de outros tempos - com os seus inseparáveis amigos Suíngue e Pincel -, que perdeu de 1 x 0 para o outro, de todos os outros do lugar. E este resultado virou manchete, que a *UH* noticiou como “furo” nacional, pois naquele tempo o *JB* não circulava às segundas-feiras.

E assim se conta também, e por tabela, um modo de ser repórter brasileiro.

Ele era a alegria do povo, o anjo torto, a cujos pés o mundo se curvava. O mundo em duas Copas. A da Suécia, em 1958, e a do Chile, em 1962.

## Relações transatlânticas

(Em homenagem a Alexandre O'Neill, “um poeta bestial, pá”,  
neto de irlandês e parente de Santo Antônio)

### AUTO-RETRATO

O'Neill (Alexandre), moreno português,  
Cabelo asa de corvo; da angústia da cara,  
Narigete que sobrepuja de través  
A ferida desdenhosa e não cicatrizada.  
Se a visagem de tal sujeito é o que vês  
(omita-se o olho triste e a testa iluminada)  
o retrato moral também tem os seus quês  
*(aqui uma frase censurada...)*  
No amor? No amor crê (ou não fosse ele O'Neill)  
e tem a veleidade de o saber fazer  
(pois amor não há feito) das maneiras mil  
que são a somovente estátua do prazer.  
Mas sofre de ternura, bebe demais e ri-se  
Do que neste soneto sobre si mesmo disse...

Lisboa, 25 de junho de 1965.

Ontem desembarcou aqui um brasileiro sem passagem de volta. E com apenas 600 dólares no bolso. Ele tem 24 anos, nasceu na Bahia, mas veio de São Paulo. Viera na classe turística de um navio italiano bonitão, o Augustus — que fazia a linha Buenos Aires-Gênova — no qual embarcara no porto de Santos, ao anoitecer de um dia cinzento. Chegou a Lisboa nesse domingo, num fim de tarde ensolarado, oito dias depois.

À primeira vista, a cidade de casario senhorial, coberto de telhas, a admirar-se no espelho das águas do Tejo, era mesmo cheia de encanto e beleza, como a cantavam, nos dois lados do Atlântico. “Se o que vês não é apenas um monte de casas velhas, tu a mereces”, ele se disse. Bela porta de entrada à Europa! Mas haja expectativa, ansiedade, incerteza diante de seu novo mundo, dali por diante.

De mala à mão, desceu do navio, despachou-se na alfândega sem problemas, recebeu e leu um telegrama, assinado por um desconhecido, que lhe desejava boas vindas e se desculpava por não poder recepcioná-lo, em virtude de um compromisso de última hora, intransferível. Grata surpresa. Sentiu-se a adentrar um território hospitaleiro. E pegou um táxi, que o levou para uma pensão na Praceta João do Rio. Precisava ficar perto da Praça de Londres, onde havia um emprego à sua espera, numa agência de publicidade, garantido pelo próprio dono dela – o senhor Coelho –, numa carta que ele portava – e à qual respondera informando o mês e o dia em que chegaria, daí o telegrama que lhe entregaram, ao desembarcar.

Instalou-se na pensão, onde a mesa era farta e o quarto confortável. Respirou os ares da praceta frondosamente arborizada, mergulhou numa banheira de água quente e dormiu o sono dos viajantes. Hoje acordou cedo, bem dormido, mas ansioso para apresentar-se à empresa que, logo descobrirá, fica num belo endereço. Marinheiro de primeira viagem, ele se regozija pelo mar de almirante em que navega até agora. Aguardemos, porém, a sua primeira tormenta, logo ao chegar ao que julgava o seu porto seguro, e ser recebido por um gerente que, do alto da sua franqueza gerencial, disse-lhe, de cara, na lata, sem mais delongas, que ele, o brasileiro, não devia ter vindo. Sua mudança para Portugal havia sido um equívoco: “Pensávamos que o senhor fosse um desenhador e não redactor”.



Imagine o pânico. Os seus 600 dólares mal dariam para uma passagem de volta. Irredutível, o gerente esclarecia-lhe que Portugal não precisava importar redactores publicitários brasileiros, pois os tinha de sobra, a maioria romancistas e poetas famosos, como José Cardoso Pires e Alexandre O'Neill, já os havia lido?

Nada a fazer. Só lhe restava (a ele, o senhor gerente), desculpar-se pelo mal-entendido e... “Passar bem”.

O brasileiro não se deu por vencido: “Quer dizer que a assinatura do seu patrão não significa nada para o senhor?” A pergunta desestabilizou toda a convicção com que o até então empedernido gerente o despachava. Percebeu isso pelos seus visíveis sinais de hesitação, ao vê-lo pegar um lenço e passá-lo na testa, a dizer:

- Deixemos que ele próprio decida.

E telefonou para o senhor Coelho, que se encontrava em casa, a cuidar de assuntos pessoais, informou. O patrão não hesitou em honrar o compromisso assumido através de uma carta transatlântica. E pediu ao gerente para passar o telefone ao redactor brasileiro. Para lhe dar as boas-vindas, desta vez de viva voz. Ufa!

Começará amanhã. Portanto, hoje terá tempo para flunar pela cidade. Desceu e engraxou os sapatos em frente ao Café de Londres, enquanto se refazia do transe vivido nas primeiras horas do dia. Aquela situação embaraçosa poderia ter sido evitada, se o tal gerente, ao agir como um cão de guarda patronal, tivesse raciocinado com rapidez, e consultado o patrão, antes de atacá-lo (a ele, o recém-chegado), com todas as unhas e dentes. Que cara, quer dizer, gajo, de raciocínio lento! Seriam todos os portugueses assim, e cheios de má vontade com um brasileiro? Mas não. Pela diligência e simpatia do senhor

Coelho não podia botá-los num mesmo saco.

Ficou um tempo observando os homens que iam e vinham pela calçada, todos muito velhos, tristes, cabisbaixos, pesadões, um passo hoje, outro anteontem, a dar voltas em torno de si mesmos, num círculo de desesperança. Como se carregassem nas costas e na alma o fardo de quatro décadas de totalitarismo - na era de Antônio de Oliveira Salazar -, três séculos de inquisições, dois mil anos de cristianismo. Parecia não haver nesta cidade uma só viv'alma da sua idade. Os jovens estavam na guerra na África ou haviam fugido Europa adentro. Perguntou-se o que tinha vindo fazer aqui. Daí a pouco perceberia que a viagem havia começado a valer a pena.

Foi assim:

No Café de Londres, ainda a remoer um resto de angústia, pelo impasse que o tal gerente criara, lembrou-se de que precisava telefonar para um certo Galveias Rodrigues, diretor da Telecine-Moro, a maior produtora de filmes publicitários de Portugal. O motivo da ligação era um presentinho que ele trazia do Brasil – um boizinho de barro do mestre Vitalino -, enviado por um diretor de arte de São Paulo chamado Laerte Agnelli, que havia trabalhado seis meses em Lisboa. Desenhador podia, claro!

Apressou-se em comprar ficha e se valer de um telefone público. Galveias Rodrigues o atendeu prontamente. Em menos de uma hora já estava em seu gabinete. E dele sendo levado a conhecer os estúdios de filmagem, sala de projeção, filmes produzidos, *story-boards* de comerciais em produção e, por fim, a ala dos criativos. Foi aí que o nome de Alexandre O'Neill lhe foi mencionado pela segunda vez, nessa manhã. Logo, quase que o conhecia, antes de a ele ser apresentado.

O poderoso Galveias Rodrigues despediu-se, deixando-o aos cuidados

do seu próprio redactor, “um poeta bestial, pá”, que adorava o Brasil, sem nunca lá ter ido. Deu para notar isso logo à entrada da sua sala, que tinha uma das paredes decorada com crónicas de Rubem Braga, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Vinícius de Moraes e Rachel de Queiroz.

— Com que então és brasileiro! – ele exclamou. – Nascestes num país grande e por isso andas pelo mundo como se estivesses atravessando um quintal.

- E o que dizer dos portugueses, que nasceram num país pequeno e se meteram em quase todos os cantos do planeta?

- Ó pá! Agora me destes uma volta.

Ato contínuo, Alexandre O’Neill levou sua inesperada visita à parede, na qual colara também poemas de João Cabral de Melo Neto. Ao mostrá-los, disse ter sido o organizador da primeira antologia de João Cabral publicada pela Portugália Editora, em 1963. E que era amigo dele. Costumava visitá-lo em Sevilha, onde o poeta brasileiro da sua maior admiração diplomaciava, como cônsul do Brasil. Encerrando esse capítulo, comentou o rigor de João Cabral com as palavras, que lhe parecia obsessivo:

- Ele afia tanto a ponta do lápis que ainda vai acabar cortando os dedos.

Antes de partirem para almoçar, ele pegou o seu paletó, que estava pendurado nas costas de uma cadeira. Enquanto o vestia, surpreendeu o brasileiro com uma observação prosaica:

- É bonito este teu casaco.

- O teu também é bacana.

- Mas não tem o corte e o caimento deste teu.

- Foi feito sob medida, para a viagem. No entanto, não tem lá essas

diferenças do teu. A não ser na cor.

- Queres trocar?

Então o brasileiro passou-lhe o seu paletó azul e vestiu um marrom. Os dois encaminharam-se para um espelho. E concordaram que a permuta havia caído bem em cada um. Além de selar o começo de uma amizade, que atravessaria os tempos. Foi na casa de Alexandre O'Neill que o brasileiro encontrou guarida, ao ficar desempregado em Lisboa – e por quatro meses! –, sendo assim recebido, à Rua da Saudade, 23:

- Não precisas de emprego, mas escrever. Vou te tratar a pão e água, para que escrevas.

- E por que achas que tenho que escrever.

- Porque um dia, logo ao chegares, recitastes para mim, de memória, trechos e mais trechos de Scott Fitzgerald. Então eu pensei: “Tenho que levar esse gajo a sério”.

### Amigo

Mal nos conhecemos  
Inauguramos a palavra “amigo”

“Amigo” é um sorriso  
De boca em boca,  
Um olhar bem limpo,  
Uma casa, mesmo modesta, que se oferece,  
Um coração pronto a pulsar  
Na nossa mão!

“Amigo” (recordam-se, vocês aí,

Escrupulosos detritos?)

“Amigo” é o contrário de inimigo!

“Amigo” é o erro corrigido,

Não o erro perseguido, explorado,

É a verdade partilhada, praticada.

“Amigo” é a solidão derrotada!

“Amigo” é uma grande tarefa,

Um trabalho sem fim,

Um espaço útil, um tempo fértil,

“Amigo” vai ser, é já uma grande festa!

Claro está que aquele brasileiro ainda não havia lido isto. E que, até o dia 25 de junho de 1965, não fazia a menor idéia de quem era Alexandre Manuel Vahia de Castro O’Neill de Bulhões – por um lado, neto de um irlandês, e, por outro, parente de Santo Antônio, que também era um Bulhões. Portanto, não sabia que ele, aos 40 anos, era um dos maiores nomes das letras portuguesas do século 20, às quais legou páginas memoráveis, sobretudo em versos, como os de “Um adeus português”, “A pluma caprichosa”, “O poema pouco original do medo”, “O país relativo”, “Portugal”.

Sua obra poética está toda reunida num só volume, de mais de 500 páginas. Publicou livros de crônicas, com títulos curiosos, como “As horas já de números vestidas” e “Uma coisa em forma de assim”. Amou muitas mulheres (o brasileiro desta história conheceu algumas delas: Noêmia, a mãe de seu filho Xaninha, Pâmela e Teresa, com quem teve outro filho). Mudou de endereço uma vez, para a Rua da Escola Politécnica, 48. Teve um programa de TV, coluna em jornal, e muitos patrões, até não achar mais quem lhe desse emprego. Entre os altos e baixos, viveu à rasca, ou seja, com problemas de dinheiro. Viajou ao

Brasil em 1983, quando conheceu o Rio, São Paulo, Salvador e Fortaleza, fazendo parte de uma delegação de escritores, que incluía José Saramago, Lídia Jorge, José Cardoso Pires e Lobo Antunes. (Ao embarcar de volta a Lisboa, no Galeão, disse: - Quem chega por este aeroporto pela primeira vez, fica a achar que está a chegar num dos países mais ricos do mundo.).

Alexandre O'Neill bebeu e fumou demais. Sofreu o primeiro enfarto aos 52 anos. Morreu no dia 21 de agosto de 1986, aos 62.

Em 6 de julho de 82, ele havia publicado no *Jornal de Letras*, de Lisboa, a seguinte crônica:

“Quando se está com pane cardíaca o universo minguava e um sujeito ‘desliga’. Passa para a categoria de ‘bom doente’ para ver se salva o canastro, mas não tem propriamente medo. Só tem medo que se enganem nos remédios e lhe enfiem os que são para algum vizinho... De resto, nada mais, a não ser que, quando se volta para casa, se sente tudo fora do sítio e não se acredita que o canastro volte à normalidade. Nem com um jornal na mão se pode andar. Nem se pode caminhar contra o vento. Nem... Nem... Nem... Até que um dia um sujeito se sente de repente melhor que novo e recomeça a fazer asneiras...”

\*

Lisboa, 6 de novembro de 1995.

“Numa noite escura da alma são sempre três horas da manhã”.

Alexandre O'Neill: esta frase aí é de Scott Fitzgerald (lembra?) e serve à perfeição para revestir as horas já de números vestidas, sem que eu consiga pegar no sono. Vem um motorista me buscar aqui no hotel, às sete, para me levar ao aeroporto, onde devo embarcar para Roma, se sobreviver até lá. Que

coisa estranha: rodei, rodei, rodei para, afinal, vir morrer em Lisboa. Estou com medo. E achando que desta noite não escapo. Não adianta mudar de posição na cama, deitar de lado até o ombro doer, esperando que o sono chegue. Já fui ao banheiro várias vezes, me olhei no espelho, pra ver se há algum sinal de morte na minha cara, que parece normal. Já bebi potes de água, e nada do sono baixar. É estranho mesmo. Muito estranho. Para piorar as coisas, vêm-me à memória uns versos da sua lavra:

Eu estava bom pra morrer  
nesse dia.  
Não tinha fome nem sede,  
nem alarme ou agonia.

Comigo me desavenho nas horas que vão se vestindo de branco.

Estou no Hotel Tivoli, na Avenida da Liberdade. Ainda há pouco cheguei à janela e vi as árvores negras, peladas, desvestidas de folhas, como em todos os outonos de Lisboa. E pensei: “Provavelmente um dia eu já tenha vivido aqui. Mas isso faz muito tempo. Foi no tempo de Alexandre O’Neill”. O que escreveu:

Subamos e desçamos a Avenida,  
Enquanto esperamos por uma outra  
(ou pela outra) vida.

Estou aqui como jurado do Prêmio Camões, ora veja. E vim com o romancista Márcio Souza e o poeta Affonso Romano de Sant’Anna. O prêmio saiu para José Saramago, aquele que me deu uma carona da casa do nosso amigo Fernando Santos para a sua, numa noite de fevereiro de 1984, em que fui seu hóspede (outra vez!), por cinco dias.

Àquela altura, você estava passando a pão e água, eu me recordo. A

ponto de catar tostões para uma refeição por dia, como me contou. E remoia-se em atribulações pelo fracasso de um casamento; um filho com problemas (parece que veio a se suicidar); nenhuma perspectiva de trabalho. Ainda assim, você se contorcia em dúvidas: se devia ou não aceitar uma bolsa mensal do Instituto Português do Livro, oferecida pelo presidente daquela instituição, António Alçada Baptista, seu amigo de todas as horas, até a última. (Foi ele quem me telefonou um dia, para me dizer, desolado, que você havia entrado em coma).

- Não achas que essa bolsa é uma espécie de esmola? – você me perguntou, num daqueles cinco dias em que me oferecia a sua casa, pela última vez.

- Aceite-a como um direito. Autoral. Como um pagamento do que os editores lhe devem. E isso está vindo em boa hora, não é? – foi o que lhe respondi, incitando-o a não vacilar mais, para não continuar se martirizando com a falta de dinheiro, até para o pão de cada dia.

Fui encontrá-lo no Instituto, depois dos seus acertos burocráticos com o Alçada Baptista, conforme o combinado. Quando cheguei lá, vocês dois conversavam animadamente. Você sorria. Gostei de revê-lo de novo ânimo, de uma hora para outra. O Alçada levou-me a um passeio entre ruas de livros. Estava orgulhoso do trabalho que vinha fazendo ali. E eu dele, pelo bem que lhe fizera. A você, Alexandre O'Neill, que por um momento voltava a sorrir.

Dali fomos almoçar com o bom Irineu Garcia, o brasileiro dos discos de poesia, amigo de toda a gente do meio literário nos dois lados do Atlântico, e que já havia se tornado um lisboeta. No entanto, confessou-nos estar em dúvida se deveria ou não voltar para o Brasil. Não teve muito tempo para se decidir. Acabou sendo encontrado sem vida, pelo Cardoso Pires, num dia em que marcara um almoço com ele.



Ainda há pouco o José Carlos de Vasconcelos, o do JL, em que você tanto colaborou, veio buscar o Affonso Romano de Sant'Anna e eu para um jantar de lordes. No caminho para o restaurante, o carro em que nos levava cruzou a Rua da Escola Politécnica. Olhei à direita tentando localizar o prédio onde você morava, mas não deu para vê-lo. Depois a jornalista brasileira Norma Couri me levou ao teatro, para assistirmos a uma peça de Hélder Costa.

Findo o espetáculo, o Hélder me deu uma carona para o Procópio, onde a atriz (e que atriz!) Maria do Céu Guerra nos aguardava. E, como sempre, para cobrar as minhas memórias de você, que são as do meu tempo de Lisboa, de Portugal, àquele tempo definido pelo Fernando Santos como “um doce país fascista”, então a atravessar uma das ditaduras mais longevas do mundo. E é esse o país que está ao fundo de seus poemas.

Agora, Lisboa já não parece a cidade de homens dos pés redondos, a dar voltas em torno de si mesmos, tal qual parecia ao meu primeiro olhar, naquela manhã em que engraxei os sapatos na calçada do Café de Londres, no dia 25 de junho de 1965. Agora a cidade está chiquezinha, engraçadinha, internetadazinha, globalizadazinha. Agora, sim, é que ela desfila no “luxo blindado dos seus automóveis”. Importados, pois, pois! Percebe-se uma nova classe nesse desfile. Resta saber de onde veio, o que faz e para aonde vai.

Hoje à tarde parei diante de uma vitrine aqui ao lado do hotel, atraído por um paletó bacanérrio. Recordei-me do nosso primeiro encontro, na Telecine-Moro. Entrei na loja e perguntei o preço. 500 dólares! Ora, viva: Lisboa não era a cidade mais barata da Europa? Pensei: esse não vou poder permutar com o O'Neill. Desta vez fico-lhe devendo um novo paletó.

No Procópio, a Maria do Céu estava cercada de amigos, como o Raul Solnado, o comediante lendário. De repente me chamam ao telefone. Era a

Leonor Xavier, que amanhã estará lançando um livro muito bem editado sobre Maria Barroso, a senhora Mário Soares. Falando nisso, me contaram uma história... engraçada? Vá lá. Consta por aqui que, quando você agonizava na cama de um hospital, disse que queria a presença, ao pé dela, do presidente da República, que não era outro senão Mário Soares. Ao saber disso, ele foi visitá-lo. Mas deixou o hospital sem entender nada. Você o teria enxotado, aos berros: “Tirem esse homem daqui! Quem o chamou? Não quero falar com ele!”

Feita essa digressão (para você rir aí um pouquinho de si mesmo), volto ao telefonema da Leonor Xavier: “Tu aqui e o O’Neill cá já não está”. Desligou e veio correndo, não sei se para me ver ou ao Raul Solnado, com quem andava estremecida, mas pelo pude perceber acabaram voltando às boas.

Seja como for, gostei de revê-la. A última vez que a havia visto foi numa festa no Rio de Janeiro, patrocinada por ela, há muitos anos — para José Saramago! O que acaba de levar o Prêmio Camões. A propósito, estranhei um cidadão que me interpelou no Procópio. Ele havia me visto na televisão, a dizer bem do premiado. Disse-me, na lata, ao jeito lusitano sem peias, que não entendia o fascínio brasileiro pelo Saramago.

- Esse gajo é um chatarrudo, um antipático, que vive a dizer mal de Portugal — e continuou desatando uma data de impropérios nada glorificantes a respeito do velho Zé, que está famoso como um corno, e com toda pinta de Prêmio Nobel. Mas aqui lhe sovam. Imagine os estilhaços verbais que sobraram para mim, por ter participado do júri e dito na televisão que o prêmio era justo etc. Chiça! Tudo como dantes. Dizer mal de toda a gente é uma tradição portuguesa, com certeza.

Também diziam muito mal de você, eu me lembro. Quando você fazia um programa na televisão e tinha uma coluna no *Diário de Lisboa*. Deviam pensar que você estava de tripa forra, com dinheiro saindo pelo ladrão. Sem terem

antes o cuidado de verificar o seu saldo bancário. A vida é assim. Ou será uma coisa em forma de assim?

Se sobreviver a esta madrugada que avança com as horas cada vez mais se vestindo de números, escreverei umas linhas a seu respeito, nem que seja apenas para dizer que você foi um amigo como poucos.

E não foi?

\*

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 2007.

Pois, pois. Cá estou, sobrevivendo às minhas próprias “mós de baixo”. E ainda condenado ao seu auto-de-fé:

Folha de terra ou papel,  
Tudo é viver, escrever...

**Um célebre poema de O'Neill,  
e mais dois poemas em que ele celebra poetas brasileiros**

UM ADEUS PORTUGUÊS

Nos teus olhos altamente perigosos  
vigora ainda o mais rigoroso amor  
a luz de ombros puros e a sombra  
de uma angústia já purificada

Não tu não podias ficar presa comigo  
à roda em que apodreço  
apodrecemos  
a esta pata ensanguentada que vacila  
quase medita  
e avança mugindo pelo túnel  
de uma velha dor

Não podias ficar nesta cadeira  
onde passo o dia burocrático  
o dia-a-dia da miséria  
que sobe aos olhos vem às mãos  
aos sorrisos  
ao amor mal soletrado  
à estupidez ao desespero sem boca  
ao medo perfilado  
à alegria sonâmbula à vírgula maníaca  
do modo funcionário de viver

Não podias ficar nesta cama comigo  
em trânsito mortal até ao dia sórdido  
canino  
policial  
até ao dia que não vem da promessa  
puríssima da madrugada  
mas da miséria de uma noite gerada  
por um dia igual

Não podias ficar presa comigo  
à pequena dor que cada um de nós  
traz docemente pela mão  
a esta pequena dor à portuguesa  
tão mansa quase vegetal

Não tu não mereces esta cidade não mereces

esta roda de náusea em que giramos  
até à idiotia  
esta pequena morte  
e o seu minucioso e porco ritual  
esta nossa razão absurda de ser

Não tu és da cidade aventureira  
da cidade onde o amor encontra as suas ruas  
e o cemitério ardente  
da sua morte  
tu és da cidade onde vives por um fio  
de puro acaso  
onde morres ou vives não de asfixia  
mas às mãos de uma aventura de um comércio puro  
sem a moeda falsa do bem e do mal

\*

Nesta curva tão terna e lancinante  
que vai ser que já é o teu desaparecimento  
digo-te adeus  
e como um adolescente  
tropeço de ternura  
por ti.

.....

## SAUDAÇÃO A JOÃO CABRAL DE MELO NETO

João Cabral de Melo Neto,  
Você não se pode imitar,  
mas incita a ver mais de perto,  
com mais atenção e vagar,  
o que está como que em aberto,  
ainda por vistoriar,  
o que vive entre pedra e terra  
e o que é entre muro e cal,  
o que tem “vocaçãõ de bagaço”  
e o que resiste no osso ou no “aço  
do osso”, mais essencial.

Tateamos matéria pobre  
com sua mão que nada encobre

e ouvimos assoviar  
versos (sem pássaro) de cobre.  
De prosaico há-de ser chamado  
pelos do “estilo doutor”,  
cabeleireiros da palavra,  
pirotécnicos do estupor,  
que dão tudo por uma ária  
de alambicado tenor,  
que encaixilham a dourado  
morceaux choisis de orador,  
mas de prosaico não foi chamado  
o nosso Cesário Verde?  
O lugar-comum se repete  
aqui ou do outro lado...

\*

Porém adoptemos prosaico  
num sentido que ao bacharel  
escapará, é matemático.  
Prosaico mas não aquele  
que em verso é incapaz de verso  
por estar sempre a pôr em verso,  
uma sorte de tradutor  
para poesia  
e às vezes até um guia  
do político amador.  
Exemplo: Pablo Neruda.  
Prosaico, mas sem literatura,  
sem o discursivo, sem a mistura  
de panfleto, notícia, ladainha.

Prosaico: o não enfático,  
o que não mente a si mesmo,  
o que não escreve a esmo,  
o que não quer ser simpático,  
o que é a palo seco,  
o que não toma por outro  
mais fácil trajecto  
quando está diante do pouco,  
nem que seja um insecto.

Já se deixa ver que prosaico,  
assim, mal definido,  
não é uma atitude  
que se arvore ou um laivo,  
uma tinta de virtude:  
é um modo de ser,

mesmo antes do verso,  
mesmo fora do verso,  
mesmo sem dizer.

Será neste sentido,  
prosaico Melo Neto,  
que no poema “O Rio”  
cita Berceo: “Quiero  
que componamos io e tú uma prosa”?  
Será no mesmo sentido  
de Pessoa-Alberto Caeiro  
(outro prosaico, mas desiludido...):  
“...escrevo a prosa dos meus versos  
e fico contente”?

Quanto a mim, ainda o bonito  
me põe nervoso, o meu canito  
ainda tem plumas — e lindas! —  
e o meu verso deita-se muito,  
não sobre a terra, mas em sumaúmas,  
já com bastante falta de ar...

Ó Poeta,  
não é motivo para não o saudar!

ALÔ, VOVÔ!

.....

A Manuel Bandeira,  
nos seus 80 anos.

Esperei vê-lo por aqui um dia, seu dentuças,  
travar-lhe do braço e contar-lhe como o Maximiliano do México foi parar ao  
[Rossio  
(toda a gente julga que é Pedro IV o pedestalizado),  
apontar-lhe o frustrâneo cotovelo lusitano  
no mármore dos cafés,  
comer com Você joaquinzinhos inteirinhos e duma só vez,  
fazer boca ou boqueirão com o vinho (que era) de tostão,  
mostrar-lhe como eu e o Cinatti caprichamos nas saladas  
(aqui não põem coentro na salada, calcule Você!)  
saladas de alface, agrião,  
coentro,  
rabanete, tomate,  
mais coentro,

mas “cebola, não!”...  
Ch’bola, non!  
...que não sai nem com o desodorizante que chamam de halazon.

Um pulo à casa onde nasceu o Pessoa, sim?  
(Nós não somos pessoas assim à toa, não!)

E em minha casa, à Rua da Saudade, a cavaleiro do rio,  
Você podia fumar escondido dos adultos  
como na outra Saudade do seu Recife de menino.  
Depois: broto, ou brisa  
com Anarina, mas sem Adalgisa...

Atenção, Poeta: re-cepção!

Iríamos deixá-lo à porta da recepção,  
da sessão de autógrafos,  
de antropógrafos,  
às mãos dos vestibulantes tão (p)restantes.

À saída lá estaríamos pra levá-lo ao hotel  
e, esquecida a poesia, a literatura,  
num repente de ternura pegar-lhe na mão:

Sua bênção, Vovô Manuel!

Remessa

Drinka, trinca  
connosco, Manuel,  
sem autógrafo nem cóquetel,  
que nós não podemos ter os teus oitenta,  
nem com uísque, nem com água de Juventa,  
Manuel!



## Enquanto Nova Orleans agonizava

Esta é uma viagem de volta ao ano de 1924, com uma escala em Nova York ou, mais precisamente, na livraria de Elizabeth Prall, a sra. de Sherwood Anderson, o célebre autor de *Winesburg, Ohio*. Trabalhava com ela um rapaz do Sul chamado William Faulkner. Ele está doido para conhecer aquele de quem acabara de ler um livro de contos - *Cavalos e homens* -, achando que um deles, intitulado *Eu sou um louco*, juntamente com o *Coração nas trevas*, de Conrad, eram as duas melhores narrativas curtas que já tinha lido. E definia Anderson assim: “Um milharal com uma história a contar e uma língua com a qual fazê-lo.”

Elizabeth Prall deu-lhe o mapa do tesouro: seu marido estava em Nova Orleans. No ano seguinte os dois iriam passar uns dias juntos, caminhando pelo French Quarter e ao longo do Mississippi, sentando-se em cafés e no Jackson Park, passeando de barco pelo rio e fazendo excursões de iate no lago Pontchartrain.

O resultado dessa convivência: por recomendação de Sherwood Anderson, o ainda aprendiz de feiticeiro chamado William Faulkner teria o seu primeiro romance, *Soldiers' pay*, publicado pela editora Boni & Liveright, o que lhe abriria o caminho para uma vasta e poderosa produção. Ele viria a legar ao mundo títulos memoráveis como *Enquanto agonizo*, *O som e a fúria*, *Luz em agosto* e *Palmeiras selvagens*, que lhe deram o passaporte para o Prêmio Nobel.

Faulkner ficou seis meses na capital da Louisiana. Nesse período, escreveu 16 textos para o caderno dominical do *Times-Picayune*, que teve sua circulação suspensa quando Nova Orleans agonizava, sob os efeitos de um furacão.

Essa sua incursão jornalística está no livro *Esquetes de Nova Orleans*, que saiu aqui em 2002, pela Editora José Olympio, em tradução de Leonardo Fróes, no qual captei umas linhas encantadoras (*O turista – Nova Orleans*) daquele que sempre foi um dos meus santos de cabeceira:

“Uma cortesã, nem velha porém nem mais tão nova, que evita a luz do sol para que a ilusão de sua glória passada se preserve. Os espelhos de sua casa são baços e as molduras estão bem desbotadas; toda a sua casa é fosca e bela com o tempo. Graciosamente ela se reclina numa espreguiçadeira opaca de brocado, há um cheiro de incenso que a rodeia, e suas vestimentas se dispõem em dobras formais. Ela vive numa atmosfera de um tempo morto e mais atraente.

A pouca gente ela recebe, e é através de um eterno lusco-fusco que eles vêm visitá-la. Ela mesma não fala muito, no entanto parece dominar a conversa, que é em voz baixa mas nunca insípida, artificial mas não brilhante. E os que estão entre os eleitos devem ficar para sempre fora de seus portais.

Nova Orleans... uma cortesã cujo poder sobre os maduros é forte e a cujo charme os jovens têm de se mostrar sensíveis. Todos que a deixam, em busca dos cabelos nem castanhos nem dourados da virgem e de seu peito descorado e gélido onde jamais algum amante morreu, vêm-lhe de volta assim que ela sorri pelo seu leque lânguido...”

Esta era Nova Orleans: a mãe do *blues* e o pai do *jazz*. A festeira cidade do *Mardi Grass*, fundada em 1718 por um certo Le Moyne de Bienville. E que conheceu o apogeu entre o ano de 1803, quando foi comprada dos franceses pelos Estados Unidos, e a Guerra da Secessão, entre 1861 e 1865, que pôs o Sul escravocrata na linha de fogo contra o Norte industrializado. E que, ao mergulhar num horror apocalíptico, expôs os grandes contrastes da maior

potência do mundo ocidental, mais competente para interferir em quintais alheios do que para cuidar dos seus.

Já terá ela, a grande potência, sido capaz de recuperar “o leque lânguido” de Nova Orleans? Ou a fruição da vida, no encanto que se encontrava nas suas partes mais antigas, que Sherwood Anderson, o *pai* de William Faulkner, desejava para todas as cidades americanas?

Por enquanto, resta a memória de seus melhores dias.

## Idéias de Jeca Tatu

Primeiro, vejamos qual é a origem etimológica do seu nome. E o que simboliza. Personagem criado por Monteiro Lobato em 1918, Jeca Tatu seria dicionarizado como substantivo comum, significando o habitante do interior brasileiro, especialmente o caipira da região Centro-Sul. É daí que surge o popularíssimo jeca. Tanto serve para definir o matuto bronco quanto qualquer pessoa sem refinamento. Em outras palavras: cafona, brega, ridícula.

Para o autor de *Urupês*, Jeca Tatu era “um piraquara do Paraíba, maravilhoso epítome de carne onde se resumem todas as características da espécie”. Eis o protótipo criado por ele: modorrento, a vegetar de cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso; soturno, fatalista, sem noções de pátria, de civismo, nem do país em que vive; e com um suculento recheio de superstições. “Todos os volumes do Larousse não bastariam para catalogar-lhe as crendices, e como não há linhas divisórias entre estas e a religião, confundem-se ambas em maranhada teia, não havendo distinguir onde pára uma e começa outra”.

Na verdade, tal tipo nada heróico contrapunha-se à galeria de heróis da vertente literária que Lobato chamava de “caboclisto”. Ou seja, a que recorria, extemporaneamente, a um romantismo tardio, gerador de subprodutos do indianismo de José de Alencar, com suas incomparáveis idealizações do homem natural “como sonhava Rousseau” - de tantas perfeições humanas que sobrelevava aos ditos civilizados, em beleza de alma e corpo. “A sedução do imaginoso romancista criou forte corrente. Todo o clã plumitivo deu de forjar seu indiozinho refogado de Peri...”

Monteiro Lobato se interpôs nas encruzilhadas entre esses cultuadores dos Peris de segunda ou de terceira geração, e os modernistas de 1922. Se não chegou a exclamar, como Flaubert a respeito de sua mais famosa personagem –

“Madame Bovary sou eu!” -, pelo menos imaginou que criador e criatura tivessem a mesma visão do Brasil daquele tempo. Ao reunir em livro uma série de artigos publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*, e em outros, intitulou-o *Idéias de Jeca Tatu*, justificando o título desta maneira: o coitado, se pensasse, pensaria assim.

Assim como? “Em prol da nossa personalidade”. E contra os macaqueadores do *dernier cri* “dos homens e das coisas de Paris”, incapazes de uma atitude própria na vida e nas artes. “Convenhamos: a imitação é, de feito, a maior das forças criadoras. Mas imita quem assimila processos. Quem decalca não imita, furta”.

Ao entrar na pele do bronco Jeca Tatu, e emprestar-lhe a sua própria consciência, Monteiro Lobato mais parecia um tribuno indignado contra os imitadores de toda espécie, que ele chamava de *macaquitos* e *macacões*. A edição do livro que tenho, da Brasiliense, é a 13<sup>a</sup>, publicada em 1969. E abre com a seguinte nota dos editores:

“Temos aqui um bem estranho livro. Monteiro Lobato fala de arte, e revolucionariamente, como de costume. Sua rebeldia mais acentuada nós mal a compreendemos hoje: contra o francesismo, a francesia, a nossa completa emulação de personalidade diante da França. Hoje está tudo mudado. As idéias de Monteiro Lobato venceram em toda a linha. Não só desapareceu a unicidade da influência francesa, como o que Lobato queria, a arte nacional, a coragem das coisas nacionais e até dum estilo arquitetônico nacional, fizeram-se lugares comuns. Abrimos o rádio e ouvimos dez números de arte roceira – ao passo que naquele tempo, quando pela primeira vez apareceu Pernambuco a cantar o ‘Luar do Sertão’ de Catulo, o acontecimento foi de tal monta que provocou um artigo seu”.

É curioso ler-se isso agora, quer dizer, em plena era globalizada, quando o nacional parece ir aos poucos sumindo do nosso horizonte. E quando chamar alguém de nacionalista, dependendo do tom de voz, pode parecer uma grave ofensa. Mas continuemos com a leitura da nota dos editores de Lobato, a propósito do livro “Idéias de Jeca Tatu”:

“Em numerosas páginas deste volume a ‘terra’ aparece em suas onímodas expressões – o interior, a roça, a gente da roça, os costumes e comidas da roça. E Lobato atrevidamente antepõe tudo isso à ‘chinfrineira do litoral’ – essa ‘civilizaçõzinha de arremedo e de empréstimo onde tudo são mentiras à terra”. Em resumo, segundo aqueles editores, ali estava um Lobato em mangas de camisa, integralmente ele próprio no pensamento e no modo de expressá-lo – vivo, alegre, brincalhão e com uma ironia às vezes levada até a crueldade.

A primeira cipoada dele é na imprensa: “Anda para cinco meses que abrir um jornal vale tanto quanto abrir um porco de cerva, tal o bafio de sangue que escapa dos telegramas, das crônicas, de tudo. Ora, isto afinal engulha, e sugere passeios por veredas afastadas do matadouro, onde os pés não chapinhem em lama de sangue nem se raspem os nossos olhos na rês humana carneada a estilhaços de obus”. O que diria Lobato da imprensa, hoje, tanto quanto do noticiário televisivo?

Bem, tudo o que sabemos é sobre o que ele pensava então e não sobre o que ele poderia vir a pensar no futuro, que, afinal, é o nosso presente. Melhor dizendo: se, de fato, pensasse, Jeca Tatu teria pensando por vezes de forma politicamente incorreta, ou jocosa, no que concerne à sua visão da História do Brasil, por exemplo:

“Enquanto colônia, era o Brasil uma espécie de ilha da Sapucaia de Portugal. Despejavam cá quanto elemento anti-social punha-se lá a infringir as Ordenações do Reino. E como o escravo indígena emperrava no eito, para cá foi

canalizada de África uma pretalhada inextinguível. Até a vinda de D. João, o Brasil não passava de índio e mataréu no interior e senhores, feitores e escravos nos núcleos de povoamento da costa, muito afastados entre si e rarefeitos. Em toda essa fase o Brasil não dá de si nenhum bruxoleio de arte.

E assim vai até que um tranco de Napoleão dá com o rei de Portugal para cima do Rio de Janeiro. Apesar da pressa com que arrumou as malas, D. João VI trouxe todos os ingredientes para uma boa implantação aqui: fidalgos de orgulhosa prosápia, nobres matronas, almotacés, estribeiros-mores, açafatas da rainha, vícios de bom tom, pitadas de arte e ciência e mais ingredientes básicos de uma monarquia preposta a pegar de galho”.

Ele vê a fuga da corte de D. João VI, quando da invasão napoleônica, de modo bem irônico, beirando o sarcasmo:

“Na lufa-lufa do embarque em Lisboa muita peça se quebrou, outras caíram ao mar, outras ficaram esquecidas lá no palácio. Perderam-se sobretudo muitos parafusos e porcas, e disso veio que, ao armar-se novamente, o Estado ficou meio bambo, frouxo de mancais e ferro.

Entre as coisas avariadas pela água do mar apareceu a Urna – a Urna das Eleições! Remendaram-na como puderam, mas nunca funcionou a contento nas terras do Brasil. Algo essencial se perdeu na travessia”.

Dois frasquinhos de drogas homeopáticas ninguém descobriu onde paravam: um com a Noção do Dever, e outro com a Noção da Responsabilidade”.

As idéias de Jeca Tatu sobre a criação do estilo:

“Não vem dos grandes mestres das artes plásticas a feição estética duma cidade. Vem antes de humildes artistas sem nome – do marceneiro que lhe mobília a casa, do serralheiro que lhe bate o ferro dos portões e grades, do entalhador de guarnições e molduras, do fundidor, do estofador, do ceramista, de quantos direta ou indiretamente afeioam o interior da casa urbana. Como tais obreiros são numerosíssimos, dilata-se-lhes a zona de influência. Sai-lhes inteirinha das mãos a casa popular como ainda a burguesa, e em boa parte o palacete rico”. Ele segue dizendo que era preciso cuidar da educação artística do operário, ensinando-lhe o bom gosto, desabrochando-lhe o senso da arte, norteando-lhe o impulso da criatividade, para dar moldes indeterminados, mas individualíssimos, à cidade futura.

Para ele, era assim que se criava estilo: como feição peculiar das coisas, um modo de ser inconfundível, a fisionomia, a cara da obra de arte. Em síntese, Jeca Lobato ou Monteiro Tatu definia toda a arte como produto conjugado do homem, do meio e do momento, mas que só adquire caráter pelo estilo. E aí vem uma cacetada em quem não o tem, a começar pela arquitetura:

“Não ter cara é um mal tamanho que as cidades receosas de criá-la própria importam máscaras alheias para fingir que têm uma”.

Ele conta que quando Anatole France esteve no Brasil, mostraram-lhe nossos monumentos, crenes de que ele iria esboçar uma exclamação diante deles. Mas que nada. O requintado artista só torceu o nariz:

- Já vi isto mil vezes – ele disse.

- Onde?

- Em toda parte. Europa, Bombaim, Port-Said.



“De quanto viu só lhe interessaram velhas igrejas. Descobriu nelas uma arte ingênua, porém mais eloqüente que o esperanto arquitetônico da Avenida Paulista”.

E tome diatribe. Contra as nossas casas, que “mentem à terra, ao passado, à raça, à alma, ao coração. Mentem em cal, areia e gesso, e agora, para maior duração da mentira, começam a mentir em cimento armado”.

O indignado Jeca Tatu não via sequer um trinco de porta que lembrasse coisa nossa. E desancava:

“Dentro de um salão Luis XV somos uma mentira com o rabo de fora. Porque por mais que nos falsifiquemos e nos estilizemos à francesa, Tomé de Souza e os 400 degredados berram ao nosso sangue; Fernão Dias geme; Tibiriçá pinoteia...

É acerba a sua crítica à maneira como o brasileiro mobiliava-se:

“Nosso mobiliário dedilha a gama inteira dos estilos exóticos, dos rococós luizescos às japonezices de bambu laçado. O interior das nossas casas é um perfeito prato de frios dum hotel de segunda. A sala de visitas só pede azeite, sal, vinagre para virar salada completa. Cadeiras Luis 15 ou 16, mesinha central Império, jardineiras de Limoges, tapetes da Pérsia, ‘perdões’ da Bretanha, gessos napolitanos, porcelanas de Copenhague, ventarolas do Japão, dragõezinhos de alabastro chinês – tudo quanto o comerciante de missanga importa a granel para impingir ao comprador boquiaberto”.

Então ele se admirava dos povos capazes de individualidade. E ensinava:

“Na casa holandesa o estigma local começa no telhado e desce aos mais humildes utensílios da cozinha. Tudo nela cheira à raça; o jardim com sua tulipa,

os móveis esculpidos, os ornatos, os quadros – tudo é emanção de terra, criação lógica do ambiente”.

Para Jeca Lobato Tatu o que nos faltava em estilo sobrava aos outros:

“No lar britânico o inglês está dentro de uma moldura natural; nada destoa da sua psíquica fleumática de pirata enriquecido.

Na casa nipônica, que maravilhosa harmonia entre a gaiolinha incapaz na aparência de resistir às brisas mas que agüenta terremotos, e o japonês de aspecto frágil mas que derrancou o russo!”

E de casa em casa pelo mundo ele conclui que a China tem estilo e o americano (do Norte!) impõe o seu, “filho do ‘big’, do ferro e do milionarismo”, que resulta num estilo missionário, haurido nas velhas igrejas e conventos da era espanhola da Califórnia e do Texas. Monteiro Tatu via nisso uma forma superior de arte.

A nossa falta de estilo era uma simples questão de incultura – ele avaliava. “Como não nos educam o gosto e não nos ensinam a ver, não temos a bela coragem do gosto pessoal”. Daí porque o nosso homem culto, quando endinheirado, e bem situado no mundo político, quando ia comprar um objeto de arte olhava ansioso para o nome do autor, e só por ele se guiava.

Em resumo, no limiar da década de vinte do século passado tínhamos o seguinte quadro: incultura nos incultos; meia-cultura nos cultos; esnobismo nos “entendidos” e cubice paranóica nos paredros supremos. E dentro dele evoluía a feição estética da cidade.

E qual, afinal, seria o estilo que devíamos buscar?

Jeca Bento Monteiro Lobato Tatu achava que este devia ser decorrente do que os avós nos dotaram, coando-se a alma colonial através dum temperamento profundamente estético, filho da terra, produto do ambiente, alma aberta à compreensão da nossa natureza: e a arte colonial surgiria “moderníssima, bela, fidalga e gentil e moderníssima de um verso de Olavo Bilac”.

Ele prossegue:

“Seja assim a nossa arquitetura: moderníssima, elegantíssima, como moderna e elegante é a língua do poeta; mas, como ela, filha legítima de seus pais, pura do plágio, da cópia servil, do pastiche deletério”.

De acordo com as idéias de Jeca Tatu, a obra de arte, além dos elementos que lhe são intrínsecos - e que são permanentes, tais como os regidos pelas leis eternas das proporções e do equilíbrio -, não pode prescindir desse outro, mais sutil, por vezes abstrato ou indefinível, digo eu, mas visível, chamado estilo. É ele que revela a personalidade do artista, e o vínculo forte do seu temperamento emotivo. E as artes mais suscetíveis de se impregnarem desse coeficiente pessoal seriam a poesia, a pintura e a escultura. Já na arquitetura, não seria apenas o homem, e sim o meio, que imprime estilo à obra. Neste caso, mesmo que o elemento individual dê algo de seu, quem dá tudo é a coletividade.

Eis aí um rascunho do *Idéias de Jeca Tatu*, que foi o quarto livro de Lobato, conforme a cronologia de suas obras completas. E o consagrou como crítico, na opinião pública. Homem de múltiplos interesses, Lobato, muito antes de celebrar-se como o nosso incomparável autor de histórias para crianças, imprimiu a sua marca de contista e ganhou notoriedade como polemista. Não perdoava São Paulo, do ponto de vista arquitetônico, a seu ver um puro jogo internacional de disparates.

Homem de múltiplos interesses, envolveu-se em temerárias causas. Uma delas, foi a sua campanha contra os modernistas, seus conterrâneos: “Arte moderna’: eis o escudo, a suprema justificação de qualquer borracheira [...], como se não fosse moderna, moderníssima, toda a legião atual de incomparáveis artistas do pincel, da pena... que fazem da nossa época uma das mais fecundas em obras-primas de quantas deixaram marcas de luz na história da humanidade”.

Mas a sua luta insana mesmo foi a que chamaria no título de um de seus livros de *O escândalo do petróleo*. Hoje, pareceria até improvável que um dia um brasileiro tenha ido parar na cadeia por querer provar de todos os modos a existência de petróleo em nosso país, quando todo o aparelho do Estado, em conluio com uma empresa norte-americana chamada Standard Oil, fazia de tudo para negá-la. Por ironia do destino, o primeiro poço de petróleo aberto no Brasil surgiu no Lobato, aqui na Bahia. Aconteceu isto em 1939. O curioso é que, menos de dois anos antes, em 1937, na primeira edição de *O Poço do Visconde*, o livro em que Monteiro Lobato ensina a geologia do petróleo às crianças, há um capítulo com os pontos onde ele deveria jorrar. Vejamos o quão profético se tornaria este trecho: “A Bahia perfurou na zona dos camamus e encheu-se de petróleo; e até na zona do Lobato, nos subúrbios da capital, abriram-se poços de excelente petróleo”.

José Bento Monteiro Lobato deu dez anos da sua vida a essa campanha, da qual saiu esgotado, esmagado, mas podendo proclamar-se um vencedor. Não tardou ao país passar a colher o que ele semeou. Sim, nós temos petróleo. Por proclamar isso, com convicção, Lobato acabou sendo condenado pelo Tribunal de Segurança da ditadura de Getúlio Vargas, o mesmo que quando presidente democraticamente eleito, criaria a Petrobras.

Terminemos com uma avaliação feita pela sua própria filha Ruth:

“Misto de filósofo, homem de ação e artista, sofria conflitos entre a razão e o sentimento. Tolerante por princípio, não o era por temperamento. Equânime por filosofia, perdia a cabeça quando se lhe antepunha obstáculos. ‘Blaguer’ e irritadiço, calmo nas horas de tumulto e inquieto nas horas de paz, era todo um conjunto de qualidades aparentemente paradoxais mas bastante compreensíveis para quem o conhecia bem”.

Para ela, o maior legado que Lobato deixou foi sua coerência de caráter. Nela residia sua força e também sua coragem, num mundo de hesitações e canalhices.

E não é que estamos necessitados de homens públicos com o caráter, as idéias, a coragem para defendê-las, de um Jeca Tatu?

**Vencedores e vencidos:  
histórias da nossa História**

## O carnaval dos canibais

Em priscas eras, vivia no Rio de Janeiro um povo festeiro, mas também chegou a uma guerra. Acabou sendo varrido do mapa nas batalhas de 1565 e 1567, que resultaram na fundação da cidade e na sua conquista definitiva pelos portugueses, quando não sobrou uma única cabeça de índio para contar a história.

No entanto, devemos a esse velho povo o gentílico *carioca*, pronunciado pela primeira vez num dia qualquer do ano de 1531, quase três décadas depois de o navegador Gonçalo Coelho, a serviço do rei de Portugal, D. Manuel I, o Venturoso, e com o florentino Américo Vespúcio a bordo – aquele que deu o nome ao continente americano –, haver feito a descoberta do Rio.

Os primeiros europeus a darem com os seus costados nestas águas de sonho, som e fúria, não viram a cor do que procuravam: o ouro. Só avistaram índio, papagaio e pimenta, o que já estavam fartos de ver, desde o Rio Grande do Norte, onde batizaram o primeiro acidente geográfico em que encostaram com o nome de Cabo de São Roque, porque era o dia desse santo. Arribaram para o Sul, indo até a Patagônia. Vinte e nove anos à frente, um certo capitão Martim Afonso de Souza desembarcou a sua tropa na praia do Flamengo, que então se chamava Uruçumirim. As mulheres da aldeia esfregaram as mãos e lamberam os beijos:

- Oba! A nossa comida vem andando até nós!

Os seus homens ficaram atentos a todos os movimentos dos recém-chegados. Mas não foi logo de cara que o tacape cantou na moleira deles. Deram-lhes um tempo. Os navegantes lusos souberam aproveitá-lo. E construíram uma ferraria para conserto de navios. Os indígenas acharam a construção muito engraçada. “Carioca, carioca!”, exclamaram, às gargalhadas.

O que significava isto? Casa de branco. Mais tarde, *carioca* passaria a designar um rio que vinha do Cosme Velho e desaguava por ali onde é hoje as confluências das ruas Paissandu e Barão do Flamengo - e também os habitantes da cidade.

Ao levantar acampamento para ir fundar o povoado de São Vicente, no litoral de São Paulo, Martim Afonso deixou alguns de seus comandados, em missão exploratória. Mal sabiam eles que estavam sendo entregues, de mão beijada, aos temíveis canibais, que iriam lhes dar combate, para impedi-los de adentrar a vida ardente da imensa mata. Foram aprisionados e devorados.

Como marinheiros de primeira viagem, aqueles portugueses desconheciam as convenções de guerra nessas terras ignotas. Perdê-la, significava ir para o sacrifício. E este se fazia em festa, numa comemoração espetacular de uma vitória no campo de batalha, que durava muitas horas. Cantava-se, dançava-se, comia-se à tripa forra e enchia-se a cara com uma birita extraída do milho, que se chamava *cauim*.

Todas as tribos amigas, das aldeias próximas às mais distantes, eram convidadas. Assim, a festança atraía um público de mais de quatro mil participantes. Os folguedos terminavam com um banquete. De carne humana.

Os rituais canibalísticos eram a celebração da coragem do inimigo vencido. Ao devorá-lo, os vencedores estariam recuperando as energias despendidas nos combates. Os prisioneiros deixavam-se sacrificar de crista erguida. Questão de honra. Todos se sujeitavam ao tacape corajosamente, dizendo:

- Os meus me vingarão!

Isso dava sentido à execução e valor à carne do executado.



Os tupinambás, o velho povo do Rio de Janeiro desde milênios antes de os brancos chegarem, costumavam tratar as suas vítimas com algumas formalidades. Primeiro, os vencidos capturados passavam por um período de engorda e cuidados especiais, como o oferecimento de mulheres. Depois, eram colocados no centro de um círculo, para participarem dos ensaios das cantorias para a grande cerimônia já em preparação. Em seguida, eram interrogados, respondendo às perguntas com altivez. Exemplo:

- Sim, como convém a homens corajosos, partimos com o fim de aprisionar e comer vocês. Agora, conseguiram vencer o nos aprisionar, mas isso pouco importa. Homens valorosos morrem na terra de seus inimigos.

Quando chegava o grande dia, os prisioneiros enfeitavam-se de plumas como os outros, bebiam, cantavam, dançavam e, amarrados ao meio por uma corda, desfilavam por toda a aldeia, jactando-se de suas proezas no passado. As mulheres ofereciam-lhes pedras, exclamando:

- Vinguem-se!

Eles atiravam as pedras sobre a multidão. Isso fazia parte do programa da festa, da qual o carrasco não participava. Ficava concentrado, longe da fuzarca, aguardando o momento de ser chamado para cumprir a sua tarefa de justiceiro, com uma porretada de tacape na cabeça dos sacrificados.

Para os portugueses, os códigos de honra indígenas significavam apenas selvageria. E tremiam nas bases quando eram apanhados. Por isso os guerreiros tupinambás os chamavam de covardes. Mas não dispensavam a carne deles em seus repastos. Cunhambebe, o mais temido de todos os caciques, ficava triste quando não tinha um braço ou os dedos das mãos de um português para degustar.

A ironia da história (se tivesse sobrado índio para contá-la) é que foram os que eles achavam covardes os que acabaram vencendo a guerra, a ferro e fogo, no histórico (e abominável) genocídio de 1567, quando se apoderaram definitivamente de um território que lhes deu muito trabalho para conquistar. E o fizeram coalhando o mar de sangue – daí o nome da Praia Vermelha -, cortando as cabeças dos cadáveres e enfiando-as em estacas, num outeiro que batizaram como “da Glória”, exultantes pela vitória, conseguida graças ao poder dos seus canhões, muito maior do que os das flechas e tacapes dos nativos.

Eis o destino do Rio: em festa ou em guerra. Desde o tempo do carnaval dos canibais.

## São Sebastião, o rei e o Rio

Não é sem motivo que o nome dele está associado ao do Rio de Janeiro. Antes de contá-lo aqui, recordemos a noite em que o padre Anchieta sonhou com São Sebastião, enquanto dormia atrás das barricadas de Mem de Sá, o comandante da conquista definitiva do Rio para os portugueses, então súditos de um rei homônimo do santo perpetuado pelas estampas religiosas, em reproduções imaginárias de seu corpo crivado de flechas.

Tal imagem tornou-se emblemática da intolerância, a simbolizar o martírio dos cristãos no Império Romano, e não só na era de Pilatos. Basta lembrar que Diocleciano (Caius Aurelius Velerius Diocles Diocletianus), proclamado imperador em 284 depois de Cristo, viria a declarar o cristianismo incompatível com o poder do Estado, desencadeando a “grande perseguição” que fez mártires na Itália, na África e no Oriente, até o reinado de Constantino I - de 306 a 337 -, o convertedor de Roma à cristandade.

A história do padroeiro do Rio de Janeiro começa pelo fim. Oficial romano do século 3, ao ser denunciado como cristão foi condenado às flechadas, das quais sobreviveu. Mas não resistiu a outras torturas. Morreu flagelado no fogo. No Brasil, tornou-se um santo popular, identificado a Oxóssi nos cultos afro-brasileiros, quer a Igreja Católica considere (melhor dizendo, tolere) a nossa diversidade cultural ou não.

Foi Estácio de Sá quem acrescentou o nome de São Sebastião ao do Rio, ao fundar a cidade, no dia 1º de março de 1565. E o fez em honra a outro Sebastião, nascido em Lisboa em 1554, e rei desde os 3 anos de idade, já chamado de *O Desejado*, por ter vindo ao mundo depois da morte do seu pai, D. João. Ele só assumiria o poder em 1568, ou seja, três anos depois de ser homenageado à distância, no sopé do morro Cara de Cão, vizinho do Pão de Açúcar, por um capitão do exército da sua mãe, a regente D. Catarina,

incumbido de expulsar os franceses, e liquidar a Confederação dos Tamoios, os maiores entraves à ocupação lusitana nestas paragens.

Dom Sebastião acabou tendo um trágico destino. Sua obstinação pelas conquistas de territórios africanos, e de entrar pessoalmente em combate, o levou a desaparecer em Alcácer-Quibir, no ano de 1578. Portugal viveu séculos à espera da sua volta. A expectativa desse impossível retorno gerou um estado de espírito passadista, o sebastianismo, de longa duração e alcance, pois chegou a este lado do Atlântico, influenciando o movimento insurrecional anti-republicano que provocou a Guerra de Canudos, entre 1894 e 1897.

Os historiadores também fizeram de Dom Sebastião um tipo inesquecível. É um dos reis portugueses mais estudados. E o poeta Fernando Pessoa não lhe negou verso, no papel de conquistador falhado, a desfazer a eterna ilusão do seu regresso:

Louco, sim, louco porque quis grandeza.  
Qual a sorte a não dá.  
Não coube em mim minha certeza;  
Porisso onde o areal está  
Ficou meu ser que houve, não o que há.

Voltemos a São Sebastião. Na noite de 18 de janeiro de 1567, José de Anchieta sonhou com ele, a bordo de um dos navios comandados por Mem de Sá, que, ao amanhecer do dia seguinte, iria atacar – junto com seu sobrinho Estácio -, os redutos do cacique Aimberê, na aldeia de Uruçumirim, hoje o bairro do Flamengo. No sonho de Anchieta, São Sebastião aparecia no meio da tropa, matando um índio atrás do outro. Como em dois dias de batalha dos cristãos não sobrou um único canibal, o apóstolo do Brasil exultou com a premonição.

Barbaridade, meu santo.



## **A bela Susana do vice-rei**

Devo-a a outra bela, Vera Barroso, a apresentadora dos *Cadernos de cinema*, da TVE, com quem partilho o fascínio pelas estórias da história do Rio. Esta aqui, contada por ela nos bastidores do seu programa, encantou o maestro João Guilherme Ripper, a ponto de ele prometer transformá-la numa ópera. Trata-se de uma lenda romântica, que pode ser conferida à página 97 do livro *Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos*, publicado pela Record em 1965, no capítulo *Século XVIII*, escrito por Cláudio Bardy.

Começa com a chegada aqui – vindo de Lisboa -, do vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza, no ano de 1779, para dar início ao governo mais celebrado pelos historiadores, antes de D. João VI elevar a capital da colônia à do reino unido do Brasil, Portugal e Algarves, tornando-a o centro do poder imperial lusitano. Logo de cara, ele se deslumbrou com o quadro maravilhoso da natureza, a lhe oferecer um painel de sonho.

Mas se horrorizou com “a mancha brutal na paisagem radiosa”, no dizer de outro Luís, o Edmundo. As casas eram feias. As ruas, sujas. As águas, fétidas. O conjunto exasperava. Para piorar, Luís de Vasconcelos constatou que os colonos portugueses não tinham vindo para fazer um país, mas para se enriquecerem rapidamente, nem que para isso tivessem de arrasar a terra.

A situação deplorável do Rio não o levou a tapar o nariz e dar-lhe as costas. Pôs-se a andar, já com planos de embelezamento do espaço urbano, abertura de avenidas e saneamento de suas condições insalubres. Jovem, galante, dinâmico e humanitário, condeou-se com a sorte dos escravos, que eram castigados pelos seus senhores, com exagerado rigor. Ele proibiu a aplicação da justiça a domicílio, passando-a à alçada do Estado.

Suas andanças o levaram à pestilenta lagoa do Boqueirão da Ajuda, uma verdadeira chaga encravada na cidade, tendo nas cercanias apenas casebres miseráveis. Para espanto geral, o vice-rei era freqüentemente visto caminhando a pé pelas margens infectas da lagoa, acompanhado de Valentim da Fonseca e Silva, o Mestre Valentim.

No imaginário popular, a assiduidade de Luís de Vasconcelos e Souza àquelas bandas tinha razões que só o seu coração podia explicar. Ele estava perdido de amor por uma moça bonita chamada Susana, que vivia na mais pobre choupana à beira do Boqueirão, com um coqueiro solitário à porta.

Escondendo-se por trás de uma moita, o vice-rei a contemplava à distância, adorando-a platonicamente. Esse amor secreto o teria levado à decisão de aterrar a lagoa.

O aterro foi confiado ao Mestre Valentim, que arborizou toda a área. Também fez um jardim, no qual colocou pavilhões fechados, com murais e muitas obras de arte, entre elas a Fonte dos Amores. Para esta, ele fundiu dois jacarés de bronze entrelaçados. Por ordens do apaixonado vice-rei, Valentim pôs nessa fonte um coqueiro de ferro. Era uma reprodução daquele que havia à porta da bela Susana, a musa inspiradora da construção do Passeio Público, que em tempos menos perigosos deve ter sido um lugar tranqüilo para os namorados.

Resta-nos imaginar se a história da beldade plebéia teve ou não um final de um conto de fadas.

## **Quando o Rio teve um governador chamado *Vaca***

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1711. A cidade amanheceu encoberta. Ajudada pelo nevoeiro e fortes ventos, uma esquadra de 18 navios, 700 canhões e cerca de 6 mil homens, comandada pelo general René Duguay-Trouin, corsário do rei Luís XIV, iria forçar a barra e escapar do poder de fogo das fortalezas de Santa Cruz e de São João. Em poucas horas, fundeava cara a cara com o seu alvo, mandando-lhe bala, para desespero da população. Não suportando a superioridade bélica dos franceses, e a destreza de suas manobras, o Rio se rendeu. O governador Francisco de Castro Morais fugiu. A sua fuga foi seguida pelas milícias e a população.

Duguay-Trouin tomou e assaltou uma cidade vazia, então a mais rica do império colonial português, graças à sua condição de entreposto do ouro das Minas Gerais, que aqui era embarcado para Lisboa. Ele a fez de refém durante os 50 dias em que aguardou o pagamento do resgate, para devolvê-la a seus habitantes, ameaçando reduzi-la a cinzas, caso não fosse atendido. Houve de tudo nesse dramático episódio: tergiversações, pusilanimidade, heroísmo e covardia. Não faltou quem tirasse proveito da situação, em negociações particulares com os invasores. Do seu esconderijo, o governador mimava-os com presentes. E deles recebia, em agradecimento, preciosas garrafas de vinho. Um padre os regalava com carruagens de mulheres.

Quando foram embora, com os seus navios abarrotados de ouro e prata, deixaram a cidade bombardeada, destruída, dilapidada. E de moral no chinelo. Logo instaurou-se uma revolta popular sem precedentes. Apelidado de *Vaca*, Francisco de Castro Morais por pouco não foi trucidado. Acusado de traição, e de entregar covardemente os bens públicos e privados aos invasores, sem lhes oferecer resistência, não escapou da condenação ao degredo na Índia, nem do confisco de seus bens. E ele era mesmo muito rico, pois era pago a peso de ouro pelo seu cargo, fora as malversações imagináveis.



A invasão francesa teve como consequência uma outra: a dos juizes togados de Lisboa, enviados por D. João V. Em meio à agitação dos militares, do Senado da Câmara, da nobreza e dos súditos em geral do reino, instalou-se o Tribunal da Devassa, com uma alçada de sete ministros. Os trabalhos se arrastaram infinitamente. Mas não acabaram em pizza ou seus equivalentes à época. As sentenças daqueles sete homens não pouparam nenhum dos acusados. De nada adiantaram os argumentos do governador. Em sua própria defesa, alegou ter sido abandonado por todos. E que havia entregado o ouro aos bandidos para evitar a destruição de tudo que estava sob a mira dos canhões deles.

Todas as punições foram severas. Do desterro à pena de morte. E assim conseguiu-se aplacar a indignação de um povo em estado de descrença total em relação às autoridades.

Enquanto o mundo girou e a Lusitana rodou, Devassa virou marca de cerveja e as vacas voltaram a pastar numa boa.

## **Passo a passo com D. João VI, de Lisboa a um bairro carioca chamado Paciência**

“Há reis que fazem os momentos históricos; mas, na maioria das vezes, são os momentos históricos que fazem os reis”.

Viriato Corrêa - *Um rei na intimidade, em Terras de Santa Cruz*  
(Livraria Castilho, Rio de Janeiro, 1921).

A história da vinda da Corte portuguesa para o Brasil começa quando os ingleses e os franceses ambicionaram repartir o mundo entre si, nos primórdios do século 19. Como cada lado pretendia mais capital e mais mercado, as disputas os empurraram para a guerra. A Inglaterra impôs um bloqueio marítimo à França, e esta revidou com o bloqueio continental que deixava o Reino Unido isolado e proibido de comerciar com a Europa dominada pelo imperador francês, Napoleão Bonaparte. Ilhado, o comércio inglês só podia se expandir através de Portugal, dono de um caminho marítimo para o continente americano. Naquele grave momento europeu, o príncipe regente Dom João VI (que governava Portugal desde 1792, em virtude da enfermidade mental de sua mãe, a rainha D. Maria I), tentava uma neutralidade impossível no conflito das duas potências.

Unida à Espanha, a França tinha as mesmas ambições da Inglaterra. E invadiu Portugal em fins de novembro de 1807. Sem condições de enfrentar as tropas napoleônicas, D. João VI não teve outra saída senão se valer do plano inglês de transferir a sede da monarquia portuguesa para o Brasil, numa esquadra escoltada pela marinha britânica. Em troca, Portugal se comprometia a dar plena liberdade comercial aos ingleses, bem longe dos canhões de Napoleão, ou seja, no território brasileiro. Essa negociação levaria à abertura

dos portos do Brasil às nações amigas, o que D. João VI decretou no dia 28 de janeiro de 1808, seis dias depois de haver desembarcado em Salvador da Bahia, com sua numerosa Corte de 15 mil nobres. O plural empregado por Dom João - “Nações amigas” - era uma figura de retórica, pois o seu decreto beneficiava unicamente a singularíssima Inglaterra. Questão de honra – de um compromisso.

Um caso típico de rendição do mais fraco diante do mais forte. Ainda assim, registre-se que em todo o episódio D. João VI desempenhou-se com habilidade, salvando o seu reino sem derramamento de sangue. Quando, ao amanhecer do dia 30 de novembro daquele ano de 1807, o exército napoleônico, comandado pelo general Andoche Junot, chegou ao cais de Lisboa, só avistou as últimas velas dos barcos portugueses a sumirem na linha do horizonte.

A fuga da nobreza lusitana foi feita às pressas, mas cronometrada à perfeição. Os fidalgos saquearam os cofres em poucas horas. E embarcaram com milhões de cruzados em ouro e diamantes e mais da metade do dinheiro em circulação no país. Dom João VI correu para o porto disfarçado, sem se despedir de ninguém. Ao respirar o ar das ruas depois de 16 anos de reclusão, D. Maria I, a Rainha Louca, berrava dentro do seu coche: “Não corram tanto! Assim vão pensar que estamos fugindo!” O embarque da Corte foi tenso, num clima de pavor e revolta. Era gente demais querendo fugir também. Mulheres grã-finas atiravam-se e afogavam-se nas águas do rio Tejo. O povo não coroava os fujões com flores. Muito menos lhes desejava boa viagem e boa sorte. Considerava aquela batida em retirada uma covardia. E expressava a sua indignação com apupos, pedras, tomates, ovos podres e xingamentos. A pressão popular significava que aos excluídos das embarcações pouco ou nada importava se o que estava em causa era uma estratégia para a salvação de um reino ameaçado de ser reduzido a cacos.

Mas, se em Lisboa Dom João VI foi capaz de suportar todas as tensões, pouco tempo depois de chegar à Bahia se veria obrigado a se render às idiossincrasias de sua mulher, D. Carlota Joaquina, que, impaciente, bateu pé: “Aqui eu não fico!” O motivo da sua rejeição à primeira cidade brasileira em que pisava: havia nela negros demais! Por mais absurda que fosse essa implicância, de racismo explícito, acabou se tornando incontornável. Solução: seguir adiante, com destino ao Rio de Janeiro que, em março de 1808, teria o privilégio de dar guarida a toda aquela realeza, entre o sentimento de júbilo e o transtorno, no corre-corre para alojá-la. Em compensação, os 50 mil habitantes da cidade passariam a viver um novo tempo. E o país, uma nova história.

Para começar, a transferência do reino, de Lisboa para este lado do Atlântico, provocava a maior revolução administrativa de toda a era colonial lusitana, invertendo a estrutura orgânica entre a metrópole e a sua principal colônia. O Rio de Janeiro passava a ser o centro do poder, e, portanto, a comandar o Império português. Como sabemos todos, tamanha reviravolta não demorou a sortir os seus efeitos positivos. D. João VI trouxe a Biblioteca Nacional, com um acervo em torno de 14 mil livros, além de documentos, salvos do terremoto de Lisboa, em 1755. E a primeira instituição de ensino superior do Brasil, a Escola Naval, criada por D. Maria I, que se inspirou na Escola Naval Britânica. Criou o Banco do Brasil, o Jardim Botânico, a Imprensa Régia e uma Escola de Astronomia. Revogou o alvará que proibia a instalação de indústrias e manufaturas no país, que, por lei, até então não podia produzir sequer um alfinete. Na condição de colônia, dependia de Portugal para tudo. E a metrópole não supria as necessidades além-mar sequer em utilidades como facas, tesouras, talheres etc. Em 1815, Dom João VI elevou o Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, deixando-o a sete passos da sua Independência, que aconteceria em 1822. Em 1816, promoveu a vinda da Missão Artística Francesa, de tanta influência na arquitetura da cidade. Quatro anos depois inaugurou a Praça do Comércio – onde hoje é a Casa França-Brasil -, que deu origem à Associação Comercial do Rio de Janeiro. Passo a passo, passamos a prosperar

de ano para ano, enquanto Portugal, circunstancialmente tornado um país periférico, entrava em dificuldades. E não perdoava Dom João VI por o haver abandonado.

Vingava-se à base da chacota. E daí para o achincalhe, celebrizando-o como uma figura grotesca, marcada pela papeira, a beijola de sapo, o olhar desconfiado, a carregar pedaços de frango nos bolsos, para degluti-los em público, sem a menor cerimônia. Seu porte mal-amanhado, sua falta de asseio, seus hábitos esdrúxulos – como o de andar pelas ruas acompanhado do seu criado do vaso, para o caso de uma repentina necessidade fisiológica –, propiciavam um farto anedotário, também no Rio, onde era muito querido pela população. Mesmo assim, não faltava aqui quem lhe visse como um bufão: feio, apalermado, ridículo, sovina, a trajar-se vergonhosamente de roupas sujas e remendadas – e a se torturar com as hemorróidas, a traição da mulher, o abandono dos filhos, que o enganavam e lhe mentiam. E assim ele teria vivido: sem um bocadinho de ternura em família, e com a existência – de uma teatralidade shakespeariana –, aos baldões, entre intrigas e revoltas. Pobre príncipe!

Com a morte da mãe, em 1816, ele, o herdeiro do trono, teve de esperar dois anos para ser aclamado rei. Deveu-se esta demora a fatos consideráveis: a observância ao luto de dez meses, uma campanha militar no Sul, contra os uruguaios, revolução em Pernambuco, conspiração em Portugal. Se, por um lado, ele é reconhecido como um vulto excepcional da história do Brasil, ao qual deu um grande impulso, por outro nunca se livrou inteiramente do estigma de fujão, covarde, curto de inteligência, precário em caráter, filho de mãe demente, um porco que devorava nove frangos por dia, estraçalhados à mão, jogando os ossos no chão; e que não tomou um único banho em todo o tempo em que reinou no Brasil. E chifrudo, ainda por cima. Ave Maria, majestade!

Chegou a hora de reabilitar-lhe a verdadeira essência, escondida por trás da sua capa patética, trocando-a pelo perfil mais otimista que lhe traçou o renomado escritor português Raul Brandão (1867-1930), no qual o descreveu como um homem simpático, e o melhor do seu tempo, que fez neste mundo – e muito particularmente ao Rio de Janeiro, acrescentemos nós -, o bem que pôde. E mais: foi ele quem povoou o mar do Brasil de sardinha para os pobres comerem com pão. Plantou árvores. E foi talvez sob o grotesco uma alma delicada, com uma grande beleza oculta, sumida, escarnecida.

Dom João VI viveu 13 anos no Rio, onde se sentia tranqüilo, próspero, seguro, compensado. Mas foi obrigado a deixá-lo, em 1821, quando Portugal, mergulhado até o pescoço em uma de suas piores crises política e econômica, exigiu a sua volta, sob pena de perder o trono. Ao regressar, ele legou o seu lugar ao filho Pedro, na condição de príncipe regente – e que, no ano seguinte, daria o grito de Independência. Ao deixar o Brasil, contra a vontade, Dom João VI não suspeitava que estava a cinco passos do desfecho trágico do seu reinado, não numa via crucis, mas oral. Morreu envenenado, em 1826. E com ele, morreram também o médico, o cirurgião e o cozinheiro. Para não ficar testemunha.

O Rio de Janeiro, porém, lhe concedeu uma glória póstuma, ao dar o seu nome a uma rua e a uma avenida de um bairro chamado Paciência, bem longe de onde seus nobres pés pisaram, o Paço Imperial e a Quinta da Boa Vista, enquanto ele ouvia os gritos de demência da sua mãe, vindos de uma janela para a Rua do Cano, hoje Sete de Setembro, até o fim de uma agonia que durou 24 anos, oito dos quais sofridos aqui, no confinamento de um quarto do Convento do Carmo.

Os ouvidos reais se resignavam pacientemente aos uivos lancinantes da mater dolorosa, entendidos como rogos para o filho ajoelhar-se diante dela, e beijar-lhe as mãos. Então ele cumpria o ritual de sempre atravessar a mesma

rua e subir pela mesma escada, com certeza em passos menos longos do que no dia da sua histórica fuga, com os soldados de Napoleão em seus calcanhares. Duzentos anos depois disto, paciência, meu rei, com tanto baú de memórias. E tantas incômodas.

Mas consolai-vos. Enquanto o mundo gira e a Lusitana roda, Vossa Mercê agora era o herói. Alvíssaras, pois, pois.

## Pequeno perfil de um grande homem

José Maria da Silva Paranhos Júnior não deve ser um nome familiar a toda esta nação. Mas se lembrarmos que se trata do Barão do Rio Branco, aí a sua figura cresce e adquire a dimensão de maior brasileiro do seu tempo, tido e havido como “exemplo da inteligência e da cultura, em simultaneidade com o esforço intelectual meticuloso, a serviço das boas causas do Estado”.

E mais:

“Todo êxito de sua vida resultou do estudo e do trabalho, da meditação e da experiência nas atividades a que se devotou”.

Ele nasceu em 1845, no Rio de Janeiro, onde faleceu em 1912, ano em que a Avenida Central, no centro da cidade, passou a se chamar Rio Branco, em sua homenagem, como aconteceu com a hoje capital do Acre. Foi aluno do Colégio Pedro II – e mais tarde seu professor. Estudou na Faculdade de São Paulo e formou-se em Recife. Historiador e geógrafo, elegeu-se deputado por Mato Grosso, em duas legislaturas. Em 1869, participou da fundação do jornal *A Nação*. Ministro das Relações Exteriores em três governos republicanos sucessivos, deu o contorno definitivo ao mapa do Brasil, dilatando as nossas fronteiras de forma pacífica.

Graças às suas gestões diplomáticas, a política externa do país no último decênio do século 19 e no primeiro do século 20 alcançou um grande sucesso. E o território nacional ganhou cerca de um milhão de quilômetros quadrados,



sem derramamento de sangue em disputas com a Argentina, Peru e Bolívia, ou com a França, em função da nossa divisa com a Guiana Francesa.

Este erudito que se tornou membro da ABL e queria ser tão somente um estudioso, teve um currículo impressionante. Viveu vinte e seis anos no exterior. Cônsul em Liverpool, Comissário do Governo Imperial em São Petersburgo, Ministro em Berlim, além de outros envolvimento em trabalhos de representação (Suíça, EUA), leu, pesquisou, aprendeu idiomas estrangeiros e escreveu muito. Quando surgiu o *Jornal do Brasil*, em 1891, fundado pelo seu amigo Rodolfo Dantas, deu início às suas *Efemérides brasileiras*, publicadas em livro no ano seguinte. Suas conferências e publicações na Europa deram-lhe fama mundial.

Rui Barbosa chegou a apresentá-lo como candidato à presidência da República – por ser “um nome universal, uma reputação imaculada, uma glória brasileira de popularidade sem rival” etc. O Barão não se curvou a tão glorificante louvação. Recusou a candidatura. Mas, diplomaticamente, convidou o Conselheiro para beber uma cervejinha no *Bico Doce*, que ainda existe, no Beco das Cancelas, uma passagem da Rua do Rosário para a Buenos Aires, no Centro do Rio. No histórico daquele bar centenário, consta que os dois costumavam freqüentá-lo. Só que Rui Barbosa era um mau bebedor, diz a lenda, por ser fraco para a bebida. Quanto ao fígado do Barão, suportava os teores alcoólicos sem maiores problemas. Ainda assim ele pegava leve.

Pois é. O “maior assunto do Brasil” deu nome a um território (o atual estado de Roraima), a uma Copa de futebol que já foi disputada entre a nossa seleção e a do Uruguai, a um município de Mato Grosso, a um forte em São Luís (MA), ao instituto que forma os nossos diplomatas e à condecoração máxima com a qual um brasileiro pode ser distinguido, a Ordem de Rio Branco, minimizada até ao rés do chão pela diplomacia contemporânea, ao conferi-la a

um deputado de baixa estatura política, de quem alguém que conheça a sua folha corrida jamais lhe compraria um carro usado.

Se na tumba do grande homem ainda resta ossos, imaginemos o quanto não devem ter chacoalhado, em retumbante horror.

## **Exercícios leves sobre pesos-pesados**

## **Blues para Cortázar**

(E para o saxofonista Rodolfo Novaes)

Ele não foi um garoto que amava os Beatles e os Rolling Stones. Pertencia a outra geração. Adorava mesmo era Duke Ellington, Louis Armstrong, os velhos cantores de *blues*. E podia ficar horas a fio falando de Thelonious Monk. Isso desde que ouviu no rádio, pela primeira vez, uma estranha música ainda desconhecida nas suas bandas.

Não custou a perceber que o que o encantava nessa música era o fenômeno maravilhoso que constitui a sua essência: a improvisação. Mas, no começo desta história, o garoto tornou-se apenas um chato, aos ouvidos da família. Porque ele só sintonizava o rádio num programa que tocava a tal música. O que dava sempre em briga. Seus pais detestavam aquela coisa de negros. Queriam ouvir mesmo era um tango, música de brancos. Afinal, estavam na Argentina.

O garoto cresceu, foi embora e se tornou um dos escritores mais importantes do mundo. E nunca perdeu a sua paixão pelo jazz. Sorte dos seus leitores. Uma de suas melhores histórias é uma viagem em torno do coração e mente, corpo e alma de um saxofonista drogado – e genial. Que soprava o seu instrumento como se quisesse arrebentar o mundo, a música – toda a música havida antes dele – e a si mesmo.

O conto se chama *O perseguidor*. Nele, Júlio Cortázar mergulha em águas pouco navegadas até o fundo da esquizofrenia de um artista de gênio, a apostar corrida com a loucura e a morte. Era mais um daqueles negros fantásticos que enchiam de calor as noites de Paris. Só que este tinha toda a pinta de um Charlie Parker, a quem a história é dedicada. Logo, não era apenas mais um.

Tudo isto vem a propósito de um livro publicado no Brasil pela Editora José Olympio, em tradução de Eric Nepomuceno. Trata-se de *O fascínio das palavras*, que reúne entrevistas de Júlio Cortázar ao uruguaio Omar Prego. Para este leitor, o livro se torna ainda mais fascinante quando ele fala de jazz, da sua relação com a literatura, aquela coisa da escrita automática, de improvisação da escrita, do jazz como o equivalente ao surrealismo nas letras, do *swing* que pode dar ritmo a uma frase capaz de entrar no leitor por via subliminar, atingindo sua inteligência sem que ele perceba. E mais: um conto tem que chegar ao fim como chega ao fim uma grande improvisação de jazz ou uma sinfonia de Mozart. E assim o contista vencerá o leitor por nocaute.

Por essas e outras é que achei que havia qualquer coisa de *O perseguidor* no filme *Round midnight (Por volta da meia noite)*, do franco-suíço Bertrand Tavernier. Tanto quanto senti a falta desse conto no filme *Bird*, de Clint Eastwood, que conta a história de Charlie Parker.

Júlio Cortázar não chegou a vê-los. Ele morreu em 1984. E perdeu dois bons momentos de jazz no cinema. Mas muitos de seus leitores ainda continuam por aqui. Nem que seja para ouvir um *blues* em sua homenagem.

## Vinícius e o seu poema preferido

Se criar e coçar é só começar, então vamos lá. Hoje é sábado e amanhã é domingo e a vida vem em ondas como o mar e Nosso Senhor Jesus Cristo morreu na cruz para nos salvar.

Começo estas linhas ouvindo *O Dia da Criação*, de Vinícius de Moraes, na voz do próprio, com o conjunto de Oscar Castro Neves dando um ritmo jazístico ao poema, e as vozes do Quarteto em Cy respondendo ao poeta como se fossem um coro teatral, ou de igreja. Está no CD *Vinícius & Caymmi*, uma raridade.

Encontrei-me com Vinícius uma única vez em toda a sua vida. Foi em Ipanema. E no Country Clube, durante o coquetel de lançamento de uma edição da finada *Status*, que concorria com a *Playboy*. Adivinha quem era a sexy-símbol da capa e por páginas e páginas? Fafá de Belém, com toda a exuberância que a natureza lhe deu. E qual foi o autor escolhido para louvar-lhe os dotes amazônicos? Ele mesmo: Vinícius de Moraes. O status da dupla permitiu ao Chico Paula Freitas, o braço carioca da editora que publicava a revista, convidar meio mundo das artes & letras para a festa.

Copo vai, canapé vem, avistei o poeta, num momento que se fez uma clareira à sua volta. Marchei na sua direção, célere como um *Johnny Walker*, o Joãozinho Caminhador. Cumprimentei-o, apertando-lhe a mão. Ele correspondeu, amavelmente. Então lhe contei que estava escrevendo um romance, em que um personagem citava um poema dele. Queria saber se havia algum problema em relação a isso. "Que poema você escolheu?" Recitei de memória *A hora íntima*: "Quem pagará o enterro e as flores/ se eu morrer de amores?/ quem dentre amigos/ tão amigo/ para estar no caixão comigo?" Ele sorriu e bateu em meu ombro, dizendo: "De todos os que escrevi, este é o meu preferido. Você está autorizado a usá-lo do jeito que quiser."

Agradei-lhe e me retirei. Passos adiante, encontrei Antônio Callado, aquele lorde que tanta falta nos faz. Reproduzi-lhe o que Vinícius me havia dito. "Já vi que o meu xará não conhece a peça," Callado disse. "Qualquer outro poema que você mencionasse, ele ia dizer a mesma coisa."

Ainda assim, pela vida afora este leitor e ouvinte de Vinícius de Moraes continuaria achando-o um bom sujeito. Quem escreveu e viveu do jeito dele não poderia ser outra coisa. E se o recorde agora, é porque hoje é sábado.

## A bela Tônia e o velho Braga

Primeiro, recordo uma noite na Fiorentina, ali no Leme, aqui no Rio, quando a senhora diretora da Casa Laura Alvim, Eliana Caruso, me pôs a uma mesa, ao lado da não menos amável Tônia Carrero, que sempre associei a duas figuras tão ilustres quanto ela: Paulo Autran e Rubem Braga. Associação, aliás, que deriva de sua própria história – de vida e afetos. Mas não foi sobre o sabiá da crônica que conversamos então. Consumimos o tempo numa única lembrança, em torno da vez em que Tônia Carrero e Paulo Autran estiveram na cidade (portuguesa, com certeza) do Porto, para levar à cena a peça *Seis personagens à procura de um autor*, de Pirandello, num cinemão completamente lotado. O público portuense, contido por natureza, não lhes poupou aplausos.

No dia seguinte, criei coragem e fui procurá-la no hotel em que se hospedara, com uma única fala decorada: “Sou brasileiro e seu fã”. E perdi a respiração ao me ver a poucos passos de distância de uma beleza que só devia nascer a cada cem anos. “Você mora aqui?”, ela me perguntou, com um sorriso piedoso. “Tadinho! Como está agüentando todo esse frio?” Sim, o inverno do Porto é muito longo, sombrio, sujeito a chuvas de granizo, um castigo para quem nasceu nos trópicos. O papo foi rápido porque ela já estava de malas prontas. Paulo Autran ficou. E voltou a subir no mesmo palco, para um recital de poesias, o que sempre fez, magistralmente. Naquela outra noite, porém, sem dividi-lo com a Tônia, ele ficou parecendo um verso de pé quebrado.

Desde aquele encontro com *lady* Carrero na Fiorentina, venho pensando em contar umas histórias do seu outro amigo. Afinal, também recentemente, ela foi a primeira celebridade convocada para a inauguração de um memorial a Rubem Braga, em Cachoeiro do Itapemirim, a cidade do Espírito Santo onde o célebre cronista nasceu.



A primeira delas se tornou lendária no meio jornalístico carioca. É do seu tempo na revista *Manchete*, onde escrevia toda semana, assim como Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos e Henrique Pongetti. Um dia, Rubem Braga decidiu ir à sede da empresa, para reivindicar aumento de salário. “O quê? Cinquenta contos por uma crônica?” – perguntou-lhe o patrão, que se chamava Adolfo Bloch, à beira da apoplexia. Calmamente, Rubem respondeu: “Sim. Por uma crônica e cinquenta anos de vida”.

Outra: o poeta português Alexandre O’Neill — já devidamente apresentado neste livro — estava num café de Paris, com uma amiga brasileira. Ao olhar em volta, viu um homem sozinho, que tinha a cara de Rubem Braga. “É o próprio”, ela garantiu-lhe. “Mas não vá puxar conversa. Deixe-o na paz da sua solidão”. O’Neill ficou um tempo a observá-lo. Achou-o com um rosto triste. E pensou: “Vai ver é por nunca ter escrito um romance”. Uma conclusão meio doida, de quem, provavelmente, já tinha bebido além da conta.

Há mais uma que entrou para o anedotário como um clássico do gênero. Carybé, o artista argentino que virou baiano, estava de passagem marcada para o Rio. “Rubem Braga vai hospedar você”, disse-lhe Jorge Amado, passando-lhe o endereço da famosa cobertura da Barão da Torre. E assim ele veio, com garantia de casa e comida. Na hora de voltar à Bahia, dirigiu-se ao seu anfitrião, para despedir-se dele e lhe agradecer pela hospitalidade. E acrescentou: “Rubem, durante esses dias aqui, observei todos os seus movimentos. Por isso vou lhe dizer uma coisa: perto de você, Dorival Caymmi é um operário-padrão”.

Na verdade, ele dava duro para viver, como escritor e editor, ao seu tempo de sócio de Fernando Sabino, na Sabiá. Foi levado a conhecê-lo, sem aviso prévio, pelas mãos da pintora Regina Vater. Ela era amiga do velho Braga, a ponto de tocar-lhe na porta, sem telefonar antes.

“Peguem uísque e gelo e se sirvam”, ele disse. Depois, a passos lentos, caminhou para uma rede. E nela, continuou a ler um livro, apanhado no chão. Era o *Cem anos de solidão*, de Gabriel García Márquez, que iria publicar, com o sucesso que se sabe. Saí de perto, para não incomodá-lo mais. Aquele que tinha fama de preguiçoso estava trabalhando, enquanto parecia descansar. Vida de artista.

## Rubem Fonseca aos 80

Meninos, consegui realizar uma proeza certamente almejada por muitos de vocês: entrevistar Rubem Fonseca. Foi uma entrevista-relâmpago, é verdade. E o pior, digo, o melhor, é que demos muitas risadas e acabei esquecendo o que era mesmo que eu queria lhe perguntar. Coisas assim: "Sabeis vós que sois o escritor que mais influência exerce sobre os jovens que estão se iniciando na literatura? Isso vos causa algum incômodo ou é um presente para os vossos oitenta anos? Tendes algum conselho para a *rapeize*? Como vedes o mundo, depois da queda do Muro de Berlim, o que aliás presenciastes, *in loco*?"

Não dá para ser pomposo, ou grave, ou pedante com o Rubem Nosso Bem, como o chamamos aqui em casa. Ele não faz o gênero sabichão, sempre a tirar da cartola uma declaração *prêt-à-porter*, que vá influir nos destinos da humanidade. Quem quiser saber qual é a sua visão desse nosso tempo que leia os seus livros e pronto. A mim, o que mais impressiona em Rubem Fonseca é a poda que ele faz na "última flor do Lácio," extirpando-lhe os caules vocabulares de seus barrocos galhos lusitanos que impregnaram a retórica dos escribas-comendadores. Mas, se um dia me pedirem para apontar apenas uma de suas virtudes, diria, na bucha: "É um homem que sabe rir." Quando lhe perguntei como estava se sentindo ao fazer 80 anos, ele respondeu, ágil como sempre foi: "O segredo é não ligar para isso. Dane-se a idade. Veja o exemplo do Oscar Niemeyer, que já passou dos 90, e está aí, inteirão." Ele também.

Só o vi fora de forma uma vez. Foi em Santiago de Cuba, quando participamos do júri do Prêmio Casa de las Américas, em 1983. Zé Rubem apareceu à mesa do café da manhã de farol baixo, e cheio de olheiras. "Que aconteceu, homem?"

Então soubemos. Um casal, em sua noite de núpcias, hospedara-se numa cabana parede a parede com a dele, fazendo-o perder o sono.

Imaginem o constrangimento de quem teve que ouvir, pela madrugada afora, uma nubente a uivar, sem surdina: "No, no, papito... Si, si, papito... No, no, papito..."

Ele contou isso transformando o seu drama em comédia. Impagável Rubem Fonseca: saúde, sucesso e... risadas! Rir não é o melhor remédio?

## Tirando o pai de letra

“Nunca vi meu pai de camisa esporte.” Assim Ricardo Ramos começou um conto intitulado *Herança*. Está no seu livro *Circuito fechado*, publicado nos anos 70. Aplaudido pela crítica àquela época, nunca mais o vi nas livrarias. Digamos logo: esse deus (ou diabo) chamado mercado não permite que você hoje possa oferecê-lo (ou recebê-lo) como um presente, com toda certeza não tão vistoso quanto uma gravata, e menos palatável do que uma garrafa de uísque, porém de valor incomensurável.

Já na primeira frase da sua história, o filho de Graciliano Ramos nos leva a confirmar a fama de que o seu pai era um homem pouco chegado a informalidades.

A trama envolve um encontro com a sua mãe viúva, a fazer-lhe comparações com o marido, que sempre fora mais firme nas respostas às suas dúvidas. Já adulto e bem-sucedido no mundo dos negócios, e com algum reconhecimento também no meio literário, Ricardo Ramos fez neste conto o que se pode considerar uma superação de traumas da infância, graças a um processo de elaboração da poderosa memória paterna. Um caso exemplar. Sobretudo para quem tenha tido (ou tem) um pai famoso.

Nos meus anos mais vulneráveis e juvenis, vi o Ricardo Ramos de longe. Ele havia acabado de adentrar a redação do jornal *Última Hora*, em São Paulo, no qual escrevia uma coluna literária semanal. Parou diante de uma mesa para pegar a correspondência que lhe era endereçada pelos leitores. E lá ficou, de pé, abrindo os envelopes. Aí alguém me disse (deve ter sido o até hoje meu amigo Ignácio de Loyola Brandão):

– Aquele ali é filho do Graciliano! – Não me lembro se o invejei pela paternidade ou pela elegância. De estatura acima da mediana, ele tinha um

corpo esbelto e vestia-se como que saído de uma loja da Rua Augusta. O Loyola, então um escritor em processo, levou-me para perto dele, que me cumprimentou com amabilidade. Tempos depois, em outras circunstâncias, nos reencontramos. Saí do Rio para um evento naquela mesma São Paulo onde eu o havia visto de raspão um dia, e lá fui recebido por ele no saguão do Hotel Hilton, na Avenida Ipiranga, beirando a esquina da Consolação. Eram oito horas da noite.

Conversamos até as três da manhã. Mas não tive coragem de perguntar nada sobre as suas relações com o seu pai. Coisas assim: se o velho Graça era tão rígido quanto demonstrava em seus textos, a ponto de quando um filho o chateava, bater-lhe na cabeça com um facão, conforme se contava. E se sentia as mãos do mestre agarrando as suas, quando escrevia. Ou se o fato de ser filho de quem era atrapalhava-lhe a carreira literária, sempre sujeita a uma comparação incômoda. Nada disso. Falamos de outras coisas.

Ricardo Ramos encerrou aquela memorável noite dizendo-me que Graciliano, mesmo tendo tido em vida o seu valor reconhecido, enquanto viveu não viu nenhum dos livros que escreveu vender sequer 3 mil exemplares. Nem o *Vidas secas*, imagine, que hoje vende horrores. Se o seu tempo lhe foi padrao, em compensação a posteridade lhe tem sido uma boa mãe.

## Convidada a continuar

Um dia uma beldade paulistana baixou no Rio com um único propósito: conhecer pessoalmente o célebre senhor Carlos Drummond de Andrade. A moça bonita não era nenhuma estudante universitária em busca de ajuda para uma tese. Já vinha sendo festejada como uma esplêndida ficcionista, dona de um estilo de toque sutil e fascinante. O poeta naturalmente conhecia-lhe os dotes artísticos, pois a recebeu em sua casa, cortesmente. Mas perturbou-se diante daquela beleza que só devia nascer a cada cem anos. Saudou-a com uma frase lapidar: "Com estas lindas pernas, você não precisa escrever."

Lygia Fagundes Telles nunca mais iria se esquecer disso. Anos e anos depois daquele encontro com Drummond, e já tendo atingido o grau máximo na literatura nacional, ela iria refletir sobre as condições do escritor brasileiro, chegando a uma conclusão desoladora: "Todos os dias somos convidados a nos retirar."

Agora Lygia adentra a sala Vip da Bienal do Livro iluminando-a com o brilho de seus olhos, de seu sorriso, de seu belo rosto. O francês Jean-Christophe Rufin, o angolano José Eduardo Agualusa e este velho índio das letras abrem a roda, para lhe dar passagem, sob aplausos. Logo atrás dela chegam a Lúcia e o Luís Fernando Veríssimo. A doce Lúcia a abraça, ternamente, fortemente, dizendo: "Você é a mais bonita, a mais... a mais... a mais tudo!"

Então voltei a olhar para a Lygia. E o que vi foi o rosto de uma mulher feliz. Não só por ter ganhado o Prêmio Camões, o de maior peso da língua portuguesa, em nome, e o mais expressivo em números (100 mil euros), mas pela repercussão que lhe foi extremamente favorável. Um convite definitivo para continuar. Já havia recebido outros, é verdade. As incontáveis reedições dos seus livros; traduções *around the world*; o seu ingresso na Academia Brasileira de Letras; premiações variadas, inclusive da Biblioteca Nacional; o carinho dos

seus leitores em toda parte. Sim, querida, não se retire. Ainda existe justiça neste mundo, por mais que tudo leve a crer no contrário. Agora só falta a Academia Sueca me dar total razão. E com os tardios pedidos de desculpas por nunca ter se lembrado de Jorge Amado, Érico Veríssimo, Guimarães Rosa e tantos outros brasileiros *nobelisáveis* que já se foram. Salve, rainha!



## O palhaço e o poeta

O palhaço se chamava Benjamin de Oliveira, o negro que se tornou uma lenda viva no mundo circense, em que começou como pau-para-toda-obra, vindo a ser o protagonista de um dos capítulos mais vibrantes de sua história, a partir da Proclamação da República.

Aclamado “mestre de gerações” por Procópio Ferreira - considerado o ator do século -, e “rei dos palhaços do Brasil” em importantíssimo pleito, ele foi também o galã teatral que, devido ao preconceito racial, tinha de se pintar com alvaiade para desempenhar o papel de Otelo, que exigia dos atores brancos exatamente o contrário: uma mão de tinta preta em suas caras. Mas ainda é um personagem em busca de autores. Para um romance, um filme, uma peça de teatro, uma minissérie.

Não faltam talentos que possam representá-lo em suas diferentes idades (morreu aos 84 anos). Olhem aí o Lázaro Ramos e o Milton Gonçalves, além dessa *rapeize* revelada em *Cidade de Deus*. Das peripécias da infância à epopeica fuga da sua aldeia, dos golpes do acaso que o levaram ao estrelato e dele ao seu melancólico fim, temos aí um enredo de alta voltagem, em aventura, ação, suspense, emoção, imprevistos.

Nascido em Pará de Minas, Benjamin de Oliveira era filho de um escravo que foi peão da fazenda do avô de Gustavo Capanema, um dos mais reverenciados ministros de Getúlio Vargas. Primeiro emprego: “madrinha de tropa” de burros. Segundo: vendedor de bolos em porta de circo. Acabou fugindo com uns ciganos, que o escravizaram. Escapou deles e caiu no mato, indo parar no estado de São Paulo. Viu um circo e se apresentou. E, de circo em circo, acabou chegando a Cascadura, aqui no Rio. Surpresa: toda noite Floriano Peixoto, o presidente da República, ia assisti-lo. E deixava-lhe uma gorjeta. Isso funcionou como deixa para o circo se mudar para bem perto do palácio da

presidência. Resultado: o filho do homem, Florianinho, se apaixonou por uma trapezista e seguiu a *troupe*, quando ela foi embora. E virou circense, na dupla condição de chefe da contabilidade e da *carteirada*, nas encrencas com a polícia. Bastava ele mostrar o seu documento de identificação, para livrar a turma da cadeia.

O palhaço negro, que enriqueceu muitos empresários, terminou os seus dias vivendo de uma mísera pensão, conseguida pelo então deputado Jorge Amado.

Agora, vamos ao poeta. Este era o chefe de gabinete de Capanema, no Ministério da Educação e Saúde. Uma vez caiu-lhe às mãos o processo 6451/41, do Serviço Nacional do Teatro. Assunto: “Benjamin de Oliveira, o mais velho palhaço e antigo empresário do pavilhão-teatro, pede o auxílio de pagamento de passagens de 42 artistas e o transporte de todo o material do seu circo, ida e volta, para uma excursão a Belo Horizonte...” Avaliação: “o teatro do requerente” não se enquadrava na proposta de “educação popular” do governo. Despacho final: “Indeferido, em face do parecer. De ordem do sr. Ministro...” Autografa-o C. Drummond. Em 30.4.41.

E o palhaço dançou.

## Othon Bastos enquanto vivo

Foi numa noite do Rio em que meio mundo comemorava a brilhante vitória de Nelson Pereira dos Santos, que acabava de ser eleito para a Academia Brasileira de Letras, em votação consagrada. O belo casarão do Cosme Velho, onde viveu o mais longo presidente da casa de Machado de Assis, Austregésilo de Athayde, de repente ficou pequeno para tão grande platéia. O povo do cinema, da literatura, do teatro e da música levava horas para chegar perto do festejado cineasta.

Lá pelas tantas, Othon Bastos emergiu daquele mar de gente e navegou na direção deste seu conterrâneo, com uma boa notícia: depois de muitos anos fora do estado em que nascera, ele ia voltar lá, para ser homenageado, em Salvador - no Teatro Castro Alves -, durante a cerimônia de entrega de uma premiação que contempla a classe teatral baiana, e presta um tributo “às personalidades que fizeram e fazem da história cultural na Bahia uma referência de resistência e de renovação estética nas artes no Brasil”. E tome discurso!

Com toda a verve que lhe é peculiar, Othon Bastos comentou a carta que o avisara da homenagem a ele “enquanto vivo”. Só faltara ao missivista acrescentar: “Antes que seja póstuma”. Disse isso às gargalhadas, vai ver para afastar possíveis fluidos agourentos. E engatou uma segunda: “Com o Nelson na ABL, é capaz que a crítica passe a dizer que os seus filmes são acadêmicos”.

Quem o conhece apenas pelos personagens épicos ou dramáticos que interpretou no teatro e no cinema, como o Lopakhin de *O jardim das cerejeiras*, de Anton Tchecov, e o cangaceiro Corisco de *Deus e o diabo na terra do sol*, de Glauber Rocha, ou o rude Paulo Honório, de *São Bernardo*, na feliz adaptação do romance de Graciliano Ramos dirigida por Leon Hirshman, deve imaginá-lo, pelo seu *phisque de rôle*, um homem mais compenetrado do que galhofeiro. Mas não. Othon Bastos é, antes de tudo, alguém que sabe rir. Custa a crer que

ainda não lhe ofereceram um papel de comediante, “enquanto vivo”, e em plena forma.

Não é sem tempo que ele agora terá um justo reconhecimento na terra do seu nascimento, e na qual iniciou uma trajetória artística respeitável. Afinal foi lá que, ao retornar de uma temporada em Londres, recebeu um convite para ser professor – de 1957 a 1959 -, da Escola de Teatro da Universidade da Bahia. Depois disto, juntou-se a outros atores e criou o Teatro dos Novos, fundador do célebre Vila Velha. Em 1968, recebeu um convite de São Paulo, para ser ator do Teatro Oficina, no qual atuou em *Os pequenos burgueses*, de Máximo Gorki, *Galileu, Galilei*, de Bertolt Brecht, e *Na Selva das cidades*, do mesmo Brecht. E passou a acumular prêmios e mais prêmios.

Em 1971, com a atriz Martha Overbech, fundou uma companhia com o seu próprio nome. Resumo da ópera: mais de 50 peças, incontáveis filmes e novelas televisivas e, de bandeja, dois CDs com textos de Machado de Assis, para o selo de prosa e poesia do Paulinho Lima (outro baiano radicado no Rio), que podem ser encontrados nas nossas melhores livrarias. Ouça em total silêncio a sua interpretação de *O nascimento da crônica*, e delicie-se com a fina ironia machadiana que ele capta, magistralmente.

É isso aí, Bahia: viva o Othon.

## Juan Rulfo no Rio

Foi no dia 21 de novembro de 1982. Era um domingo. Ele veio tomar um café com este escriba, que no final da tarde seguinte iria apresentá-lo à platéia da Maison de France, como se alguém chamado Juan Rulfo, um expoente da literatura hispano-americana em pleno *boom* mundial, precisasse de apresentação.

Quando o cônsul do México disse ao telefone: “O maestro já está aqui, posso levá-lo aí, agora, para um cafezinho?”, tratei de pegar um bule, exultante. Afinal, ia receber um monumento literário do século 20 ainda aos 64 anos, que chegou elegantemente de terno branco, em questão de minutos, trazendo um exemplar da belíssima edição especial do *Pedro Páramo*, ilustrada pelo seu filho Juan Pablo, e já com uma amável dedicatória “*del amigo y compañero*”. Um presente para quem havia nascido no Junco, espécie de alma gêmea baiana da mexicana Comala, a cidade morta inventada por Juan Rulfo, que tanto assombrava o mundo.

Recordo-o como um homem afável, calmo, discreto. Já o seu acompanhante era grandalhão e espalhafatoso. Numa gesticulação desastrada, acabou por entornar o líquido quentíssimo de xícara sobre o meu ilustre e impecável visitante, passando a se auto-recriminar infinitamente. Aí começou a trovejar. Foi a deixa para o relevante maestro, com sua voz branda, pôr um fim ao constrangimento do estabanado cônsul, mudando de assunto:

— Que bonitos são os trovões do Rio — exclamou. — Parecem os de Jalisco. — Então todos relaxamos, sob as cintilações dos relâmpagos e subseqüentes estrondos.

Ele ficou uns dias na cidade – sem mais transtornos –, cumprindo uma agenda de palestras, entrevistas, recepções, o que incluiu um jantar na casa do

dramaturgo Guilherme Figueiredo, em Copacabana, onde o já fatigado palestrante, com a paciência de avô, se mostrou incansável na arte de responder às mesmas perguntas que lhe faziam em toda parte.

Em 1985, reencontramo-nos num congresso na Bulgária, onde Juan Rulfo disse para 150 escritores de todo o planeta;

— Vim aqui para dizer apenas que a melhor literatura do continente americano é a brasileira. E que o seu maior romance chama-se *Grande sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa. Portanto, felicito a direção deste congresso por ter convidado...

Nesse instante, uma romancista inglesa tirou os fones dos ouvidos e me estendeu a mão, dizendo;

— Estou orgulhosa de estar sentada ao seu lado.

Mas não foi só pelos seus gestos generosos que Juan Rulfo se tornou um dos meus santos de cabeceira. Foi por ele, além de ter escrito *Pedro Páramo*, não ter contado a ninguém sobre o desastre do cafezinho em minha casa.

## Camões na Bahia e outras histórias

Numa prova do vestibular da Universidade da Bahia, foi exigido dos candidatos a interpretação destes versos de Camões:

Amor é fogo que arde sem se ver,  
é ferida que dói e não se sente,  
é um contentamento descontente,  
dor que desatina sem doer.

Uma vestibulanda de 16 anos interpretou-os assim:

Ah! Camões,  
se vivesses hoje em dia,  
tomavas uns antipiréticos,  
uns quantos analgésicos  
e Prozac para a depressão.

Compravas um computador,  
consultavas a Internet  
e descobririas que as dores que sentias,  
esses calores que te abrasavam,  
essas mudanças de humor repentinas,  
esses desatinos sem nexos,  
não eram feridas de amor,  
mas somente falta de sexo.

A menina baiana ganhou nota 10. Comentário: foi a primeira vez que, ao longo de mais de 500 anos, alguém desconfiou que o problema de Camões era falta de mulher. E o caso, se verdadeiro (há versões de que teria acontecido em Portugal), serve para livrar a cara dos vestibulandos, só lembrados pelas suas

provas lamentáveis, que invariavelmente se tornam motivos de chacota. E também da Bahia. Afinal, nem tudo lá é trio elétrico e gente pulando na rua, nos 365 dias do ano.

Mais notícias da Boa Terra, enviadas pelo contista Aramis Ribeiro Costa. Estas vêm a propósito de erros de imprensa que deixaram cronistas locais em situação desconfortável. O primeiro saiu na coluna do seu tio Adroaldo Ribeiro Costa, que escrevia diariamente em *A Tarde*. Um dia, querendo homenagear alguém, iniciou sua crônica assim: “Fulano de tal, com toda a sua bagagem literária...” A revisão cochilou e bagagem virou bobagem. Imagine o constrangimento. Toda uma reputação destruída numa simples troca de letras.

Outro, ao referir-se a um amigo que estivera hospitalizado, informou a seus leitores que ele havia deixado o hospital “apoiado em duas muletas”. Saiu mulatas. Esse aí deve ter sido motivo de felicitações.

Agora passemos a uma história que começou com a intenção de fazer rir e teve uma continuação que por pouco não resultou em tragédia: a das charges de Maomé publicadas por jornais europeus, estopim de mais uma crise Oriente-Occidente, com repercussão na imprensa brasileira, por muitos dias.

Em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, Ziraldo lembrou dois momentos em que o humor resvalou em drama, neste lado do paraíso. O mais conhecido deles foi a publicação de *A História da Criação do Mundo*, do sempre brilhante Millôr Fernandes, na revista *O Cruzeiro*, que gerou protestos da ala mais conservadora da Igreja, levando-o a ser demitido e execrado publicamente, pelo seu empregador.

O segundo aconteceu com um cartunista paulista chamado Octávio. Ziraldo, porém, se enganou quanto ao jornal em que ele trabalhava. Não era a *Folha de S. Paulo*, e sim a *Última Hora*.



Octávio Câmara de Oliveira era gerente de banco diurno e chargista noturno. Certa vez, o time do Santos, em peso, recorreu a Nossa Senhora Aparecida, para pedir ajuda no campeonato. A matéria da *UH* sobre a proteção divina, pedida pelos santistas, teve como ilustração uma charge dele, na qual a santa – cuja imagem é negra -, aparecia com o rosto de Pelé. Deu passeata, com grande estardalhaço da concorrência, sobretudo de *O Estado de S. Paulo*. Quase que a *UH* afundava. E o Octávio só não acabou no inferno porque beijou o anel do arcebispo, para conter-lhe a ira, mas não achando a menor graça em ser chamado de sacrílego, pelo irado povo de Deus.

Brincar com Maomé, porém, é ainda mais grave, pelo que se tem visto.

## O lado infame do genial Borges

Sua *História Universal da Infâmia* começa em 1517, quando o padre Bartolomeu de las Casas “teve muita pena dos índios que se extenuavam nos laboriosos infernos das minas de ouro antilhanas e propôs ao imperador Carlos V a importação de negros, que se extenuaram nos laboriosos infernos das minas de ouro antilhanas”.

A partir daí, Jorge Luís Borges relaciona os fatos infinitos devidos à curiosa variante daquele filantropo, até chegar à “indecorosa e magnífica existência do atroz redentor Lazarus Morell”.

Um incomparável canalha - ele acrescenta -, que fez do Mississipi, o Pai das Águas, o teatro para o seu desempenho como pregador, ladrão de negros e assassino. Na galeria borgeana de maus elementos entram o inverossímil impostor Tom Castro, a pirata Tching, o fornecedor de iniquidades Monk Eastman, o bandoleiro Billy the Kid, o tintureiro mascarado Hákim de Merv, entre outros infames fabulosos.

Guardo até hoje, como quem preserva uma relíquia, a ediçãozinha de bolso desse seu livro, comprada numa livraria da cidade do Porto, em 1965. Li-a sem pestanejar, em estado de exaltação, numa noite gelada do inverno europeu. Era a descoberta de um mago singular e algo tenebroso, que tentava esgotar todas as possibilidades do estilo barroco. Ele, porém, creditava a sua magia às leituras repetidas de Stevenson e Chesterton.

Resignei-me à condição de refém da prosa de Borges. Sobretudo de um conto dele intitulado *O fim*. É a história do negro que ficou sete anos numa bodega dos pampas argentinos, tirando sons lamentosos das cordas de uma guitarra, enquanto esperava o lendário Martin Fierro, para vingar-se da morte de

um irmão. Cumprida a sua sina de justiceiro, tornou-se um ninguém. “Não tinha destino sobre a Terra e matara um homem”.

Agora, cai-me às mãos um livrinho (*Borges, o mesmo e o outro*), publicado por uma editora de São Paulo chamada Escritura, em 2001. Contém uma entrevista que ele concedeu ao poeta paulista Álvaro Alves de Faria, no ano de 1976, da qual recolhi algumas jóias de brilho questionável.

Primeira: “Os militares que tomaram o poder na Argentina vão salvar o país da destruição para a qual queriam levá-lo. Os militares são cavalheiros, senhores bem-intencionados”.

Segunda: “Sou favorável a regimes militares duros. Eu participei da Guerra Civil Espanhola, ao lado dos republicanos, mas logo percebi que Franco era merecedor de todos os meus elogios”.

Terceira: “Desprezo os escritores latino-americanos. Eles não existem. Não existe nada na América Latina. O continente inteiro é um romance mal escrito”.

Quarta: “Neruda foi um poeta medíocre, dos piores que conheci em toda a minha vida, mas a política fez dele um grande poeta latino-americano”.

Quinta: “A raça negra é inferior em tudo. A raça negra nada fez. Se não existissem negros, a história do mundo não mudaria em nada”.

Convenhamos. A última jóia aí supera a infâmia das piadas racistas. E mancha a biografia do genial Borges. Em respeito à sua obra imortal, lhe concederemos a desculpa póstuma de que nem todos os gênios foram ou são príncipes?

Com a palavra um cidadão chamado Carlos Augusto Dantas, morador do Flamengo, no Rio de Janeiro, em carta escrita “de próprio punho”, como se dizia antes da era dos e-mails. Ei-la:

“Ao ler seu comentário de estarecimento em face do racismo de Borges, lembrei-me da edição do periódico espanhol *ABC*, na qual há uma vasta e variada evocação do famoso poeta, por ocasião do centenário de seu nascimento. Destaquei o trecho diretamente referente ao tema. O senhor verá que chega a nos atingir... Espero que este material seja um acréscimo à sua crônica”.

A página do *ABC* de 12 de junho de 1999 é assinada pela jornalista argentina Carmen de Carlos. Título: *En la intimidad de Borges*. Trata-se de uma recordação da sua cozinheira, Epifanía Úveda de Robledo, a Fanny, que durante quase 40 anos o vestiu *de los pies a la cabeza*. O que ela conta, no tópico *Borges y los negros*:

“O senhor Borges costumava receber em sua casa. Um dia apareceram umas brasileiras, que conversaram durante toda a tarde. Ao despedirem-se, ele me chamou correndo, ansioso para que eu lhe descrevesse as visitas, fisicamente, como sempre fazia. Comecei pelo mais óbvio, dizendo-lhe que eram negras. ‘Como negras?’ – perguntou, estupefato. ‘Por que não me disse isso antes? Que horror! Se soubesse disso, eu as teria escorraçado. Saia, fora daqui, você também”.

Final da história, em outra página do mesmo jornal: “Os argentinos se despediram de Borges com mais desdém do que homenagens”. Servirá isto de consolo ou vingança para as negras brasileiras?

## Roteiro sentimental de um leitor de Jorge Amado

(Para Myriam Fraga, a bela poeta que dirige a Fundação Casa de Jorge Amado, no Pelourinho, em Salvador da Bahia.)

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2006.

Quando, na tarde desse domingo, uma voz ao telefone disse de quem se tratava, o seu ouvinte viu-se de volta a uma cidade de luzes verdes, cercada de laranjais. E aos sonhos dourados de uma juventude que “os anos não [l]he trazem mais”. Ele, o senhor que em Copacabana atendia, tão surpreso quanto emocionado, a uma ligação de São Gonçalo dos Campos, onde nunca pusera os pés, tentou reconstituir os traços fisionômicos do dono da voz, sem êxito. Pelo seguinte motivo: lá se iam quase meio século desde que vira o seu rosto pela última vez. Mas como esquecer a figura de um sujeito esquisitão que apareceu em Alagoinhas, a festeira terra da laranja, da Micareta e das folias juninas, vestido como quem ia à missa?

À maneira de Federico Fellini, amarcord. Eu me recordo. Era um dia qualquer, sem nenhuma solenidade religiosa ou social programada. Nenhuma posse de um prefeito ou um evento no Lyons e no Rotary, uma noite de gala nos seus clubes dançantes, coisas assim, que exigiam apuro nos trajes. Com toda probabilidade, ele, o tal transeunte enfatiotado, havia desembarcado na Estação da Leste, ou seja, da Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro. Devia até ter chegado no “Marta Rocha”, o trem que ganhara esse nome, na boca do povo, por ser o mais bonito de todos que circulavam de Salvador para Alagoinhas e vice-versa. Seja lá qual tenha sido o meio de transporte que o trouxera, sua presença só iria ser notada no momento em que ele atravessou a bela praça J. J. Seabra – a das árvores artisticamente podadas em forma de pássaros –, em uma hora de pouco movimento, sem cumprimentar ninguém nem ser cumprimentado.

Seria aquele estranho personagem um caixeiro-viajante? - perguntavam-se os hoteleiros, cada qual ansiando, secretamente, por merecer a preferência da hospedagem. Não demorou muito para todos o perderem de vista, ao dobrar de uma esquina. Também logo se sabia que ele vinha do Rio, de mala e cuia, para passar a morar ali, junto a seus familiares, originários de Sergipe.

Isso dava asas às confabulações: por que o distinto cavalheiro trocava a efervescência da capital federal pela vida pacata de uma cidade do interior baiano? Coisa boa não devia ter arrumado no Rio de Janeiro. Vai ver era um comunista, em busca de refúgio num lugar que a polícia nem sonhasse onde ficava.

Mas não. Naquele ano de 1958, em plena era JK, respirávamos os bons ares da liberdade política. Tivesse ou não um passado nebuloso, o homem misterioso que, ao chegar, provocara interrogações, tinha em seu destino um emprego no único ginásio da cidade. Era um professor de Geografia, que surpreenderia os seus alunos pela intimidade com que falava de serras como a do Mar, da Mantiqueira, dos Órgãos, e do Pico da Bandeira. Aos poucos, revelaria outros domínios, que abrangiam da Matemática à Literatura. Cada vez mais surpreendente, esse professor! Não fiquei lhe devendo apenas a descoberta de rios, lagos, mares, continentes, capitais e países do mundo. Nem lhe sou grato somente pelo seu esforço para que eu não fosse derrubado, na prova final, por equações e figuras geométricas. Mais que tudo, devo-lhe a minha formação de leitor, ou, melhor dizendo, a minha descoberta da modernidade literária brasileira. No que ele se empenhou com um prazer inenarrável, fora das salas de aula. Agora, por trás da voz que vinha de longe, vejo-o trazendo Jorge Amado para o centro das minhas atenções.

Pois sim. Enquanto falava ao telefone, motivado por lembranças que lhe tenho feito na imprensa, como o responsável pela minha iniciação à obra de

Jorge Amado - e para dizer que agora está morando em São Gonçalo dos Campos, e também que, mesmo depois de completar 50 anos de magistério, continua lecionando Matemática na pós-graduação da Universidade Estadual de Feira de Santana -, o professor doutor Carloman Carlos Borges fez mais do que dar sinais de vida. Aquele que um dia me ajudou a escrever um discurso, parecia ter adivinhado que este seu ex-aluno estava enrascado de novo. Por ter de escrever outro e não saber como começar.

Se lhe tivesse dito isso, o mestre de outros tempos certamente teria me apontado o mais antigo dos caminhos: “Comece pelo princípio”, diria ele, sabiamente. Outra, porém, foi a sua lição. O matemático, hoje também psicanalista e acima de tudo homem de letras Carloman Carlos Borges, encerrou aquela conversa telefônica recitando uns versos de T. S. Eliot, que podem ter alguma pertinência neste tributo ao imortal autor de *A morte e a morte de Quincas Berro D'água*:

*Morremos com os mortos.*

*Eles partem e com eles nos levam.*

*Nascemos com os mortos.*

*Eles retornam e consigo nos trazem.*

O que retornou, e vivamente, na tarde de 23 de julho deste 2006, foi a memória do dia em que li Jorge Amado pela primeira vez. “Para começar a gostar da obra dele, leia este”, disse-me o professor Carloman, ao me emprestar o *Mar morto*, concedendo-me o prazo de uma semana para devolvê-lo. “Quando se começa a ler Jorge Amado, não se pára mais”, ele acrescentou. Dito e feito. Sim, ali estava um romancista encantador, cujo poder de sedução se exercia já na primeira frase de um breve prólogo do seu romance: “Agora eu quero contar as histórias da beira do cais da Bahia”. E, por começar deste jeito, em tom de conversa pessoal, íntima, de pé de ouvido, ele foi me levando em ondas nas quais eu me envolvia, entre a dor das labutas e sofrimentos dos seus

marinheiros, e o prazer da leitura de um texto amoroso, memorável. No segundo parágrafo daquela mesma página inicial, este leitor encontrava-se completamente enfeitado pelo convite à navegação em frente.

“Vinde ouvir estas histórias e estas canções. Vinde ouvir a história de Guma e Livia que é a história da vida e do amor no mar. E se ela não vos parecer bela, a culpa não é dos homens rudes que a narram. É que a ouvistes da boca de um homem da terra, e, dificilmente, um homem da terra entende o coração dos marinheiros. Mesmo quando esse homem ama essas histórias e essas canções e vai às festas de dona Janaína, mesmo assim ele não conhece todos os segredos do mar. Pois o mar é mistério que nem os velhos marinheiros entendem”.

Imaginem o encantamento que isso causou em quem nasceu num lugar onde nem rio havia. Nunca dantes tinha lido nada, em prosa, que me provocasse tamanho arrebatamento. O texto de Jorge Amado parecia uma versão contemporânea da poesia de Castro Alves, o que até então eu queria ser, quando crescesse – até porque o nosso mais querido vate era bonito como um corno e dava muita sorte com as mulheres.

Mas agora outro imenso valor se alevantava diante dos meus olhos. Alguém que escrevia num idioma do nosso tempo, sem os floreios gongóricos tão ao gosto do romantismo, portanto acessível ao mais comum dos mortais. E o que fazia (e faz) o encanto desse idioma era (e é) a sua humaníssima fala baiana, tão cheia de musicalidade, lirismo, malemolência, tempero, sensualidade. E que dizer da sua vasta galeria de tipos humanos?

Neste particular, Jorge Amado parece contradizer Scott Fitzgerald, o laureado ficcionista norte-americano das décadas de 20 e 30 do século passado, que iniciou um conto (*O moço rico*) assim: “Começa-se com um indivíduo e, antes de se dar conta disso, descobre-se que se criou um tipo; começa-se com



um tipo e descobre-se que não se criou coisa nenhuma”. Além de todos os seus predicados, Jorge Amado tinha um dom especial para criar personagens – e tipificá-los. Fossem eles marinheiros, vagabundos, prostitutas, retirantes, pastores da noite, coronéis truculentos, meninos de rua, ou sem-teto (diríamos hoje), que, como sabemos, vieram a se multiplicar nas cidades brasileiras do século 21, de forma preocupante, numa franca exposição e denúncia do quadro social deplorável que estamos vivendo.

Numa coisa ele podia dar razão a Fitzgerald, um escritor que floresceu em outro meio, outra cultura, outros patamares sociais e econômicos, enfim, na realidade do capitalismo já avançado dos Estados Unidos da América, após a Primeira Guerra Mundial. Refiro-me ao Fitzgerald que dizia: “Ação é personagem”. Ele, o de São Jorge dos Ilhéus e da Baía de Todos os Santos, sempre soube pôr em movimento personagens de carne e osso, sentimento e consciência, instinto e razão. E muitos outros que se enquadram em outros perfis.

“Poucos ficcionistas dominaram tão completamente quanto Jorge Amado a arte de inventar gente” – escreveu Augusto Nunes, diretor de jornalismo do *Jornal do Brasil*, no Caderno *Idéias* de 5 de agosto de 2006. Ele prossegue: “Os personagens do escritor baiano, inspiradores de ilustrações magníficas, transformaram o leitor em diretor de elenco. Além de nome, têm cores e cheiro. Têm até corpo e rosto. Às vezes, existem. Gabriela, por exemplo, tem cor de canela, cheiro de cravo e virou gente com o nome de Sônia Braga. A fusão começou na novela da TV Globo. Consumou-se no filme de Bruno Barreto...”

Dir-se-ia ainda que poucos ficcionistas brasileiros dominaram tão bem a arte de escrever diálogos. Os criados por Jorge Amado são de uma naturalidade espantosa, dando-nos a impressão de que ele tinha os ouvidos afinadíssimos para a linguagem coloquial, o que o distinguia da maioria dos escritores brasileiros surgidos antes dele, e mesmo de muitos da sua própria geração. Nos

seus romances, narração e diálogo têm marcas de origem e carimbo de autenticidade nacional. Ao ler um deles pela primeira vez (o já mencionado *Mar Morto*), a minha impressão foi a de que, finalmente, eu havia descoberto um autor nosso, ali à beira do litoral, a apenas 108 quilômetros de distância de onde eu o lia, que romperia com os modos e usos do fazer literário lusitano. Tanto quanto com a retórica barroca tropical.

Costuma-se dividir a sua literatura em duas fases: na primeira, ela é engajada, de marcante compromisso sócio-político, com prioridades regionalistas e nos valores do proletariado negro da cidade de Salvador. Na segunda, a partir da publicação de *Gabriela, Cravo e Canela*, em 1958, suas preocupações politicamente revolucionárias desaparecem, dando lugar a um comprometimento com a cultura popular, com ênfase na brasilidade negra e mestiça, em oposição à moral burguesa.

Verbetes reducionistas assim não estariam obliterando o repertório multifacetado, multirracial e multicultural da sua obra?

Não faltou quem o acusasse (notadamente na crítica universitária, digamos, chique, do eixo Rio-São Paulo), de explorar os aspectos pitorescos da vida baiana, mais predisposto a retratar estereótipos do que em ilustrar as verdadeiras causas e conseqüências das tensões sociais. Em contraposição à severidade de tais interpretações da sua obra, e refletindo a recepção dela pelos seus leitores, Augusto Nunes, em seu já citado artigo no *Jornal do Brasil*, traz à luz o que até um cego, lendo em braile, enxergará: “Na metade do século passado, a galeria de tipos inesquecíveis já informava a multidões de brasileiros que leitura pode ser puro prazer. O caso de amor de Jorge Amado e sua gente não foi interrompido pela morte. A homenagem da festa em Paraty [acontecida no mês de agosto de 2006] permite acreditar que nunca será”.

Bem, muito do que foi exposto nestas linhas é público e notório. Agora, tratemos de voltar ao princípio, para retomar o fio da minha meada.

Alagoinhas, Bahia, 1958.

Em êxtase, passei duas noites em claro, para, ao amanhecer de um dia, salvar a estrela matutina:

*Estrela matutina. No cais o velho Francisco balança a cabeça. Uma vez, quando fez o que nenhum mestre de saveiro faria, ele viu lemanjá, a dona do mar. E não é ela quem vai agora de pé no Pacote Voador? Não é ela? É ela, sim. É lemanjá quem vai ali. E o velho Francisco grita para os outros no cais:*

*- Vejam! Vejam! É Janaína.*

*Olharam e viram. Dona Dulce olhou também da janela da escola. Viu uma mulher forte que lutava. A luta era seu milagre. Começava a se realizar. No cais os marítimos viam lemanjá, a dos cinco nomes. O velho Francisco gritava, era a segunda vez que ele a via.*

*Assim contam na beira do cais.*

Fim do *Mar Morto*.

O professor Carloman iria ficar surpreso com a devolução tão rápida do livro que ele me emprestou. E logo passaria a um segundo empréstimo: *Capitães da areia*, também lido sem pestanejar e devolvido num piscar de olhos. E, com os devidos agradecimentos, o dispensei de me passar outro, pois, ao ver que a única livraria da cidade (chamava-se São Jorge) tinha todos, ou quase todos os livros de Jorge Amado, até o que fora publicado naquele ano (*Gabriela Cravo e Canela*). Então criei coragem e pedi crédito ao seu proprietário, um amável senhor chamado Teófilo Maciel. Meu desejo serviu-me de fiador. E, no ato, me tornei o feliz proprietário de uma imensa livraiada, carregada em duas viagens - e a ser paga em suaves prestações, tão a perder de vista que o

primeiro pagamento só foi feito mais de três meses depois, quando voltei das férias escolares.

Todos aqueles livros foram lidos numa rede de uma casa de roça, lá no Junco, digo, Sátiro Dias, a quinze léguas de distância de Alagoinhas. Ainda ouço ao longe a voz da minha mãe, dona Durvalice, a mostrar-se preocupada com a minha aparente inatividade, pois eu parecia estar ali apenas para ler, ler, ler Jorge Amado sem parar, dia e noite, enquanto não era vencido pelo sono, levantando-me da rede somente de vez em quando, para atender a necessidades incontornáveis, comer, beber água (e as outras decorrentes dessas), ou, muito mais de vez em quando ainda, para ir prosear com João Escrivão na coletoria do lugar, por este simples motivo: ele conhecia, de cor e salteado, todas as histórias que eu estava lendo. E aí trocávamos figurinhas – as figuras de Jorge Amado.

A bem da verdade, minha mãe sempre fora uma incentivadora da leitura. E olhem que ela pertencia a uma geração de mulheres da roça, cujos pais as proibiam de estudar, para não aprenderem a escrever cartas aos pretendentes a um namoro, e sabe-se lá o que mais, imaginavam eles, os senhores que as geraram. Ainda assim, dona Durvalice, graças às suas artimanhas, teve aulas particulares, clandestinamente, com um professor chamado Laudelino Mendonça, o “Pai Lau”, que veio a dar nome a uma rua de Sátiro Dias.

Ela, aquela menina Durvalice, que ao se tornar uma mocinha me traria ao mundo, pagava essas aulas em trabalho, numa plantaçãozinha de fumo que o professor Laudelino tinha, num pasto ao fundo da casa de um certo senhor chamado Adelino, que viria a ser o meu avô. E, também às escondidas, com a ajuda da luz da lua ou de um candeeiro, aquela menina chamada Durvalice sacrificou-se em silêncio para um dia poder ensinar os filhos a ler, antes que eles fossem para a escola.

Minha mãe me contou isso recentemente, como se erguesse um troféu guardado em segredo por toda uma vida, e que agora lhe ergo, lembrando-me do dia em que ela me mostrou um abêcê e me disse os nomes de todas aquelas letras, sem as quais eu não estaria aqui, para contar esta história.

Por que então ela se preocupava, ao ver o seu filho mais velho a ler Jorge Amado, o tempo todo? Ainda ouço a sua voz ao longe, a dizer-me:

- Menino, vou lhe dar um conselho. Leia só de dia. Lendo tanto de noite, com essa luz fraquinha de candeeiro, logo, logo você vai ficar ruim das vistas.

Felizmente seus temores não se confirmaram. Ler Jorge Amado, e compulsivamente, à tênue luz de um candeeiro, não causou danos aos meus olhos.

Houve outros, porém. À minha reputação, sob o ponto de vista religioso, pronto a apontar um cordeiro de Deus que poderia estar se desviando do rebanho. Foi no regresso ao Junco (digo, Sátiro Dias), de um homem que antes eu nunca tinha visto por lá. Era um filho daquela terra que a ela regressava coberto de glórias, por ter participado da Segunda Guerra Mundial. Reformado como tenente da Marinha, ele vinha a ser meu primo em segundo grau. Recordo-o a adentrar a igreja, inesperadamente, na hora da missa, chamando a atenção de todos não só pelo seu porte musculoso, mas, principalmente, por apresentar-se em uniforme de gala, cheio de medalhas no peito. E por ali ficou bestando durante uns tempos, a beber cerveja, a jogar dama, a contar suas proezas nos mares, sem, no entanto, perder a sua empertigada postura monumental, diante da qual até minha mãe batia-lhe continências:

- Mô fio, por que você não vai para a Marinha? Vá perguntar ao primo Tenente como é que se faz para entrar lá.

Fui. E foi fácil encontrá-lo, no seu posto de comando: a venda de um bom homem chamado Antônio Lopes, onde o nosso herói combatia à sombra, derrubando uma garrafa atrás da outra. Conversa vai, cerveja vem, toco no assunto Escola de Aprendizes de Marinheiros. Interessou-se. E quis saber do meu desempenho nas atividades físicas. Respondi-lhe que era mais chegado à leitura do que aos exercícios. Também se mostrou interessado em saber o que eu gostava de ler. Conteí-lhe.

Resultado: delação. Conseqüência: inquérito familiar. Quer dizer que estes livros que você anda lendo são de um comunista? E dos mais descarados, conforme o Tenente garante, jurando por essa luz que nos alumia?

Com a boca cheia de autoridade, não necessariamente literária, ele, o glorificado Tenente, havia garantido mais: que Jorge Amado, além de não ter fé em Deus, como todos os comunistas, era um despudorado, que enchia as suas páginas de palavrões cabeludos, de fazer corar até os mais safados dos adultos. Xibio pra lá, embocetar pra cá... E com certeza nunca tinha sido visto na missa. A religião dele era o candomblé, cruz, credo! Em resumo: eu estava indo por um mau caminho, seguindo um mau exemplo. Só restou à minha mãe me botar contra a parede: aqueles livros estavam mesmo me afastando das leis de Deus?

Naquele momento eu tinha o *ABC de Castro Alves* nas mãos. Pensei que a única coisa que podia fazer em minha própria defesa era ler um trecho daquele livro para ela, que um dia havia se orgulhado, até às lágrimas, ao ver e ouvir aquele mesmo filho recitar em praça pública, diante de uma multidão: *Auriverde pendão da minha terra/ Que a brisa do Brasil beija e balança/ Estandarte que a luz do Sol encerra/ As divinas promessas da esperança*. Eu me recordava: fora num palanque em frente da porta da escola da professora Serafina, num dia Sete de Setembro. Dia da Pátria. Todo um velho povo viu pérolas de chuva a descer-lhe dos olhos, ao ouvir estes versos de Castro Alves. E mais ainda a mãe do menino que os recitava.

Voltei à página de Jorge Amado em que havia parado, e li um parágrafo para ela, que pode ter sido este: “Amiga, mais forte, mais poderosa e mais bela que a voz maviosa do poeta que canta em São Paulo é a voz que chora nas senzalas do Recife. Porque não há nada mais belo que a voz do povo. E o gênio é aquele que a interpreta, que lhe dá forma, o que vai na frente de todos os que clamam. No Sul cantavam, no Norte ele ia começar a clamar o seu clamor, gritos e apóstrofes de vingança, ameaça e profecia, seria o mais lindo canto do seu tempo”.

- É assim que Jorge Amado escreve, mamãe. A senhora achou que alguma dessas palavras que acabei de ler, é contra as leis de Deus?

- O que achei é que ele escreve bonito como um corno – ela disse, me premiando com uma boa risada. E nunca mais tocou no assunto.

*Tempus fugit.*

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1972.

Já estava aprontando a mala, para uma rápida ida a São Paulo.

O telefone tocou. Ao atendê-lo, reconheci a voz de um amigo paulista chamado Oswaldo Assef.

- Fala, turco!

- Tenho duas notícias para você. Uma boa e uma ruim.

- Já posso adivinhar qual é a ruim. Está chovendo aí!

- Para a nossa sorte, hoje o sol brilha na Paulicéia. Mas, para o seu azar, Jorge Amado vai fazer uma noite de autógrafos no mesmo horário da sua. Como qualquer lançamento dele dá enchente, o seu pode ficar às moscas.

Achei que o Assef tinha razão. A coincidência dos dois lançamentos, no mesmo horário, ia me ferrar.

- Agora conta a boa, turco!

- Leia o “Estadão” de hoje.

Fui em frente, à cata da boa notícia.

Comprei o jornal *O Estado de S. Paulo* na livraria do aeroporto Santos Dumont. E lá estava, na página 10 do seu primeiro caderno, uma matéria supimpa sobre os dois lançamentos, o do baiano universalmente consagrado e o do seu conterrâneo estreante, ilustrada com as capas de *Tereza Batista cansada de guerra* e de *Um cão uivando para a Lua*, este, do tal já devidamente avisado de que ia se ferrar. E que, ao se encaminhar para o avião, achou que de modo algum aquela seria uma viagem perdida. A julgar pelo espaço que lhe coubera no poderoso “Estadão”, e junto logo de quem, a ganhara, por antecipação.

São Paulo, mesmo dia.

Cheguei à Francisco Alves, no Largo do Arouche, às cinco e trinta da tarde. Já estava tudo pronto para a inauguração da livraria, com a noite de autógrafos de *Um cão uivando para a Lua*. Havia pilhas dele bem à entrada da loja, que tinha de nova. Dirijo-me a um balcão e me apresento. Um rapaz me cumprimenta, se desmanchando em sorrisos e salamaleques, como se tivesse acabado de apertar a mão de uma estrela. E logo descubro a razão de tanto entusiasmo com a minha chegada: Jorge Amado acabara de sair dali. Antes de ir



para a livraria onde estaria autografando, na Rua Barão de Itapetininga, também no centro da cidade, passara naquela outra, naturalmente movido pela matéria do “Estadão”. O mais surpreendente: ele havia comprado o meu livro, que deixou com o vendedor, pedindo-lhe para enviá-lo naquela noite mesmo ao hotel onde estava hospedado, assim que eu o autografasse. Também deixou um bilhete para mim, dando o seu endereço em Salvador, e dizendo para procurá-lo, quando fosse lá.

Ainda de pé em frente do balcão, vejo uma moça chegar, para o segundo autógrafo, antes da festa começar.

- Meu pai me telefonou de Feira de Santana recomendando que eu não deixasse de comprar o seu livro – ela disse.

- Quem é o seu pai?

- Eurico Boaventura.

Meu Deus! Era a Maria Eugênia, que conheci em Alagoinhas, quando ela era ainda uma criança. Agora, já estava na universidade. E logo faria uma respeitável carreira acadêmica, na Unicamp, a Universidade de Campinas.

Freqüentara muito a sua casa. O pai dela, o poeta e ensaísta Eurico Alves Boaventura, fora juiz de Direito da Comarca de Alagoinhas, até ser preso, depois do golpe militar, em 1964. Acusado de subversão, ele foi brutalmente torturado, como um cão sem dono, nas desertas areias do Cachorro Magro, que todo alagoinhense sabe onde ficam. Depois disto, aposentou-se. Juntou a família a seu desgosto e voltou para Feira de Santana, sua cidade natal. Ali, ele morava numa pequena rua, que batizou com o nome de Manuel Bandeira, seu amigo. Quais teriam sido os atos subversivos do doutor Eurico Boaventura, que poderiam ter atentado contra as instituições, os valores estabelecidos, e a

segurança nacional? Saraus de poesia, na biblioteca da sua casa, quando jovens estudantes o ouviam recitar o que havia de melhor na poesia modernista. Sei disso porque fui um dos mais assíduos participantes desses saraus, tendo o privilégio de privar da intimidade do seu lar – e da sua amizade.

Histórico fim de tarde paulistano! Com o generoso gesto de Jorge Amado, e o aparecimento de Maria Eugênia Boaventura, ali representando o seu pai, e o meu próprio tempo numa cidade que jamais esqueceria, eu podia dar o assunto por encerrado. E pegar o avião de volta de coração ao alto, podendo até gritar no saguão do aeroporto de Congonhas, para quantos quisessem ouvir: “Orra meu, foi porreta!”

Poucos meses depois, o telefone toca e era o próprio Jorge Amado no outro lado da linha, me convidando para dois dedos de prosa em seu apartamento de Copacabana, onde eu, de uma vez só, conheceria pessoalmente ele, dona Zélia e Calazans Neto, o também já finado Calá, o artista plástico que ilustrou alguns de seus livros.

Naquela tarde, nossa conversa não evoluiu muito, por causa das ligações telefônicas, a todo instante. Dos jornais, das TVs, dos embaixadores de diversos países, da Academia Brasileira de Letras.

- Eu queria mesmo era ficar conversando contigo. Mas não me deixam. Vá à Bahia. Quem sabe lá dê para a gente conversar?

Fui. Só que quando cheguei à sua casa, na Rua Alagoinhas, 33, no Rio Vermelho, ela mais parecia uma estação de televisão. Sua ampla sala de visitas estava totalmente tomada por câmaras, cabos, refletores. Uma equipe da TV argentina o entrevistava longamente, invadindo quartos, escritório, cozinha, tudo. E ainda pedindo-lhe para mudar de camisa, nas mudanças dos sets de gravação. E pior: a toda hora ele era interrompido, pelos toques na sua porta. E

lá ia ele para ser fotografado. Ora por bandos de japoneses, ou de paulistas. Não sei como agüentava esse tranco. E ainda conseguia escrever.

Voltaria a visitá-lo mais algumas vezes, em Salvador e no Rio. E também esbarrei nele em algumas esquinas de Paris. E dele guardo duas lembranças que me fazem rir. Uma, é a do que ele disse, ao me levar à porta do elevador, na primeira vez em que nos encontramos:

- Mire-se no exemplo de Glauber Rocha, que nunca perdeu o sotaque baiano.

A outra, é a das vezes em que ele me telefonava, às sete horas da manhã, perguntando:

- Te acordei?

Claro que este seu ouvinte jurava que não, de pés juntos. Eu era lá besta de deixar alguém que se chamava Jorge Amado contrariado?

Por ter feito o bem que pôde a seus pares, ao país, ao mundo. Porque ele era, antes de tudo, um ser utópico. E o capitão de longo curso do barco de um tempo que naufragou, convenhamos. Deixando-nos a mirar a linha do horizonte, na fronteira da melancolia.

**Na hora de dizer adeus  
a estas pessoas:**

João Saldanha, Murilo Rubião, Miles Davis e Tom Jobim

## Foi um prazer te ouvir, João

“As pessoas não morrem. Ficam encantadas”.

Guimarães Rosa – outro João

As tevês não mostraram as fotos em que ele aparecia abraçado a Ho Chi Min e Mao Tse Tung. Nem poderiam. Foram queimadas por sua filha Rutinha, em 1972. É preciso dizer quais eram as paranóias de 1972?

E se a imprensa não lhe poupou encômios, não chegou a contar muito de sua história – uma rica, atribulada e longa história, intrinsecamente ligada à própria História do nosso tempo.

João Saldanha era um arquivo vivo de acontecimentos. E adorava lembrá-los, em narrações que dariam para entreter os seus ouvintes por mil e uma noites.

Foi assim que o conheci um pouco mais, em Maricá, no litoral fluminense, sempre que passávamos um fim de semana na casa da sua filha Rutinha (a Kika), e do Rogério, que ficava perto da dele, onde o almoço era sagrado. E aí se não lhe obedecêssemos! E que chegássemos cedo. Impunha tal condição com uma desculpa: “Para os meninos aproveitarem bem a piscina”. (Os meninos eram os meus filhos, Gabriel e Tiago, que a Kika e o Rogério cuidavam como se deles fossem). E ali, numa mesa à sombra de um avarandado, meio que tomando conta das crianças, dávamos os trabalhos por iniciados, significando isto o destampar da primeira garrafa de cerveja, para destravar o seu baú de memórias.

“Põe isto no papel, João, antes que tudo se perca na espuma dos dias” – eu me dizia, sem conseguir interromper aquele senhor de uma energia impressionante que, quando desatava a falar, não parava mais. Às vezes, lá

pelas tantas, ele se lembrava de que precisava escrever uma crônica, para deixar na portaria do *Jornal do Brasil*, a caminho do Maracanã, onde dali a pouco iria cumprir a sua tarefa de comentarista radiofônico do jogo daquele domingo. Então pegava uma máquina de escrever portátil e papel e, numa velocidade de metralhadora, batia as suas trinta linhas. “Vê aí” – dizia, me passando a página escrita, e uma caneta, para que eu corrigisse os seus erros. Mas que erros? Aqui e ali um tropeço datilográfico. E nada mais.

No embalo, ele enfiava outro papel na máquina. E aí engatava uma segunda crônica, depois outra e mais outra, e isso num tempo mais rápido do que o que levávamos para beber um copo de cerveja. E eram linhas soltas, espontâneas, escritas por alguém que jamais se submetera a ditadura alguma, muito menos à da gramática.

João Saldanha escrevia como falava. Daí o charme, a força, a extraordinária expressividade do seu texto. Ele tinha a voz da galera em seus ouvidos. E batia firme e fundo contra os que a traíam. Temperamental por natureza, não conseguia evitar os rompantes violentos, quando contrariado, como no dia em que deu um tiro à porta de uma farmácia do Leblon, na qual uma sua empregada doméstica fora destrutada. A sangue frio, era uma doce figura. De uma simpatia inacreditável.

Legou-nos uma verdadeira epopéia – *Os subterrâneos do futebol* -, em que relata uma excursão caça-níqueis do Botafogo por países das Américas, sob o seu comando. Treinou a seleção de feras que deu o tricampeonato mundial ao Brasil, mas não recebeu os louros, por não aceitar a intervenção de um ditador de plantão - o general Emílio Garrastazu Médici -, que teria tentado meter o bedelho em seu trabalho. (Seria injusto empanar aqui os inegáveis méritos do Zagallo, o técnico que o substituiu, e teve um desempenho brilhante nos gramados do México, em 1970. Tanto quanto esquecer que João Saldanha lhe entregou um selecionado praticamente pronto para a conquista daquela

Copa do Mundo, na qual nos apoderamos, definitivamente, da Taça Jules Rimet).

Meus amigos...

Engrossei a multidão que foi dizer adeus ao “João Sem Medo”. O que não se curvava ao despotismo. Nunca poupou os cartolas corruptos ou simplesmente estúpidos do futebol. Nem os *jabazeiros* da crônica esportiva. Naturalmente, isso lhe rendeu alguns desafetos. Porém irrisórios, se comparados aos que compareceram na hora em que ele finalmente acabava de dar todos os seus combates por encerrados, todas as suas histórias por contadas – e para a nossa desolação. Acompanhando o cortejo que o conduzia à sua última morada, vi artistas, políticos, jornalistas, publicitários, dirigentes (uns poucos), e torcedores (muitos) de futebol. Mas o mais emocionante foi quando reconheci os pescadores de Maricá, aquela gente anônima com a qual ele proseava nas noites de junho, entre as barracas da festiva pracinha da Divinéia, e que viera de longe certamente para agradecer-lhe pela graça da sua fala. E ali, com minha mulher, a Sonia, ao lado de Ruth Viotti, a mãe da Rutinha, digo, a Kika, eu fazia minhas as palavras de Scott Fitzgerald – devidas ou indevidamente adaptadas para aquele momento -, escritas como um epitáfio a um amigo dele, chamado Ring Lardner, que também fora um cronista esportivo:

“Um grande e bom homem morreu. Não o escondamos sob flores, pelo contrário, contemplemos aquele belo rosto todo sulcado de mágoas e tribulações que talvez não estejamos equipados para compreender. Foram muitos os que dele receberam os melhores momentos de evasão e inesquecível recreio de suas vidas”.

- Vidas que seguem – como diria João Saldanha.

(23.07.90)





## O discreto Rubião

Recordo-o num longínquo fim de tarde, talvez em 1974 ou 75. Estávamos num bar, ao fundo de uma galeria escura, nas proximidades da Imprensa Oficial, onde se editava o *Suplemento Literário Minas Gerais*, criado por ele e, por muitos anos, considerado a melhor publicação do gênero, em nível nacional. Recordo a cidade pelo seu clima agradável – só podia ser mesmo Belo Horizonte -, em tempo de primavera. Doces ares de uma província já não tão provinciana: um pouco do que a cidade tinha de melhor estava à mesa. Nem todos os bons escritores mineiros haviam partido em busca de mundos mais efervescentes.

Ali estavam Oswaldo França Júnior, Wander Piroli, Roberto Drummond, Benito Barreto, Adão Ventura, Duílio Gomes, Geraldo Magalhães, tantos, tantos. Até o carioca Sérgio Sant’Anna, que vivia lá, podia ser confundido como um deles. À cabeceira, um mestre – o decano Murilo Rubião.

Recordo-o em sua ereta elegância, economia de gestos, sobriedade verbal. Lembrava mais um gerente financeiro do que um homem de letras. O autor de *O ex-mágico* não iria retirar nenhuma mágica da manga. Inútil esperar alguma pirotecnia do contista de *O Pirotécnico Zacarias*. Ele era tido e havido como o precursor, neste lado do planeta, do realismo fantástico, muito antes de os hispanos dominarem a área. Fantástico, esse Rubião? Em princípio tratava-se apenas de um senhor distinto, que bebia o seu uísque num copo longo, falando pouco e devagar. E quando pedimos a conta, fomos informados que ela havia sido paga pelo cavalheiro de paletó e gravata que ia se retirando como chegara: discretamente. E assim, para o visitante, mais uma lenda caía por terra – a de que todo mineiro é mão-de-vaca.

Não houve um segundo encontro. Quer dizer, não deu para lhe pagar “a próxima”, insistindo que a outra havia sido dele. Agora só no Além, em que não

acreditava. Um dia depois do seu falecimento, chegou de BH um jornal com estas suas exatas palavras:

“Como abandonei a religião e sou hoje um agnóstico, a minha tendência é não aceitar a eternidade e também não acreditar na morte em vida. Então fico neste círculo constante entre a eternidade e a vida, sem aceitar essa separação entre a vida e a morte”.

Só que agora não dá mais para discutir isso com ele, numa segunda rodada.

Mas não foram apenas dois dedos de prosa e uma despesa de bar o que ficamos lhe devendo. Ao inaugurar a coleção *Nosso Tempo*, da Editora Ática – na década de 1970 -, com uma tiragem inicial de trinta mil exemplares para *O Pirotécnico Zacarias*, que se esgotou rapidamente, ele contribuiu para uma mudança de postura editorial em relação aos escritores brasileiros. O recatado Murilo Rubião nunca fez alarde disso. Ele morreu como viveu: mineiramente.

(29.09.91)

## Uivo em surdina

Era uma noite de breu sem luar, envolta no melhor nevoeiro paulistano, sem a menor possibilidade de estrelas. A única coisa a fazer era ficar em casa, ouvindo os uivos lancinantes de um trompete.

Miles Davis na vitrola, sem parar. Como em outras noites, outras circunstâncias, outras cidades – Lisboa ou Paris, Porto ou Milão, Bruxelas ou Rio de Janeiro, Londres ou Salvador da Bahia. O tempo todo, a mesma música: *My funny Valentine*. Sim, uma velha e terna e melosa canção americana. Isso, claro, antes de Miles Davis tocá-la, reinventá-la, como se invertesse a letra original, “não, você *não* me faz sorrir”, como se revolvesse suas dores mais fundas, para enlouquecer o mundo – para fazer a noite doer.

Pesada noite do pesadíssimo ano de 1970. Imaginou aquela música num filme, abafando os gritos dos torturados. São Paulo também pesava. Foi aí que ele disse:

- Preste atenção no tempo que ele segura a nota. Que fôlego! É impressionante.

E ela:

- Parece um cão uivando para a Lua.

Ele:

- Ou um boi berrando para o Sol.

- Mas é de noite – ela insistiu. – Só pode ser um cão uivando para a Lua.

Podia ser tudo isso, ou nada disso, ou até, talvez, uma *jam session* a um luar inexistente. E era apenas uma fase Miles Davis, o que foi capaz de entrar em todas e sair de todas, indo muito além do arco-iris, num planeta chamado *Jazz*. Não importava o que tocava. Mas o que *ele* estava tocando. No seu trompete, até Michael Jackson parecia um compositor sinfônico.

Miles Davis! Todos os trompetes havidos e a haver. Ouvi-lo é ficar com a impressão de que ele reinventou um instrumento – e, de uma certa maneira, o próprio jazz -, e que a história do trompete passou a ser contada assim: antes e depois dele.

Ao morrer, aos 65 anos, o angustiado Miles Davis deixa a fama de um músico incomum, sempre à frente do seu tempo, mas antipático e arrogante, a ponto de tocar de costas para o público. “Toco de frente para os músicos”, ele chegou a se defender.

Sua história e importância estão em livro, vídeos, nas páginas de jornais e revistas de todo o mundo. Então, para que mais estas linhas? Para dizer que foi uma pena ele não ter tido paciência de esperar pela *jam session* de adeus ao século XX, que vai chegando ao fim como um uivo em surdina.

(06/10/91)

## **Feito de azul, bonito demais**

Ele foi tocado por Miles Davis e Dizzy Gillespie, para dizer o mínimo. Foi cantado por Deus e o mundo. É considerado um dos maiores compositores do nosso tempo, comparável a um Cole Porter, um George Gershwin – também para ficar no mínimo. Ao piano, dava a impressão de tocar com apenas dois dedos, para tirar dele um som terno e eterno. Criou para lá de duzentas canções que todo mundo, a bem dizer, sabe de cor e é capaz de assoviar. E dava para dançar.

Pois esse grande, lendário, memorável Tom Jobim era também alguém com quem a gente podia cruzar por entre as mesas de uma famosa churrascaria chamada Plataforma, ou pedir-lhe fogo no Arataka, no Leblon, numa tarde de sábado. Às vezes, dava até para puxar dois dedos de prosa – minha timidez não permitia ir além de meia dúzia de palavras, pois diante dele sempre me sentia em frente a um monumento.

Foi-se o homem (feito de azul, bonito demais), fica a obra. Melhor ainda se ele também ficasse, para a semente.

(09.12.94)

## Ipanema em 1968

O sobradinho com três janelas ainda está de pé no número 80 da Vinícius de Moraes. Agora tem uma placa na porta: “Dentistas”. Mas no começo desta história foi a redação do *Jornal de Ipanema* e residência de um de seus editores, Nelson Gomes. O poeta Affonso Romano de Sant’Anna também morou lá, até ser convidado para passar uma temporada nos Estados Unidos. A sua vaga acabou sendo ocupada por um incerto baiano recém-chegado ao Rio, vindo de São Paulo, depois de muitas andanças pela Europa. Era o ano de 1968, quando a rua se chamava Montenegro. Ali adiante, a caminho do mar, ficava o Veloso – atual Garota de Ipanema –, onde Vinícius e Tom faziam ponto e todos sabemos que coisa mais linda, mais cheia de graça eles viram passar.

A famosa dupla não estava mais lá quando cheguei. Longe ia também o dia em que Frank Sinatra telefonou para aquele bar procurando mister Jobim. Queria gravar um disco com ele, em dueto. E Tom se foi. Ficaram: o Cabinha, com suas histórias de pescador; Hugo Bidet, que conhecia de cor o *Naked lunch* (Almoço nu), de William Burroughs, ainda não traduzido no Brasil; Bebel e Noguchi, ele um brilhante diretor de arte nipomineiro; e Zequinha Estelita, o primeiro a deixar a turma para sempre, ao capotar na Curva do Calombo.

Uma tarde, sentei-me a uma mesa ao lado da de Carlinhos Oliveira. Timidamente, puxei um papo sobre o ponto-e-vírgula, veja só que assunto palpitante! Surpreendentemente, ele discorreu a respeito do tema com a maior seriedade. Ao passar das horas, alguém disse (deve ter sido o Jaguar): “Intelectual não vai à praia. Intelectual bebe”.

Numa sexta-feira 13, houve no Veloso o lançamento do livro *10 em humor*. O último a comparecer trouxe a notícia da decretação, pelos militares, do Ato Institucional nº5, o que não teve a menor graça. No dia seguinte alguns ali poderiam ir mofar nos porões da ditadura.

Anteontem, flanando pela Visconde de Pirajá, eu me lembrei do sobradinho e fiz uma curva na esquina da Vinicius de Moraes. O que vi: um raro sobrevivente dos embates da construção civil. É tão pequeno, e de aparência tão decadente, que chega a parecer uma anomalia na paisagem. Firme em sua estóica solidão, ali esquecido por aqueles que poderiam tê-lo posto abaixo, junto com outro sobrado que lhe empareda, servindo-lhe de escora e suporte, pode ser que esteja com os seus dias contados. A não ser que o bairro antes tão cobijado já não desperte o interesse dos construtores e incorporadores, por estar em baixa no mercado de compra e venda de apartamentos, quem sabe?

De certo mesmo é que o Braseiro, que ficava em frente, não existe mais. Então me lembrei de um primo, o Humberto Vieira, gritando embaixo da minha janela: “Desce daí para conhecer o Tom Zé!”. Ah, era aquele magrelo que tocava violão na calçada da igreja do Irará, no momento em que entrei naquela cidade baiana, depois de andar 24 quilômetros a pé, por falta de transporte, dez anos antes disso. Pois não é que todos os caminhos acabavam chegando a Ipanema?

**Alguém que anda por aí**



## Em Madureira, com um guia francês

Foi num sábado de feijoada na quadra da Portela, ritmada pela sua Velha Guarda. A este morador da Zona Sul, não chegou a ser uma surpresa o convite de um francês para um passeio a Madureira. Desde 1503, quando adentraram pela primeira vez a baía de Guanabara, os franceses não pararam mais de atravessar o Atlântico em busca de exóticas aventuras nestes trópicos, a ponto de descrevê-los como um paraíso terrestre, habitado pelo povo expulso do Gênesis. Este que havia acabado de desembarcar na cidade, porém, tem pelas coisas nossas um interesse que transcende às míticas visões do passado. Passou a infância e adolescência no Brasil.

Além de dominar perfeitamente a nossa língua, na qual se expressa sem o mais leve sotaque, impregnou-se da cultura brasileira tão bem - ou até mais - quanto qualquer um de nós. Conheço-o de longa data. Ainda assim fiquei surpreso quando ele disse que sabia como chegar à Portela. “É só a gente pegar um ônibus e saltar na esquina da rua Clara Nunes”.

E assim me deixei levar às profundezas da Zona Norte, sábado passado, tendo como guia um psicanalista chamado André Flexor. Dudu, para os íntimos. Sempre que vem ao Rio, o que faz duas vezes por ano, no mínimo, ele entra em conexão com uma roda de samba, quem sabe vislumbrando uma possibilidade de cura coletiva para as neuroses deste mundo.

Em Paris, assim que o último paciente se levanta do seu divã, o doutor André diz adeus aos manuais de Freud a Lacan, e entrega a sua alma à terapia grupal dos ritmos brasileiros. Para, de violão entre os braços, animar um pagode carioquíssimo no restaurante *Gevaudan*, a poucos passos do metrô Saint-Jacques. E onde o seu proprietário marroquino, o senhor Sallah, passou a ser chamado de mestre Sala.

Agora ele está indo a Madureira para recarregar as baterias, não se incomodando com as voltas do itinerário, os engarrafamentos, os perigos – não maiores do que os da periferia de Paris -, o calor, o suor, a revista à entrada da quadra, o peso da mochila. Presentes. O primeiro deles será para a tia Doca. Alguns bambas o reconhecem de longe. E o convidam a subir ao palco. Agradece-lhes com um aceno. Já passa da hora de encarar as filas da feijoada, que custa a módica importância de R\$ 7,00. E não pára de entrar gente, a R\$ 5,00 por cabeça. Gente branca, preta, mulata, gorda, magra, nova, velha, feia, bonita. A sociabilidade naquela quadra encanta. Enquanto o samba rola, as filas aumentam, sob um céu descampado. Sol de rachar. Às 4 da tarde encostamos na tenda das panelas. Todas vazias.

Um grandalhão fala grosso. Não vai sair dali sem comer. Cheiro de quebra-quebra no ar. Melhor cair fora. E andar entre o atulhamento de carros, até chegar à engarrafada Estrada do Portela. Calçadas estreitas apinhadas de camelôs, esgotos jorrando, prédios pichados, pés sujos lotados. O poder público passou longe daqui, penso. Mas logo em frente fez-se a visão do paraíso: uma churrascaria. Com ar refrigerado e um verdejante bufê de saladas. Então nos reabastecemos para pegar o ônibus de volta, passando por ruas sujas, de paredes rabiscadas. “Quanto mais pichações nas fachadas, maior é a densidade da pobreza”, diz Dudu. E conclui: “Pelo menos os jovens suburbanos daqui encontram nas quadras das Escolas de Samba uma socialização que os franceses não têm”. Será?

“Venham vê-los em ação à noite, de cano em punho”, diz o jovem escritor Mariel Reis, que conhece tudo lá, por dentro. E atesta: a violência afugentou as fábricas da área. Emprego só nos morros da Serrinha, Congonha e Cajueiro, “onde o bicho come e ninguém vê”. E assim ele fez um resumo da história do Rio.

## Na cidade do invisível Dalton Trevisan

Para Elisângela Alves

Tudo que sabia dela era de ouvir dizer. Coisas assim: que no fundo de cada filho de família dorme um vampiro, como o Nelsinho, o Delicado, ou o Dalton, o Contista, suplicantes de beijos das virgens - e de suas carótidas. Mesmo sendo refratários à luz do dia, tornam-se invisíveis, só para contrariar os bisbilhoteiros que a visitam na vã esperança de identificá-los. Quais seriam eles, entre aqueles encostados num balcão, de olho nas meninas que passam, sem lhes prestar atenção? Se é isto o que você quer saber, pode ter certeza de que perdeu a viagem. No entanto, acredite: bem diante dos seus olhos, um deles estará às raias do êxtase, ante a esplêndida visão de uma viúva que acaba de sair de um carro: "Ela está de preto... Repare na saia curta, distrai-se a repuxá-la no joelho. Ah, o joelho... Redondinho de curva mais doce que o pêssego maduro. Ai, ser a liga roxa que aperta a coxa fosforescente de brancura. Ai, o sapato que machuca o pé. E, sapato, ser esmagado pela dona do pezinho e morrer gemendo. Como um gato!".

Impossível não associar Curitiba ao ritual de seus pequenos vampiros, súditos de Onã, priápicos inofensivos a enxugar conhaques, para afogar os dissabores de uma adolescência espinhenta. Ou a um humorístico jogo de palavras que certamente lhe soa tão espirituoso quanto incômodo: "Ritiba quer dizer 'do mundo'". E ainda à definição que lhe cunhou a roqueira Rita Lee: "Uma cidade arrumadinha, bonitinha, com uma gente educadinha". Só que esta cidade, justa ou injustamente reduzida a diminutivos, é uma das que mais crescem no país.

Fiz um bordejo por lá, a convite da Confraria da Palavra. Palestras. Na PUC-PR e numa simpática Feira de Livros na Praça Osório. Quando cheguei, Carlos Heitor Cony já tinha pegado o avião de volta. Logo outro carioca

talentoso, o Fernando Molica, deu o ar da sua graça para um reforço à programação cultural do evento e, a bem dizer, preencher um pouco a lacuna deixada pelo experiente Cony.

Para mim, foi como ir a Roma e não ver o papa, pois Dalton Trevisan, o sumo pontífice das letras paranaenses, ficou famoso também pela invisibilidade. Recluso sistemático, não se sabe se o ermitão Dalton existe ou é ficção. Modo de dizer. Miguel Sanches Neto, um novo valor que se alevanta no Sul, uma vez me garantiu que costuma bater em seus umbrais, e que ele lhe abre a porta, numa prova inequívoca de que sua existência é real, embora escondida a sete chaves da curiosidade pública.

Esse ourives de palavras - um gênio minimalista - foge do assédio como o diabo da cruz. E nisso faz lembrar o finado Scott Fitzgerald, quando dizia que não podia suportar a visita de celtas, ingleses, políticos, estrangeiros, virginianos, lojistas, intermediários em geral, todos os escritores (evitava os escritores com o maior cuidado, porque eles podem perpetuar a agitação e o desassossego melhor do que ninguém) - e todas as classes como classes, a maioria delas pelos seus membros...

Seja lá qual tenha sido o motivo, o certo é que o criador de *O vampiro de Curitiba* não foi à feira. Ainda assim, a praça atraiu de poetas a loucos. Nenhum dos autores convidados conseguiu causar mais impacto do que uma mendiga. Esta roubou a cena diante de uma mesa de autógrafos, ao bradar, insistentemente: "Senhor vereador, eu quero uma saia nova!". Acabou sendo tratada respeitosamente. Aí dei razão a Rita Lee: em Curitiba há uma gente bem educada, sim senhora!

## Com Loyola em Araraquara

Ontem foi Campinas. Hoje deve ser Araraquara. E era. Loyola já estava lá, na estação rodoviária, à espera de um dos seus dois parceiros de muitas viagens – o outro se assinava João Antônio, que, àquelas horas, andaria pelo Maranhão ou em Ijuí, nas bandas do Sul de Deonísio da Silva.

O certo é que Araraquara não era o começo nem o fim da viagem, mas o prosseguimento de um tempo de estrada, quando Loyola, João Antônio e o autor destas linhas rodavam para cima e para baixo, Brasil adentro e afora, falando mais do que o nego do leite. Tudo havia começado no Teatro Casa Grande, no Rio de Janeiro, no ano de 1975, em plena ditadura militar. Foi uma noite tumultuada — e memorável. É inevitável rememorá-la, agora, quando se trata de escrever sobre um escritor chamado Ignácio de Loyola Brandão, mesmo ele tendo dedicado um bom capítulo àquela noite – e aos desdobramentos posteriores — no seu livro *Veia bailarina*, de 1997.

A idéia partiu de um gaúcho radicado no Rio, o então publicitário José Monserrat Filho, num encontro casual com João Antônio e o narrador que vos fala num restaurante de Copacabana. “Está havendo um ciclo de debates culturais no Casa Grande”, disse o Monserrat. “Por que vocês não fazem um sobre a literatura brasileira, hoje?”

João Antônio captou a idéia no ato, arregalando bem os olhos, que pareciam sempre em brasa, à espreita de uma ação, em busca de movimento. Pediu um pedaço de papel ao garçom e começou a listar nomes. O primeiro da lista – eu me recordo – foi o de Ignácio de Loyola Brandão, que em São Paulo vinha despontando como um dos mais fortes representantes da geração a que pertencíamos. E assim, escolhendo a dedo quem iria participar do debate, e agindo rápido para encaixar um evento extra na programação do teatro, o autor do premiadíssimo *Malagueta, Perus e Bacanaço* iria pôr à mesa, além dele

mesmo (um paulista de Osasco), do Loyola (o de Araraquara) e do baiano aqui, um grupo de escritores diferentes uns dos outros, em procedência e estilo, como o maranhense José Louzeiro, o cearense Juarez Barroso e o mineiro Wander Piroli. A *orquestra*, que subia a um palco pela primeira vez, sem nenhum ensaio prévio, teve como regente o moderadíssimo Antônio Houaiss, diplomata cassado, conceituado filólogo, com seu nome vinculado a enciclopédias e a uma tradução famosa, a do *Ulisses*, de James Joyce. Portanto, sua aceitação da tarefa conferia uma certa legitimidade ao evento, tanto no âmbito literário quanto no político – de esquerda, naturalmente. Ainda assim a desafinação foi geral. Tudo o que queríamos, num momento de esmagadora predominância do livro estrangeiro sobre o nacional, com as editoras dedicando cerca de 80% de sua produção às traduções, era chamar a atenção para a literatura brasileira, o que incluía, obviamente, a que estávamos fazendo ou tentando fazer. Na verdade, queríamos nos dar a conhecer um pouco além dos espaços das resenhas nos cadernos literários, nos quais éramos tratados, é justo dizer, com simpatia. E no entanto a platéia – formada por estudantes e escritores inéditos, além de atentos e maldisfarçados prepostos da polícia política – se comportou de forma agressiva, como se ali estivessem reunidos os nossos piores críticos. Aquela noite redundou num tremendo quebra-pau verbal. Ainda me lembro da voz antes serena de Wander Piroli a esbravejar rudemente, em alto e bom som: “Merda, merda!” Para mim, isto resumia à perfeição o que havia sido aquele debate: um vexame. Terminada a peleja, tudo o que desejava era que a terra se abrisse para eu entrar por ela adentro. Nunca mais queria subir num palco.

Qual o quê. “Foi um sucesso” – garantia o calejado Antônio Houaiss. “Isto é apenas um começo” — aliviava o otimista Monserrat, o idealizador daquilo que me pareceu um fiasco. Houve algo de vital naquilo, sem dúvida, um certo caráter de novidade dentro do quadro político em que vivíamos e, principalmente isto, da exposição pública de escritores, naquele tempo, neste país. O encontro no Teatro Casa Grande acabou tendo muita repercussão na imprensa do eixo Rio—São Paulo, ainda que com as restrições previsíveis ao nosso desempenho como

palestrantes. O que iria empurrar os dois paulistas e o baiano para a estrada, como se formassem uma trupe mambembe, a fazer a praça de cidade em cidade. A coisa virou moda. E logo passamos a cruzar com autores de diferentes gerações e tendências em aeroportos, rodoviárias, hotéis ou restaurantes. Como Loyola rememora em *Veia bailarina*. Ao longo do caminho, íamos descobrindo os nossos pares: Márcio Souza em Manaus, Moacyr Scliar em Porto Alegre, João Ubaldo na Bahia (ou foi em Natal? Ou em Aracaju?), Oswaldo França Júnior e Roberto Drummond em BH. E por aí.

O primeiro convite veio da cidade de Campos, ao norte do Rio de Janeiro, onde começamos a pegar a embocadura, graças aos papéizinhos que foram chegando à mesa, nos quais íamos: “Falem de vocês”, “Por que vocês escrevem?”, “Como conseguiram publicar os seus livros?”, “Vale a pena ser escritor num país de analfabetos?” Pronto, ali estava a pauta para as próximas apresentações. O público de Campos foi infinitamente mais simpático e contributivo do que o do Teatro Casa Grande. Quando chegamos a Bauru já estávamos quase no ponto. Em Assis ia ser ainda melhor. E daí por diante.

Por falar em Bauru: no balanço dos autógrafos na faculdade, deu 20 livros *per capita*. Sessenta no total. O empate geral indicava que nenhum dos três iria poder cantar de galo no capítulo popularidade. E essa tabela iria se repetir, de cidade em cidade. Mas um outro ponteiro viria a pender favoravelmente, escancaradamente, para o Loyola, naquela noite de Bauru. E aqui vai uma nota extraclasse. Como era o mais bonitinho da turma, cheio de charme com seus cabelos precocemente grisalhos, ele foi o centro das atenções do público feminino que nos acompanhou a um restaurante. Comentei algo do gênero: “Aí, hein? Esta noite só deu você!” E ele: “E pensar que levei 20 anos para pegar na mão de uma mulher...”

Mas agora, em Araraquara, as mulheres o paravam nas ruas, pegavam em suas mãos, beijavam-lhe o rosto, tratando com afeto uma celebridade

comparável à de outro que também havia nascido ali: José Celso Martínez Corrêa, aquele que, ao entrar em cena como diretor do Oficina, fazia com que o teatro brasileiro nunca mais fosse o mesmo.

Naquela Araraquara ensolarada, Loyola estava em casa, fazendo as suas honras ao visitante. E brilhava nas ruas e praças enquanto fazia um passeio, a pé, até a estação ferroviária, para revisitar os cenários de sua infância e juventude, os mesmos de seu livro *Dentes ao sol*, publicado um ano depois (1976) de um dos seus maiores sucessos, *Zero*, que acabou sendo apreendido por ordens de um ministro da Justiça chamado Armando Falcão, o que não o impediu de tornar-se uma grande marca do romance brasileiro contemporâneo.

Estar em Araraquara, naquele dia, era entrar um pouco mais na intimidade de Loyola, que conheci na redação da *Última Hora*, o jornal azul do Vale do Anhangabaú, no qual trabalhei entre os anos de 1961 e 1963, e onde uma tarde ele me mostrou as páginas datilografadas de um livro que estava escrevendo, o *Depois do sol*, que viria a ser publicado em 1965, marcando a sua estréia literária. Pouco nos falávamos naquela redação agitada e barulhenta. Até porque trabalhávamos em setores diferentes. Ele era repórter e crítico de cinema e eu, da seção de esportes. Além do mais, a minha turma era aquela que saía tarde do jornal e ia para os bares. Eu nunca havia visto Loyola num bar. Alguns anos depois de haver deixado a *Última Hora*, encontrei-o ao acaso na Rua 7 de Abril, bem em frente aos Diários Associados. Conversamos um pouco. Sobre literatura. Mais tarde, aí pelo ano de 1973, numa das minhas voltas a São Paulo, depois de outra temporada no Rio, ouvi alguém chamar por mim, enquanto eu entrava num táxi na Avenida Paulista. Era o Loyola, que gritou, em meio a transeuntes apressados: “Li o teu livro!” Acenei para ele, mas o táxi arrancou. São Paulo nunca pôde parar. Nossa relação era assim: cordial e fragmentada. Viríamos a nos aproximar para valer depois daquela noite no Teatro Casa Grande. Mas, a partir daí, o fato de havermos trabalhado no mesmo Vale do



Anhangabaú passou a somar muito. Éramos como amigos de infância que se reencontravam.

E agora, ali em Araraquara, numa casa acolhedora da Rua Djalma Dutra, eu estava conhecendo seu pai que também se chamava Antônio, e seus irmãos Luís e João, que recebiam o amigo do Loyola nos conformes da hospitalidade interiorana. Comemos à farta, proseamos até o cansaço baixar e nos mandar puxar uma pestana, enquanto aguardávamos a hora de ir para o auditório da Unesp, que iria parecer pequeno diante do público que compareceu. E era um público elegantíssimo, principalmente o feminino. O bom filho à casa tornava. Bravo! Tivemos de caprichar em nossas falas. Emocionado com a calorosa acolhida em sua cidade natal, Loyola engasgou, mas acabou falando bonito. Agora era partir para outra por este imenso país.

E aí chegaram os anos 80 e a estrada se bifurcou. Pegamos caminhos diferentes. Os dele o levaram aos Estados Unidos, onde rodou por universidades, *coast to coast*, e à Alemanha, ali passando 15 meses. Nos 90, iríamos nos reencontrar em Passo Fundo, Frankfurt, Belo Horizonte, Bauru e São Paulo. Mas já era outro tempo, outra história.

## Na Praça dos Paraibas, onde João Antônio viveu

Seu nome oficial é Serzedelo Corrêa. Por que também tem um outro, o de Praça dos Paraibas? O dentista Renato Conde, originário das Alagoas, que lá instalou o seu consultório há muitos anos, ainda se recorda de quando os porteiros dos edifícios e as empregadas domésticas, em grande maioria nordestinos, faziam dela um espaço de convivência, nos fins de semana, dando-lhe um colorido popular de quermesse, festa junina, forró e reisado, ao agregarem-se para reviver a sociabilidade de outros tempos, em seus festeiros rincões, alheios ao rótulo pejorativo, sinônimo de sotaque arretado, migrante pobre, mão-de-obra barata.

Desço do 11º andar do Centro Comercial que dobra a esquina da Avenida Nossa Senhora de Copacabana e avança pela Siqueira Campos, já na praça. Neste mês de agosto, uma feira de livros contorna o gradeamento com que a encurralaram. Vou parando de estande em estande, para ver se João Antônio marca uma presença simbólica em algum deles. O autor de *Malagueta, perus e bacanaço*, *Calvário e porres de Afonso Henriques de Lima Barreto* e *Abraçado ao meu rancor* viveu e morreu ali em frente.

Mas não. No terceiro estande desisto da inútil procura. Parto para outra, adentrando a área gradeada da praça. Queria localizar o banco em que o fotografei um dia. Talvez seja aquele onde um senhor, de caneta em punho, e tendo uma revistinha apoiada numa pasta, se distrai preenchendo os quadrinhos de umas palavras cruzadas. Deve ser um discípulo dos irmãos Campos, pensei, me lembrando que era isso o que achávamos que os poetas concretistas paulistanos faziam. Não leve tal desdém a sério. Dizíamos coisas assim de brincadeira, à boca pequena, só para dar umas risadas.

João Antônio, que havia nascido nas bandas de Osasco e se tornou um cronista das zonas de sombra de Copacabana, pegava pesado mesmo em cima

dos doutores em letras, que chamava de “sambudos” cheios de pós de vaidade. Quem amava: os merdunchos, a ratutaia miúda que comia o pão que o diabo amassou com o rabo, com a qual, no seu caminhar de sandália, bermuda e camiseta, não temia ser confundido. Mulato de origem pobre como Lima Barreto, identificava-se tanto com ele que acabou se vinculando ao álcool e passando uma temporada numa casa de loucos. E finou-se sozinho, no seu apartamento, na cobertura do edifício nº 15-A da Praça dos Paraíbás. Quem sabe abraçado ao seu rancor.

Atravesso-a passando por um de seus espaços de vida e ficção, lembrando-me do período em que fomos companheiros inseparáveis.

Depois, as circunstâncias nos separaram. Mas cá estou. Chegando ao boteco da esquina onde tantas vezes nos encontramos. Ô, João Antônio, será que um dia esta praça terá o seu nome?

## Com Márcio Souza em Manaus

“Emprestar livros é mesmo um problema. Você corre o risco de nunca tê-los de volta. E pior: de não conseguir se lembrar para quem os emprestou. Inclui-se nesse caso a primeira edição de *Galvez, imperador do Acre*, publicada em Manaus, num volumezinho que cabia no bolso, em papel-jornal e cheio de erros tipográficos. Ainda assim, o leitor aqui não o trocava por nenhuma outra de suas muitas edições, digamos, profissionais, que passaram a ser distribuídas no Brasil e *around the world*. Vista num retrospecto da trajetória do *Galvez* e de seu autor, aquela ediçãozinha tão mal-acabada seria uma relíquia, pelo menos para o descuidado prestador de livros que vos escreve, e que, se a tivesse mantido a sete chaves em sua estante, agora não precisaria dar voltas à cabeça para se lembrar quando foi mesmo que conheceu Márcio Souza.

Com toda certeza não foi num dia muito distante do firmado no rodapé da dedicatória de outra obra, *As folhas do látex*: 8 de outubro de 1976. Ou teria sido naquela mesma data? Bom, esse livro, contendo o texto de uma peça teatral classificada na capa como *vaudeville*, pode ter chegado pelo correio, num tempo em que escritores de tudo quanto era canto deste país adentravam as portas do Sul Maravilha dentro de um envelope. Ainda bem que o *Folhas do látex* não teve um destino igual ao do *Galvez*. Graças a isso posso reler agora as linhas que Márcio escreveu em toda a folha de rosto desse seu outro livro, nas quais consignava uma espécie de ideário, assumindo-se como perseguidor “de um pedaço de nossa identidade perdida”, e essa determinação não o fazia se sentir “isolado na província”, pois reconhecia o mesmo impulso em muitos dos seus pares. Márcio Souza estava entrando em cena consciente de pertencer a uma geração que tinha um projeto. O que hoje parece fora das modas. E essa é outra história.

Foi o estrondoso sucesso de *Galvez, imperador do Acre* que tirou Márcio do seu isolamento amazônico. Conheci-o antes disso acontecer, por artes de um

convite para uma feira de livros em Manaus, e uma palestra num teatro de lá. Fui recebido no aeroporto por uma amável senhora chamada Socorro Santiago, diretora do Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação. Assim que entramos no seu carro, ela propôs me levar, antes do hotel, à Fundação Cultural do Amazonas, para que eu conhecesse o escritor amazonense que havia me indicado para os dois eventos de que ia participar. Não. Até aquele momento eu ainda não tinha ouvido falar de Márcio Souza.

Recordo-o sentado a uma mesa cheia de gavetas, numa sala igual a tantas outras de qualquer repartição pública. Ao vê-lo pela primeira vez, atentei para os seus óculos que me pareceram desproporcionais ao seu rosto magro. Tanto quanto para o fato de ser mais novo do que eu, que já chegara aos 36 anos. Ele estava na casa dos 30, redondos. Depois dos cumprimentos iniciais, ele voltou a sentar-se, puxando uma gaveta e tirando dela um exemplar do seu *Galvez, imperador do Acre*, naquela ediçãozinha um tanto artesanal. Escreveu a dedicatória e me passou o livro. O primeiro encontro não foi muito além disso.

Na noite daquele primeiro dia, ele me pegou no hotel e me levou para assistir a um ensaio no Teatro do Sesc, do qual era o diretor. Terminados os trabalhos, convocou o elenco para um colóquio em torno do tema “o melhor lugar para levar o nosso visitante”. Decidiu-se por um restaurante à beira de um igarapé e cercado de floresta, fora da cidade. Quando chegamos lá, a casa estava fechada. Mesmo assim, todos desceram dos carros. E ficamos um tempão ali conversando baixinho, de pé, em reverência ao mundo do silêncio e aos milhões de estrelas que o iluminavam. “Manaus fica tão longe de tudo, a começar pelas cidades do próprio estado, que chega a parecer que não faz parte do Ocidente”, ele me disse. E contou de suas viagens pelo Amazonas adentro, levando o seu teatro de cidade em cidade, nas quais só se chegava pelos rios, em dias e dias de navegação. E também falou de Oswald de Andrade, um de seus santos de cabeceira.

Na volta ao hotel, comecei a ler o *Galvez*, para chamar o sono. E o perdi de vez. Quando me dei conta, já estava no ponto final, a pensar: “Que insólito é esse Márcio. Ele tem uma cara séria de sacristão, mas é um pícaro”.

Na manhã seguinte, ao encarar uma câmera de TV no saguão do hotel, declarei: “Não é a mim que vocês têm que entrevistar”. E mostrei o *Galvez*, anunciando publicamente o que tinha a dizer ao Márcio Souza em particular, e que aqui pode ser resumido numa palavra: bravo! Reencontramo-nos várias vezes, naquela oportunidade, como se já nos conhecêssemos desde sempre.

E assim começava uma amizade que atravessaria os tempos. Aquela conversa iluminada por milhões de estrelas continuaria aqui no Rio de Janeiro e em longas viagens à Bulgária e a Portugal. E em encontros na Feira de Frankfurt e no Salão do Livro de Paris. Onde estás agora, Márcio? Na tua Manaus ou em Berkeley?

## Viagem com Baudelaire e Brigitte

Imagine um país idílico, chamado Cocagne, onde tudo é belo, rico, tranqüilo, honesto, luminoso como a consciência pura. Lá, o luxo se compraz em ver-se em ordem. A vida é livre e doce de se respirar, a bondade está casada com o silêncio, os relógios marcam a felicidade com a mais profunda e significativa solenidade. E tu, meu anjo, viverás a sonhar e a ter bons pensamentos, enquanto esticas as horas para o infinito.

Charles Baudelaire, que costumava subir as colinas de Montmartre para gritar “Eu te amo, ó capital infame!”, o situou nas brumas do norte da França. E o descreveu como o Oriente do Ocidente, a China da Europa, pela sua caprichosa fantasia, ilustrada por flores incomparáveis, tulipas negras e dalias azuis. Para maiores informações sobre o *Convite à viagem* a este país singular, favor dirigir-se à página 99 dos seus *Pequenos poemas em prosa*, na edição da Record, traduzida por Gilson Maurity, com “orelhas” de Léo Schlafman e prefácio de Ivo Barroso. Em tempos irrespiráveis, nos escombros da geopolítica do planeta, faz-se a hora para um embarque de sonho. Mais ainda se tu vives sitiado numa de nossas cidades, refém de uma realidade de violência e ameaçado pelo caos.

Em meio à navegação nas páginas de Baudelaire, recebo um longo e-mail, enviado por uma professora chamada Brigitte Thiérion, que mora, com seu marido Denis, em Les Varennes, de onde, não faz isso muito tempo, me levaram à região da *cocagne*. Trata-se de um coquinho do qual a indústria têxtil extraía a tinta, para tingir os tecidos com a cor pastel, e que enriqueceu seus plantadores, até a descoberta do índigo blue e do pau-brasil. Mas agora, não é para falar da lendária planta dos campos entre Cordes-sur-Ciel e Toulouse que Brigitte me escreve, e sim das perturbações numa república que um dia desfraldou a bandeira da liberdade, igualdade, fraternidade:

“Por duas vezes nestes últimos meses, os jovens, que todo mundo aqui julgava sem opinião, demonstraram a sua resistência e maturidade política, ao abandonar os jogos na internet ou no celular, para invadir as ruas das grandes cidades. A polícia calculou em 1 milhão o número de manifestantes. Já nas estimativas dos sindicatos, eles eram 3 milhões. A cabeça do movimento foi a pacata, provinciana e até chique Rennes”.

Ela prossegue atribuindo ao governo francês o desencadeamento das manifestações, ao reduzir os investimentos sociais para as áreas mais necessitadas. “Um estudo recente sobre a nobreza, revela que hoje, na França, as grandes famílias ocupam todos os órgãos importantes da nação, tanto na economia como na política. Logo, não surpreende ver o atual primeiro-ministro desafiar a opinião popular. Ele é um *de* Villepin, assim como o ministro da Educação é um *de* Robien, e o ‘de’ não quer dizer apenas ‘filho de’, mas ‘herdeiro de’, e sabemos o que isto significa historicamente”.

No calor dos acontecimentos, os dois apareceram juntos na televisão, rindo muito, como se estivessem a combinar uma partida de golfe ou umas férias num paraíso fiscal. Brigitte acrescenta que a cena revelou uma sociedade dividida entre o ricto dos jovens dos subúrbios e o sorriso desenvolvido dos aristocratas no poder, a impor, sem consulta prévia, a promoção da precariedade dos empregos, para o agrado das empresas nacionais e multinacionais.

A indignada Brigitte parece pronta para atualizar o grito de Baudelaire: “Infame globalização!”



**Crônicas de gente  
sem nome nas ruas**

## Tributo a um comunista

Não, ele não espetava padres nem comia criancinhas, conforme a lenda apregoada pelos párocos em seus sermões dominicais, que transformavam os da sua classe em bichos-papões, sangüinários arautos do medo e do terror, todos condenáveis hereges. Cruz credo!

As exéquias a Apolônio de Carvalho me fizeram lembrar do comunista que conheci longe dos fervores religiosos. E em nada ele se assemelhava a um monstro. A bem dizer, foi o meu anjo da guarda. Descobri isso no meio de uma conversa que tivemos num banco de uma praça, na cidade de Alagoinhas, Bahia. Ano: 1959. Eu estava lá pensando na vida, sem saber o que fazer dela. Havia terminado o curso ginásial e o serviço militar. E estava sobrevivendo com o salário-mínimo de vendedor-pracista de uma indústria de bebidas.

Cansado de rodar o dia inteiro em cima de uma bicicleta com uma pasta na garupa, recheada de mostruários, um talão de pedidos e um maço de promissórias vencidas, sentei-me naquele banco para fazer um balanço. Estava preocupado com as vendas que fizera para bodegueiros endividados, aos quais já me afeiçoara, a ponto de me render aos seus desesperados apelos: se ficassem sem mercadorias, aí é que não iam poder pagar as contas atrasadas. Essa, porém, não iria ser a lógica do patrão, que naturalmente me poria a correr em busca de outra ocupação, já que como vendedor não passava de uma nulidade.

Foi então que chegou o comunista, com um pacote do jornal *Novos Rumos*, que lhe era enviado daqui do Rio para distribuição naquelas bandas. Chamava-se Mário, figura de utilidade reconhecida por se tratar do dono de uma mecânica e borracharia, tão socialmente aceitável quanto os espíritas, os crentes e os maçons. Ele sentou-se ao meu lado. Acendeu um cigarro, deu uma baforada nele, pigarreou e puxou assunto.

Depois de dizer que havia lido uns artigos que eu vinha escrevendo para uma gazetinha da cidade, perguntou-me se tinha algum plano para o futuro. "Escrever." Não se mostrou surpreso com a minha resposta. "Quer ser jornalista?" Não foi a sua pergunta o que me surpreendeu, mas a sua garantia de que, se era isso o que eu queria, ele poderia me abrir uma porta. Na capital!

No dia seguinte, às 9 horas da manhã, aquele borracheiro que vivia todo sujo de graxa, estava à minha espera na estação ferroviária, de acordo com o combinado. De banho tomado e vestido num impecável terno branco. E já com dois bilhetes para o trem mais caro e mais bonito, tanto que era chamado de Marta Rocha, em alusão à beldade baiana que por duas polegadas a mais ou a menos (já não me lembro) não conquistou o cetro de rainha da beleza universal.

Ao chegar a Salvador, logo nos vimos diante de uma recepcionista. "Quem deseja falar com o doutor João Falcão?" Não foi preciso anunciar o nome. Uma voz veio lá de dentro: "É você, Mário?". Em questão de minutos atravessamos uma rua. E chegamos ao prédio do *Jornal da Bahia*, na companhia do seu dono.

Lá fiquei. Mário se foi. Deixando-me um forte motivo para querer bem aos comunistas.

## **A concessão do evangélico**

Naquele dia, um passageiro das linhas urbanas Copacabana-Centro estava cheio de pressa. Decidiu que o melhor a fazer era pegar um táxi. Entrou num conduzido por um motorista jovem, mulato, impecavelmente vestido com uma camisa branca de mangas compridas, e que ouvia uma música, bem baixinho. Deu-lhe o destino: Paço Imperial, na Primeiro de Março. "É aquele prédio onde ficam os deputados?" Respondeu que era logo ao lado. E brincou: "Você compraria um carro usado daqueles homens?" Ao que o taxista replicou: "Há gente honesta lá. Nem todos são corruptos."

Por razões que não vêm ao caso, o passageiro levava um CD dentro de uma pasta. E nele havia uma voz de mulher, que poderia ser consoladora para as tensões do tráfego e da vida, com suas inexoráveis urgências. Perguntou ao seu condutor se se incomodaria de trocar o que estava ouvindo por aquele outro. Ele quis saber qual era o conteúdo do disco. O gênero musical - falou assim. Bem falante. Os esclarecimentos foram dados, com ênfase na beleza das canções, escritas por Vinícius de Moraes. O moço ao volante sabia vagamente de quem se tratava. Ainda assim, sentenciou:

- Só ouço música evangélica.

Imposição da sua igreja? Não, o que ia no banco traseiro não se atreveu a indagar isso ao da frente, que já acedia:

- Mas vou fazer uma concessão - disse, pondo o disco em movimento.

O passageiro agradeceu-lhe e calou-se. Passou a pensar nas suas dificuldades de lidar com religiosos fervorosos que fazem de suas crenças as únicas verdades terrestres. E cósmicas. Historicamente, as religiões levam à intolerância, que leva às guerras. No entanto tinha de respeitar a fé alheia, tábua

de salvação neste mundo pós-utópico, sem nenhum projeto coletivo em que crentes e descrentes possam se agarrar. E também precisava reconhecer que o evangélico ali estava sendo tolerante.

Conheceria ele os princípios filosóficos de Lutero e Calvino, que fundamentaram o protestantismo? Mas não seria exigir demais de quem vivia em trânsito permanente?

Ao final da corrida, o motorista confessou que havia gostado do disco. "Quem canta aí?"

Era Elizete Cardoso, da qual nunca tinha ouvido falar.

Ao saltar nas barbas do Palácio Tiradentes, pensei: será que ele estava se referindo aos deputados evangélicos, quando disse que nem todos eram desonestos? Vai ver admitindo que alguns fazem suas concessões. Ao demônio.

## Os dois ladrões

O primeiro era apenas um Zé, ou Zé Preto. O Zé do velho Lolô chamava de “Papai Lolô”, embora não fosse seu filho. Nunca se soube quem foram os seus pais, nem se chegou a conhecê-los. Corria a lenda de que aquele Zé havia sido encontrado numa porteira, dentro de um cesto. Outro mistério envolvia o seu achamento: largado nu e solitário, ele no entanto sorria. Como se fosse a criança mais feliz deste mundo.

A bem da verdade, eu ainda não havia nascido quando isso aconteceu, se é que essa história não foi pura imaginação de um povo que vivia inventando histórias para espantar o medo da noite — ou para não perder o juízo. O certo é que, quando me dei por gente, Zé Preto já era um menino grande, forte e risão. Nós, os garotos menores — meus primos e eu — vivíamos brincando com ele. Aquelas coisas da roça: bater perna pelos pastos, caçar passarinhos, pegar canário, armar arapuca para codorna, pescar no riacho, subir em pé de urubuzeiro, espetar tanajura. E foi assim que o conheci: já o Zé de Papai Lolô e Mamãe Adelaide, que vinham a ser os meus avós paternos. Logo, ele era como se fosse meu tio. Meu tio preto.

E assim ele cresceu: trabalhando a terra na enxada e no arado, cuidando do gado, fazendo os mandados. Até tornar-se o carreiro de bois, a transportar sacos de feijão e de milho, carradas de areia e de madeira (e gente também) pra todo lado. E como aquele carro de bois cantava nas estradas! A meninada adorava pegar uma carona nele. Não, Zé Preto não era apenas um agregado do meu avô. Era um amigo.

Um dia fez-se a desgraça. Alguém das vizinhanças deu falta de uma galinha e cismou que o Zé a havia roubado. Alvorço no povoado. Soldados no seu encalço. Zé foi apanhado na roça em que sempre estive e levado aos

empurrões e pontapés para a delegacia, onde um sargentão truculento o aguardava com uma palmatória que devia pesar um bom meio quilo.

“Confessa negro” — o interrogatório do sargento era feito ao som das palmadas, que se alternavam de uma mão à outra. E as mãos do Zé iam engordando, inchando, estourando. E ele, os olhos se esbugalhando, jurava por tudo quanto era santo que não havia roubado galinha nenhuma. E quanto mais negava, mais apanhava. Tome soco, chute, bordoadas. Quando meu avô chegou para tentar libertá-lo, encontrou-o desmaiado. Zé morreu um ano depois. Jamais se soube se das pancadas ou de desgosto. Ou das duas.

O outro era ladrão mesmo. Roubava gado. Chamava-se Dominginhos, filho do velho Domingos, um fazendeiro endinheirado. Nunca foi apanhado. Quando as denúncias começaram, ele caiu no mundo — o maravilhoso mundo da impunidade. E esta é apenas mais uma história de ladrões cuja moral já se tornou clássica.

## **A mãe, as professoras e os dias de um escritor**

O primeiro foi aquele em que sua mãe lhe mostrou um ABC, passando em seguida a dizer os nomes das letras. Jamais esqueceria o encantamento que o desenho delas lhe provocaram logo à primeira vista. Arrumadas em filas no abecedário, formavam um conjunto enigmático. Cada uma, porém, tinha sua própria identidade e personalidade, como as coisas e as pessoas. E eram elas que davam registro a tudo o que há na Terra e no céu, compreenderia depois, quando aquela senhora chamada Durvalice começou a juntá-las em sílabas - bê-a-bá, bê-e-bé... - e, nos dias seguintes, em vocábulos que passariam ao reino das frases. Ivo-viu-a-uva...

Aquele menino nunca tinha visto uma uva. Agora sabia que se tratava de uma fruta. Mas como é, mãe? Ela também não a conhecia. Seu mundo era o das jabuticabas, murtas, graviolas, muricis, cajás, umbus.

Quando foi para a escola, num mês de março, já sabia ler a cartilha, o que deixou a professora Serafina muito feliz. Então chegou o dia 7 de Setembro. Escolhido para recitar um poema patriótico em cima de um palanque, viu a praça antes empoeirada e deserta apinhar-se de gente. Pensou que ia cair, tal era a tremedeira nas pernas. Ainda assim, soltou a sua voz gasgita: "Auriverde pendão da minha terra/ que a brisa do Brasil beija e balança/ estandarte que a luz do sol encerra/ as divinas promessas da esperança."

O público reagiu com lágrimas, num emocionado preito a uma criança capaz de memorizar todas aquelas palavras bonitas. Dali por diante, se lhe perguntassem o que queria ser quando crescesse, já tinha a resposta: Castro Alves.

Aí chegou outra professora. "Leve os meninos," disse-lhe dona Serafina. Triste notícia. Que graça teria uma escola sem meninas? A recém-chegada



chamava-se Teresa, que trazia uma novidade: um livro para ser lido em voz alta, tão encardido e pobrezinho quanto aquele lugar de lavradores. Vinha a ser uma antologia de contos, crônicas e poesias. Para começar, ao personagem desta história coube um texto de José de Alencar, que nunca esqueceria: "Verdes mares bravios da minha terra natal, onde canta a jandaia na fronde da carnaúba." Imagine o efeito disso. Ele não fazia a menor idéia de como era o mar.

Também não tinha familiaridade com a chuva, o tema de uma redação, difícilimo, para quem vivia no polígono das secas. Asas à imaginação. Seu desempenho na escrita ganhou fama, levando-o a ser solicitado à realização de serviços mais desafiadores, por exemplo, as cartas dos apaixonados do lugar - e suas respostas. E as das chorosas mulheres dos migrantes. Estas eram de cortar o coração.

E assim iria se fazendo um escritor nascido na roça. As leituras o levaram a trocar a enxada pela caneta, com a qual viria a cavar o seu sustento, pela vida afora. E sempre a olhar as letras com o mesmo encanto com que as viu pela primeira vez.

**Para terminar**

## Quando o Natal não tinha Papai Noel

Era uma vez um lugar esquecido nos confins do tempo, sem rádio e sem notícias das terras civilizadas, num remoto sertão onde ninguém jamais ouvira falar de Papai Noel. Esse lugar existe. Eu nasci lá.

E se lá não tinha Papai Noel, não havia presentes, ceias, cartões de Boas Festas, propaganda, votos de um Feliz Natal. Desconhecíamos essas coisas, o que era bom. Não faziam falta. O nosso Natal era uma festa singela. Para o menino Jesus.

Como era? Quando dezembro chegava, a meninada se assanhava. “Oba!” Estava na hora de reunir a turma, dormir uns nas casas dos outros, aninhados aos magotes em camas, redes e esteiras, na maior algazarra. Na verdade, ninguém queria dormir. E isso era o melhor da festa, que começava com uma espécie de desafio: vencer o sono e a noite numa animação sem fim, à espera do sol raiar, quando finalmente pegaríamos a estrada, a caminho dos pés de serra e dos tabuleiros, em busca dos ornamentos para a lapinha. E o que era a lapinha? Um presépio. A representação da manjedoura onde nasceu o menino Jesus. Meninos, eu conto: íamos ao mato em bando, em bíblica alegria. Primitivos de mãos dadas com priminhas, que não escapavam de uns beliscões safadinhos, incentivados por animadíssimas tias. E assim íamos: cheios de prosa e dando muita risada, à cata de jericó, uma planta prateada que seca sem morrer, e de gravatá, que vocês conhecem com o nome de bromélia, para a instalação da lapinha no melhor canto da sala de visitas.

Passávamos dias e dias na montagem de um cenário que correspondesse ao imaginário do velho povo, como rezava a tradição, que vinha dos pais de nossos pais e assim para trás, desde que o mundo, aquele mundo, passou a comemorar o Natal. Depois era esperar as visitas para contemplar a nossa réplica da gruta sagrada, feita de pedras e galhos de árvores, ao fundo de

uma planície de areia, repleta de boizinhos de barro, rios de cerâmica com peixinhos de verdade e os reis magos em seus cavalos. E tudo sob uma tênue luz de um candeeiro, porque assim eram as nossas noites, tão simpleszinhas quanto no tempo de Jesus.

Um dia chegou o motor da luz no povoado. Fechamos a casa, lá na roça, com lapinha e tudo. Fomos ver as novidades de perto. A igreja estava toda acesa, promovendo quermesses e anunciando a Missa do Galo. Era um novo tempo. Ali na praça iluminada, cheia de atrações nunca antes vistas ou imaginadas, íamos de casa em casa, disputando espaço em suas janelas, para apreciar os presépios, cada um mais deslumbrante do que o outro, graças aos efeitos da eletricidade. Com o motor da luz, chegava o Serviço de Alto Falantes A Voz do Sertão. E com ele, as músicas de Natal. Começava uma outra história, um outro Natal.

Era a chegada de Papai Noel.